

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Maria Elena de Abreu Vercesi

O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

SÃO PAULO

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Maria Elena de Abreu Vercesi

O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em Educação: História, Política,
Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, sob a orientação da Profa. Doutora
Circe Maria Fernandes Bittencourt.**

São Paulo

2010

Banca Examinadora

Em memória a duas pessoas especiais,
Abreu e Marisa

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora Circe Maria Fernandes Bittencourt por toda orientação, carinho e atenção durante a pesquisa, e o direcionamento correto que foi dado ao trabalho até seu desfecho final.

É também com muito carinho que agradeço a professora Maria Rita de A. Toledo pela orientação nos primeiros passos desta pesquisa.

Aos professores Kazumi Munakata e a Cristina Casadei Pietraróia pelas importantes contribuições no exame de qualificação.

Ao programa de estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, em especial aos meus professores, Luciana Maria Giovanni, Bruno Bontempi Jr., Carlos Antonio Giovinazzo Jr., Odair Sass, cujo conteúdo das disciplinas contribuiu para minha formação e para este projeto.

Ao diretor do colégio Liceu Pasteur que permitiu minha pesquisa nos livros da biblioteca, e a toda a equipe da secretaria e da biblioteca pela atenção com que me receberam, auxiliando no que precisei para recolher e fotografar os livros do período estudado.

Agradeço a Laurence Vaudet e as voluntárias da Associação Arca de Noé, que muito me apoiaram ao longo desses dois anos, permitindo minha dedicação ao mestrado. Em especial a Joelma, que inúmeras vezes assumiu tarefas a mais, sem nunca deixar de me incentivar. A Julia Von Maltzan Pacheco pela amizade e entusiasmo tão presentes nesses dois anos, e a Anne Louyot, que além de seu carinho enviou da França os livros que precisei para continuar a pesquisa.

Aos meus colegas de mestrado, Jorge e Lu, Maria Thereza, Maria Beatriz, Carlinha, Monica, Tati, Anael, Eduardo, Daniel, os três mosqueteiros Thiago, Moroni e Rodolfo, e aos colegas doutorandos Juliana, Katya e André que muito me ajudaram com seus conselhos. A amiga Camila pela ajuda com a tradução do resumo em inglês.

Muito especialmente a Cláudia e a Maria Elisa que foram o apoio constante sem o qual não conseguiria chegar até o final. E finalmente ao carinho da minha torcida organizada Cintia, Arthur, Iara e Leonardo.

A Capes, que financiou esta pesquisa.

Resumo

O objetivo principal dessa dissertação é observar o processo de criação, institucionalização e instalação do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, atual Liceu Pasteur, e sua posição em um espaço de educação secundária particular, nas três primeiras décadas do século XX, no qual interesses de relações internacionais e embates políticos nacionais estavam postos. Observou como a política cultural das relações internacionais se estruturou como instrumento importante, para a consecução dos interesses dos dois agentes envolvidos: a elite oligárquica paulista e a França. Para a implantação do Lyceu foi elaborado um estatuto, que é considerado fonte privilegiada para seu estudo, pois expõe o ideário de criação e como deveria ser a sua implantação. As atas e relatórios do Departamento Nacional do Ensino, relativos aos exames anuais, também se colocam como fontes privilegiadas que relatam escolha de disciplinas, quantidades de alunos e nomes de professores, possibilitando uma comparação com as determinações do estatuto. Os livros didáticos importados da França para os primeiros anos de funcionamento revelam, na análise de seu conteúdo, a ação da política cultural francesa. A pesquisa estudou o motivo de o Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo em sua primeira década de funcionamento ter apresentado uma crise de modelo de escola francesa, que resultou na pouca quantidade de alunos matriculados.

Palavras-chave: Política francesa;

Cultura escolar;

Currículo humanístico.

Abstract

This dissertation aims to observe the creation, institutionalization, and setting up processes of the Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, known as Liceu Pasteur, and its position within the private high-school field during the first three decades of the 20th century, when the interests in international relations and national political struggles were established. It has been observed how cultural policy in international relations was structured as an important instrument which aimed the interests of the two involved agents, São Paulo oligarchic elite and France. For the execution of the Lyceu a statute was elaborated, which is considered a privileged source for its study, since it presents the creation set of ideas and how the execution should be carried on. The Departamento Nacional de Ensino (National Department of Teaching) acts and reports relating to annual exams are also privileged sources, reporting the choice of subjects, number of students and teachers' names, and making possible to compare the statute determinations. The school books imported from France and used during the first years after the Lyceu was set up reveal, from their content analysis, the action of French cultural policy. This research has studied the reason why the Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, during its first decades, presented a crisis of the French school model, which resulted in the small number of student applications.

Keywords: French policy;

School culture;

Humanistic curriculum.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 – A criação de um liceu francês em São Paulo	16
1.1 – Relações culturais entre São Paulo e França	17
1.2 – O ensino secundário católico	19
1.3 – As instituições franco-paulistas	22
1.4 – A Sociedade Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo	27
1.5 – O Lyceu e seus mentores:	
Ramos de Azevedo	33
Julio de Mesquita.....	38
George Dumas	41
1.6 – O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo	44
Capítulo 2 – Os primeiros anos do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo	48
2.1 – Alunos e processo seletivo do Lyceu entre 1926 e 1931.....	49
2.2 – Conteúdos escolares: valores e cultura francesa no Lyceu.....	61
Capítulo 3 – O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo: crise do modelo	77
3.1 – As transformações do ensino secundário.....	77
3.2 – A Ação Católica.....	80
3.3 – O Lyceu Nacional Rio Branco.....	84
3.4 – O contexto nacionalista	91
3.5 – A crise do ideário do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo	93
Considerações finais	99
Bibliografia	102
Anexo 01	108
Anexo 02	114
Anexo 03	117
Anexo 04	119
Anexo 05	121

O modelo francês progressivamente deixou de ser percebido como modelo universalista, retratando-se a sua dimensão simples de modelo nacional. E essa crise do modelo francês alimenta um pouco mais o debate político e literário sobre as identidades latino-americanas. (Denis Rolland, 2005, p. 469)

Introdução

A importação de uma escola de ensino secundário francesa para São Paulo alimentava o ideário de grande parte de elite oligárquica, que via naquele modelo, a melhor formação cultural para seus filhos. Desejosos de possuir uma educação equiparada aos países “civilizados” da Europa celebraram, em 1923, a fundação da Sociedade Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo e a oficialização de um estatuto escolar que responderia aos seus intentos culturais.

O secundário brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, passava por um processo de normatização, decorrente de uma série de alterações legais e intensos debates sobre as suas finalidades, na busca da institucionalização da forma escolar desse ensino. Além dos conflitos estruturais que abalavam o ensino secundário, conflitos ideológicos e políticos do período disputaram esse campo educacional em um embate entre o ideário nacionalista e a defesa dos princípios liberais. A política centralizadora nacionalista, representada por uma significativa parcela da elite intelectual, defendia um ensino uniforme sob controle e fiscalização do Estado, enquanto a outra parcela dessa mesma elite, partidária de uma autonomia provincial, negava qualquer interferência de modelos governamentais, na defesa de liberdade do ensino particular.

Todos esses debates, disputas e mudanças não se compuseram no cenário nacional imunes às influências de culturas estrangeiras. Tanto ideais já estruturados, como o surgimento de novos projetos para educação, baseadas na psicologia e na sociologia, surgidas na Europa e nos Estados-Unidos e trazidas por intelectuais brasileiros, vinham compor a educação nacional.

A questão central desta pesquisa, no cenário educacional do período, se coloca na estruturação do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo em seus primeiros anos de funcionamento. Por ser uma escola dirigida por dois países, o Brasil e a França, o Lyceu recebeu em sua formação determinações curriculares e administrativas desses dois agentes, que fazendo uso de suas influências e interesses, selecionaram, para a nova escola, disciplinas, livros didáticos e metodologias. A pesquisa se iniciou na busca de respostas a questões que se fizeram pertinentes: Qual foi o repertório cultural importado pelo grupo francês? Como se deu essa composição com as disciplinas nacionais? Como a Diretoria Nacional do Ensino se posicionou?

Como fontes para a pesquisa foram analisados os documentos referentes aos Estatutos das instituições Franco-Brasileiras que se relacionaram com o Lyceu. Foram selecionadas as instituições União Escolar Franco-Paulista, que tinha como perspectiva a fundação de um liceu francês em São Paulo, e o Comitê França-América, empreendimento voltado para uma aproximação não só educacional, mas também social e econômica entre os dois países. Esses institutos foram criados e fundados pelo mesmo grupo de signatários do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, sedimentando, portanto, uma política de relações culturais que possibilitou a fundação do Lyceu.

Os editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* referentes ao Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo se apresentam também como fonte importante, porque expõem claramente os interesses dos dois agentes envolvidos, a França e a elite paulista, e a forma como concebiam o colégio.

O acesso ao Estatuto do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo e à documentação referente aos exames de admissão e de promoção, fontes privilegiadas, permitiu a possibilidade de análise do ideário de criação, e dos primeiros anos de seu funcionamento. A análise dos livros didáticos trazidos da França, e utilizados, no período, pelo colégio, deixou claro o teor dos conteúdos veiculados da cultura escolar francesa.

Com exceção dos livros didáticos e literários pesquisados na biblioteca do colégio Liceu Pasteur, antigo Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, os documentos relativos aos Estatutos das Instituições Franco-Paulistas foram encontrados no Arquivo do Estado, e os documentos relativos aos exames de admissão e anuais dos alunos do Lyceu foram encontrados no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Infelizmente, a atitude de impedir o acesso aos arquivos do colégio Liceu Pasteur, pela atual direção do colégio, impossibilitou o conhecimento de alguns conteúdos pedagógicos do período, que completariam a análise de como se deu a importação do modelo francês.

Essa pesquisa está inserida no estudo da História da Educação, e na mesma linha de pesquisa foram encontrados dois trabalhos que se relacionam com a instituição do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo: a tese de doutorado de Adriana Lech Cantuaria (2005), *Escola Internacional, Educação Nacional: a gênese do espaço de escolas internacionais de São Paulo*; e a tese de doutorado de Valéria Antonia Medeiros (2005),

Antônio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

Adriana Cantuária aborda as escolas internacionais da cidade de São Paulo dando enfoque maior ao grupo francês como formador de alianças entre frações da elite brasileira e intelectuais franceses.

Valéria Antônia Medeiros acompanhando a trajetória de Sampaio Dória pesquisa o movimento de modernização do ensino e a defesa da escola pública e gratuita. Por ser Sampaio Dória um dos intelectuais mais influentes em São Paulo nas três primeiras décadas do século XX, e pela criação do Lyceu Rio Branco, a sua trajetória intelectual cruza-se com as intenções dos signatários do Lyceu Franco-Brasileiro.

Os dois lados do interesse

A importância de uma educação francesa se evidenciava nos colégios secundaristas católicos em São Paulo, que tinham como clientela os filhos das elites paulistas desde o século XIX.

Os olhares de intelectuais e políticos paulistas enriquecidos pela economia cafeeira, sobretudo no início do século XX, se voltavam para os países economicamente bem sucedidos como modelos a serem seguidos, e mantinham a França como a forma educacional perfeita para a defesa da importância do humanismo, pelos conhecimentos científicos e também como a terra dos autores e filósofos mais admirados.

Por sua vez, a França, ao final do século XIX e primeiras décadas do século XX, em seus projetos políticos e culturais da Terceira República incentivou professores, intelectuais e estadistas na expansão da cultura francesa pelo mundo. Foram esses professores laicos da França que representaram o motor para a expansão colonizadora cultural, uma elite intelectual que acreditava na missão civilizadora francesa, na tradição das luzes e da revolução francesa. As ações desses professores em missão no estrangeiro transitam em uma linha política que tinha por prioridade a conquista das almas e das consciências, e que evitava evocar os interesses econômicos, malgrado suas incidências evidentes. Em consequência disto, a questão do ensinamento deveria ser prioridade na esfera da política exterior, já que as questões políticas conjunturais e os interesses econômicos eram dependentes.

No intuito de concretização desses interesses, intelectuais paulistas e franceses formaram redes de relacionamentos por meio das Instituições Franco-Brasileiras. A principal delas foi a União Escolar Franco-Paulista, que tinha como meta o intercâmbio de estudantes e a criação, na Sorbonne, de uma cadeira de estudos brasileiros, que foi inaugurada, em 1911, por Oliveira Lima. Em São Paulo, a União Cultural Franco-Paulista criou a cadeira de Estudos Franceses, sendo George Dumas o seu primeiro conferencista. Por meio da União Cultural Franco-Paulista, entre os anos de 1910 e 1940, muitos intelectuais franceses vieram dar palestras e promover encontros em São Paulo.

Essa rede de relacionamentos compunha-se de muitos intelectuais paulistas ligados ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Julio de Mesquita, diretor e proprietário do jornal, integrante do grupo de signatários dessas instituições como também do Lyceu Franco-Brasileiro, promovia encontros entre esses intelectuais, franceses e brasileiros, nas dependências de seu jornal, e nesses encontros trocavam idéias, planejavam conferências e escreviam artigos, publicados nas páginas do jornal.

O contexto social e político

No Brasil, com o grande desenvolvimento da produção cafeeira do final do século XIX e início do século XX, as economias regionais se desenvolveram trazendo para o estado de São Paulo um grande surto imigratório e a crescente urbanização. Com o surgimento dessas camadas sociais emergentes, novas reivindicações e ideais questionavam o sistema tradicionalista, que não criando aberturas no campo político e social, procurava frear a modernização econômica.

Nesse contexto de tomadas de decisões, que respondessem aos desafios impostos pelas transformações sociais, o papel da educação foi então visto como solução, cabendo-lhe organizar o país e colocá-lo no caminho do progresso. A educação começava a ser descoberta como uma ferramenta de agregação popular em defesa de ideais políticos, elevada ao posto de instrumento regenerador da nação, recebeu nas primeiras décadas do século o interesse de variados intelectuais, tornando-se campo de disputas políticas e ideológicas.

A educação nacional foi então utilizada, na primeira metade do século XX como elemento estratégico nas políticas e práticas de um projeto nacionalizador. O Brasil, com sua enorme extensão e diferenças regionais, se apresentava como um impedimento à configuração nacionalista proposta pelos intelectuais: era um país com diferentes culturas etnocêntricas, homogêneas para um pequeno grupo dentro de uma determinada região. Circe Bittencourt(1990) aponta para a ação dos intelectuais da educação, que procurando resolver esse impasse estabelecem a importância da disciplina História do Brasil no currículo educacional, vinculada a um cunho político, e que tinha como conteúdo criar um passado único e uma unidade nacional.

A aprendizagem cultural brasileira seria então formada sobre um processo de construção histórica, apropriação da escola como campo formador dessa construção e de uma cultura cívica, que possuía como intuito futuro a formação patriótica da nação. Nessa relação, Chervel compreende que a escola é também a formadora da cultura da própria sociedade. Segundo Dominique Julia (2001), a prática de inculcação de valores cívicos e patrióticos por meio da cultura nacional atravessa os muros da escola, em uma postura política que se torna prática habitual a partir do século XX.

Esse período foi marcado também por fortes mudanças e novas descobertas, definidas no campo dos debates educacionais por uma idéia de reforma social pela reforma do homem, mundialmente disseminada, e que se intitulou sob a designação genérica de pedagogia da educação nova. A França como os outros países europeus, no impacto da Primeira Guerra Mundial, buscou em congressos, em periódicos internacionais e em pesquisas baseadas na ciência, novas mudanças educacionais de fundamentos e formas da ação educativa, tendo a escola como um local de formação de uma nova geração, para que sua difusão visasse à preservação da paz.

Sem dúvida as inovações modernistas do período tiveram forte impacto nos projetos públicos para a educação nacional, e as escolas particulares se mostraram interessadas e abertas para as novas correntes do pensamento educacional, que surgiam tanto na Europa quanto nos Estados- Unidos. Tanto a Igreja Católica quanto as escolas particulares laicas e os órgãos públicos começavam a adotar estudos tidos como modernistas para novas metodologias e formação de professores. Para Choppin, a circulação de conteúdos de ensino e métodos pedagógicos, que se dá por meio de

revistas e livros didáticos internacionais de formação de professores, são relevante como influência internacional na circulação e troca de conhecimentos educacionais.

Os capítulos

A pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro foi realizado um estudo sobre as relações culturais entre a França e a elite paulista. Em seguida, é feito um breve levantamento histórico das escolas secundárias católicas e de suas respectivas congregações, dos estatutos das Instituições Franco-Paulistas e de como se deu a sua implantação e desenvolvimento. A partir daí, é estudada a Sociedade Lyceu Franco-Brasileira, seu Estatuto, os artigos relacionados no jornal *O Estado de S. Paulo*, e uma breve biografia de seus três principais mentores: Ramos de Azevedo, Julio de Mesquita e George Dumas. Termina o capítulo com uma análise sobre os objetivos do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, a sua construção e inauguração.

O segundo capítulo se inicia com os primeiros anos de funcionamento do Lyceu. São analisados os livros didáticos franceses encontrados na biblioteca do colégio e as fontes documentais sobre os exames dos alunos entre os anos 1926 e 1931, as matérias cursadas, os locais de origem das famílias dos alunos que escolheram o liceu francês como escola para seus filhos, e por fim a quantidade de alunos no colégio durante esses primeiros anos.

O terceiro e último capítulo é analisada uma crise marcada pela pouca quantidade de alunos que se matricularam no Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo nos seus primeiros anos de funcionamento, verificada durante o estudo das fontes e literaturas pesquisadas no capítulo anterior. Nessa análise foram realizados estudos de fatores sociais que propiciaram o surgimento desta crise.

Capítulo 1 – A criação de um liceu francês em São Paulo

O interesse de setores da sociedade paulista pela criação de um liceu francês em São Paulo manifestou-se a partir do começo do século XX, movido por membros do PRP, Partido Republicano Paulista, formado principalmente por proprietários rurais, empresários e profissionais liberais. Os signatários do Estatuto de fundação do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, oficializado em 1923, pertenciam a esse partido político, e por intermédio desse projeto educacional, aliaram interesses de uma educação secundária paulista a uma política cultural francesa. Embora essa elite paulista defendesse majoritariamente o liberalismo americano como proposta política ideal, a forma educacional francesa, do ensino primário ao superior, era tida por esses grupos como modelo e meta a serem copiados e alcançados.

Esse objetivo tinha uma de suas explicações na postura política e econômica paulista de certo isolamento perante os outros estados brasileiros, fruto de uma cultura própria arraigadamente federalista e regionalista. Essa política paulista era sustentada pela constituição de 1891, de cunho descentralizador, que concedia aos estados autonomia na educação e controle do imposto sobre as exportações. Sendo São Paulo o estado exportador do café, e possuindo em seu território os centros de formação superiores identificados com o poder (Direito, Politécnica e Medicina), não havia necessidade de deslocamentos e intensidade de contatos com outros estados (BONTEMPI JUNIOR, 2008). Essa postura de superioridade perante o próprio país levava a elite a buscar como modelos educacionais para São Paulo, aqueles desenvolvidos nos países considerados “civilizados”. Analisando as respostas dadas pelos professores da Escola Normal ao Inquérito de 1914 realizado por Julio Mesquita, Bontempi Junior considera que as conotações positivas e recomendadas da educação nos Estados Unidos, Alemanha e França, eram resultado da crença dos intelectuais brasileiros na “ilustração”, onde haveria um único caminho universal em direção à civilização e ao progresso.

Seguir as pegadas dos países civilizados significava, portanto, percorrer o único caminho correto para a superação do “atraso” e da “barbárie” em que a Nação estava mergulhada. (BONTEMPI JUNIOR, 2008, p. 282)

Havia uma associação entre a qualidade na instrução pública e o sucesso econômico dos países. Foi atribuído à reforma da educação na França, realizada pela

Terceira República, o soerguimento do país após a derrota para a Alemanha, e sua tendência vitoriosa, na ocasião. Um dos professores do Inquérito, Ruy de Paula Souza enfatizou em sua resposta a importância da Reforma de Jules Ferry na instituição do ensino obrigatório, gratuito, laico, moral e cívico justificando que, mesmo após a derrota de 1870, a França elevou os sentimentos patrióticos e fez ressurgir a supremacia francesa (BONTEMPI JUNIOR, 2008).

Esse olhar para os países “civilizados” na busca de um modelo para São Paulo motivou a materialização desta cultura na educação desde a arquitetura das escolas, métodos pedagógicos, idéias, filosofias, professores e livros didáticos.

É naquele contexto que se concebe a idéia e se concretiza a criação de um liceu franco-brasileiro paulista.

1.1 Relações culturais entre São Paulo e França

Em São Paulo, a influência francesa chegou mais tarde que nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Salvador. No início do século XIX, São Paulo ainda era uma cidade de população pequena, com dificuldades de acesso pelos meios de transporte navais, com porto a ser transposto pela Serra do Mar, o que dificultava o desenvolvimento de seu comércio. O contato mais estrito com a cultura francesa estava restrito às salas da faculdade de Direito e aos fazendeiros de café no Vale do Paraíba (COSTA, 2000). A expansão da cultura francesa em São Paulo esteve diretamente ligada ao desenvolvimento da cultura cafeeira. Esse enriquecimento promoveu a melhoria dos transportes no final do século e a mudança de hábitos dessa elite cafeeira. Eram freqüentes as viagens anuais de famílias inteiras à França, em que permaneciam durante alguns meses, trazendo no retorno, além de numerosas compras, novos hábitos e idéias assimilados quase que inconscientemente (COSTA, 2000).

Ao voltarem à pátria, traziam toda uma série de hábitos profundamente enraizados. Sua mentalidade sofrera a pressão dos moldes franceses, formara-se sobre o calor dessa cultura, ficara marcada para o resto da vida. O método francês tornara-se o seu método. Passaram eles a ocupar no meio em que viviam a posição de divulgadores da cultura francesa. (COSTA, 2000 p. 302)

A influência francesa em São Paulo se ampliou a partir da metade do século XIX, conquistando seu ponto mais alto no começo do século XX.

Pode-se escolher como marco da definitiva penetração da influência francesa em São Paulo, a fundação em 1864 da Casa Garroux: livraria, tipografia, depósitos de vinhos, de guarda-chuvas, objetos de arte, etc. e que durante muitos anos desempenhou um papel de importância como difusor da cultura francesa. (COSTA, 2000 p. 284)

Não foi só a instalação dessa casa comercial que marcou a entrada da influência francesa, mas também a personalidade marcante de seu fundador. Em sua livraria reunia-se o melhor da intelectualidade paulistana - estudantes, políticos, fazendeiros e comerciantes - para longas conversas e palestras com M. Garroux, mantendo assim a tradição, já iniciada no Rio de Janeiro, em que as livrarias mais nomeadas eram um centro de encontro e reunião da intelectualidade local.

Na segunda metade do século XIX, as casas comerciais de São Paulo dividiam-se em dois grupos: as francesas, e as nacionais, sendo que o comércio de livros estava quase totalmente nas mãos dos franceses. Além da *Casa Garroux*, também foram inauguradas em São Paulo a livraria *Larroque* e a *Jules Martin*. Os livros franceses imperavam soberanos na biblioteca da escola Politécnica em São Paulo: 70% das obras eram redigidas em francês, 20% em português e 10% em outras línguas. Na quantidade de importações de livros estrangeiros para São Paulo, 90% eram franceses (MATTHIEU, 1991 p. 161). O mesmo acontecia na biblioteca da Escola Normal de São Paulo, que possuía grande parte de seu acervo composto por livros franceses importados por Paulo Bourroul, diretor daquela escola na época de sua reabertura definitiva, em 1880 (BITTENCOURT, 2008 p. 93).

Analisando os jornais da época, pode-se afirmar que grande parte do comércio era dominada pelos franceses, assim como o hábito de usar vestuários, sapatos, brinquedos e artigos musicais com a marca “*vindo de Paris*” simbolizava prestígio (COSTA, 2000).

Nesse contexto, ganhou força, nessas famílias, a preferência para que seus filhos estudassem em colégios franceses. A formação cultural e intelectual não se limitou aos estudos na França, pois as famílias de elite começaram a trazer professores particulares e governantas para a educação e formação de seus filhos. Muitos desses educadores residiam com as famílias dos alunos em São Paulo, criando hábitos, usos e estilos de vida. Esses professores e governantas tinham como função a educação dos jovens, principalmente o ensino da língua francesa, que se realizava por meio de matérias como história, matemática e latim.

Era inevitável, nestas condições, que os jovens assim formados e desconhecendo os assuntos referentes à sua própria pátria e mais familiarizados com o sistema, com os assuntos franceses, ficassem para sempre ligados à França, intelectual e sentimentalmente. (COSTA, 2000)

Para a maioria dos filhos da elite paulistana, falar o francês como língua cotidiana nas escolas fazia parte da educação considerada refinada. O francês foi incorporado à cultura brasileira como uma língua culta, utilizada por aqueles que eram “bem formados e educados”. Essas práticas sociais “visam a reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser para o mundo, a significar simbolicamente um estatuto de uma classe.” (CHARTIER apud ROLLAND, 2005 p.127).

1.2 O ensino secundário católico

Nas primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica, no Brasil, procurava recuperar sua posição educacional, fortemente ameaçada pela Nova República, manifestadamente laica. A Constituição de 1891 legitimou a separação entre as instancias Igreja e Estado, e, em sua legislação, estava decretada a laicidade dos estabelecimentos públicos de educação. Embora enfatizando o ensino público e laico, o Estado brasileiro não possuía escolas que suprissem a demanda pelo ensino secundário, e essa deficiência fazia com que se buscasse o apoio da iniciativa privada, nesse setor. Foi nesse contexto que a Igreja, possuidora de recursos e estrutura suficientes para a fundação de diversas escolas em todo território brasileiro, percebeu, nessa ação educacional, uma forma de reação a nova legislação.

Entre 1890 e 1930, houve um grande crescimento de congregações católicas no Brasil, fundando seus próprios colégios. A Igreja Católica, por meio do ensino letrado, buscava redefinir a sua importância e o seu papel na nova sociedade republicana, almejando recuperar o poder que detinha nos tempos coloniais e imperiais¹. Para a Igreja, a situação social e política da época, em face à disseminação de idéias positivistas, modernistas, anarquistas e socialistas, representavam uma ameaça, e a forma de compensar essa situação seria a formação das novas gerações nos princípios católicos.

¹ As primeiras ordens religiosas chegaram ao Brasil a partir de 1820, com os lazaristas, com as Irmãs de São José de Chambery em 1858, com os jesuítas em 1860, os salesianos, em 1883. (COLOMBO, 2006 p.58)

Mas, no decorrer do período republicano e da política educacional nacionalista, os colégios católicos adequaram seus currículos, visando o apoio e o reconhecimento do Estado aos seus estabelecimentos, e como exemplo, incluir a preocupação com a identidade nacional e a participação em celebrações cívicas (COLOMBO, 2006)

Em São Paulo, a maioria das escolas confessionais católicas foi criada, portanto, para atender a elite oligárquica dos “barões do café” e as elites urbanas. A educação nessas escolas visava atender a esses grupos, constituindo programas de formação moral e religiosa que se dividiam entre as escolas masculinas, voltadas para o ingresso nos cursos superiores e habilidades discursivas, e as escolas femininas, em que imperava a “boa educação” e a formação da mulher para o papel social de esposa e mãe (CANTUÁRIA, 2005).

TABELA 1
ESTABELECIMENTOS FREQUENTADOS PELOS FILHOS DA ELITE PAULISTANA

Nomes	Fundação	Congregação
Colégio Arquidiocesano	1858	1858 diocesanos e 1908 maristas
Colégio do Patrocínio (Itú)	1858	Congregação das irmãs de São José de Chamberry
Liceu Coração de Jesus	1885	Salesianos de Dom Bosco
Colégio Sion	1901	Congregação das Religiosas de Nossa Senhora de Sion
Ginásio São Bento	1903	Monges beneditinos
Colégio Des Oiseaux	1907	Cônegas de Santo Agostinho
Colégio Santa Inês	1907	Salesianos de Dom Bosco
Colégio São Luiz	1918	Jesuítas
Colégio Sacré Coeur de Marie	1920	Congregação das Irmãs do Sacré Coeur de Marie

Fonte: Associação de Educação Católica no Brasil AEC/BR

Entre elas temos como escolas de origem francesa o Colégio Arquidiocesano, o Colégio do Patrocínio, o Colégio Sion, o Colégio Des Oiseaux e o Colégio Sacré Coeur de Marie.

A respeito do crescimento das congregações católicas no Brasil, Circe Bittencourt, a partir de pesquisas sobre o período, aponta que o alto índice de entrada de congregações no Brasil se deu entre 1890 e 1930, sendo que as congregações femininas alcançaram um total de 109, a maioria de origem francesa (BITTENCOURT, 2008). Essas congregações femininas estavam primordialmente voltadas para a fundação de escolas:

As congregações religiosas femininas, cujos efetivos crescem velozmente, são responsáveis pela vasta rede de escolas e colégios do país. Esses colégios estavam voltados, quase sempre, para o atendimento das elites e funcionavam sob o regime de internato. Os mais apreciados eram os de origem francesa, que continuavam ministrando o ensinamento segundo os programas e os livros empregados na França e utilizando-se da língua francesa. (BITTENCOURT, 2008 p. 60)

Neste período, foram quatro escolas na cidade de São Paulo fundadas por congregações de origem francesa, tais como: a Congregação Marista fundada em 1817, na França, pelo padre Marcelino Champagnat, que desenvolveu um modelo pedagógico próprio; a Congregação de Nossa Senhora de Sion, fundada em 1843, na França, por dois irmãos judeus cristãos novos, em que o nome Sião foi escolhido por ser um dos nomes bíblicos de Jerusalém; a Ordem dos Cônegos de Santo Agostinho, fundada em 1597, em Lorena, na França, por São Pedro Fourier, inspirada nas regras de Santo Agostinho voltadas para a educação; a rede de educandários femininos da Congregação das Irmãs do Sacré Coeur de Marie, fundada em 1849, em Béziers, na França, pelo padre Pedro Antônio Gailhac e pela madre S. Jean Pelissier Cure.

O crescimento das congregações religiosas francesas no Brasil, em parte, tinha relação com as condições políticas que a França vivenciava no período, pois, naquele país, o ensino católico vinha sendo eliminado pela política laica da Terceira República. Essa política visava o fim da submissão dos assuntos educacionais à influência do clero, em uma firme reação à situação de enorme avanço nas instituições católicas com o retorno das escolas jesuítas (MAYEUR, 1981). Foi no âmbito desse processo que ocorreu a constituição da Lei de 1880 de Jules Ferry, estabelecendo a supressão das escolas dos jesuítas, e fortalecendo a escola pública gratuita e laica em todo o território francês. A laicização no ensino francês se completaria com a Lei Goblet, de 1886:

A laicização da escola se completava em uma etapa decisiva. Após os programas, após as edificações, era o pessoal que deveria ser laico². (MAYEUR, 1981 p. 602)

Com isso, a função educacional dos religiosos na França ficou completamente extinta, levando muitas congregações a se estabelecerem em países vizinhos, ou em locais próximos às fronteiras, além de algumas congregações se transferirem para regiões como a América Latina. Essa atitude dava à República Francesa a consolidação do pensamento republicano e o estabelecimento de um sistema público de ensino em todos os níveis.

Embora a República Francesa tenha consolidado um modelo educacional laico, no Brasil, esse modelo adquiriu apenas a conotação de ensino cultural humanista e desinteressado. Assim, o interesse da elite católica e tradicional paulista pela manutenção da educação francesa constitui-se como um ideal de identificação e apropriação de um capital cultural considerado superior.

A educação “à francesa” tornava-se uma mercadoria considerada moderna e necessária para o nosso processo “civilizatório”, um capital cultural a ser apropriado e consumido pela juventude de nossas elites. Era um modo de ser “moderno” mais próximo dos valores católicos de setores conservadores desconfiados do mundo inglês protestante. (BITTENCOURT, 2008 p. 72)

Entretanto as relações culturais entre a França e as camadas sociais dominantes de São Paulo, estiveram também associadas aos interesses econômicos que se desenvolveriam por meio do tão almejado processo “civilizatório”, do qual a educação era parte fundamental, e que iriam satisfazer economicamente tanto a França quanto as elites locais.

1.3 As instituições franco-paulistas

Além das escolas confessionais católicas, nas últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, em São Paulo, foram criadas instituições escolares vinculadas a diversos países. Fundadas por imigrantes que aqui se estabeleceram e atendendo uma clientela mais ou menos restrita ao seu país de origem. As exceções a esse grupo de instituições escolares foram os institutos educacionais e culturais franco-

² Laïcisation de l'école se complétait par une étape décisive. Après les programmes, après les locaux, c'est le personnel qui devait devenir laïque.

paulistas, criados com o objetivo de formação de elites econômicas e políticas de São Paulo sem estarem vinculadas ao atendimento a grupos de imigrantes do país.

A intenção dos intelectuais e diplomatas da Terceira República Francesa era incentivar, nos países de interesse da França, a fundação de instituições paralelas àquelas já criadas na França. O intuito era que os intelectuais dos próprios países fundassem, a partir do modelo francês, instituições com características próprias.

A criação do Groupement des Universités et des Grandes Ecoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine se deu em 4 de fevereiro de 1908, em Paris, por um grupo de professores ligados à Terceira República, entre os quais estava George Dumas, que se tornou um dos mais importantes intelectuais nas relações entre Brasil e França até a 2ª Guerra Mundial. (MATTHIEU, 1991). A meta do Groupement era dar apoio ao intercâmbio entre estudantes universitários da América Latina e das Universidades Francesas, firmando as estruturas de cooperação universitária entre os dois países. Além de promover uma complementação dos estudos a estudantes latino-americanos, a idéia era também abrir um campo de pesquisas aos estudantes franceses.

Em sua primeira visita a São Paulo, em 1908, George Dumas deu início a idéia de criação de uma cooperação escolar universitária com a França, juntamente com um grupo de intelectuais paulistas, e um antigo aluno de medicina da Sorbonne, Bettencourt-Rodrigues. Um ano depois, a 19 de agosto de 1909, em uma sala da Escola de Comércio, em São Paulo, um grupo da elite local, interessados e defensores da cultura francesa, fundou a União Escolar Franco-Paulista. Em seu Estatuto, a nova associação se referia à essa correspondência entre as instituições:

(...) por ocasião da passagem do Professor G. Dumas da Sorbonne de Paris, por esta cidade, há cerca de um anno, foi aventada a idéia de se fundar entre nós uma associação correspondente ao Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour lês Rapports avec l'Amérique Latine, com sede em Paris, e destinado a promover a confraternização entre os estudantes e cientistas francezes e os da América Latina, constituindo o mesmo professor uma comissão paulista, que futuramente promovesse a realização dessa idéia. (Ata da sessão de instalação da Associação União Escolar Franco-Paulista, 1909– Arquivo do Estado, C10408/0337)

Por essa ocasião, foram eleitos Bettencourt-Rodrigues como presidente, Frederico Vergueiro Steidel como primeiro secretário, Ruy de Paula Sousa como segundo secretário, e como tesoureiro, Victor da Silva Freire. O estatuto descrito na mesma Ata de Instalação determinava que a diretoria fosse composta por um

representante de cada faculdade paulista: Direito, Politécnic, Normal, Farmácia, Comércio e Agrícola. Quanto aos membros, deveriam se dividir em sócios, conselheiros e contribuintes, sendo estabelecida a cada um a contribuição no valor de dez mil réis para os cofres sociais. A Ata da sessão de instalação da Associação União Escolar Franco-Paulista, em 1909, instituiu que:

Por acto dos directores das escolas foram nomeados pela Escola Polytechnica os Drs. Ramos de Azevedo e Victor Freire, pela Faculdade de Direito o Dr. Reynaldo Porchat, pela Escola Normal o Srs. Ruy de Paula Souza e M. C. Buarque, pela Escola de Pharmácia e Odontologia os Srs. Drs. Américo Brasiliense de Almeida Mello Filho e João Frederico de Borba, pela Escola de Commercio os Srs. Drs. José Carlos de Macedo Soares e Oscar de Sá Campello e pela Escola Agrícola de Piracicaba os Srs. Drs. Francisco Dias Martins e Octávio Teixeira Mendes. (Ata da sessão de instalação da Associação União Escolar Franco-Paulista, 1909– Arquivo do Estado, C10408/0337)

Para a ocasião, vieram ao Brasil cinco estudantes universitários franceses representando o Groupement, e trazendo o convite oficial para a filiação da União Escolar Franco-Paulista.

Ficou estabelecido, inclusive, que cada faculdade em questão promoveria a escolha de um aluno que se destacasse em “aplicação e comportamento” para compor uma comissão de estudantes que seria enviada à França, em novembro do mesmo ano. Além disso, ficou também determinada uma campanha em prol do sucesso no funcionamento da Associação. Para isso, deliberaram promover campanhas nas faculdades para que estudantes se interessassem na sua filiação, e enviar ao Groupement um pedido para que se procurasse obter, do comércio local, das empresas teatrais e dos transportes, vantagens para os estudantes durante a estadia na França. Ficou decidido também que as arrecadações da Associação seriam destinadas à bolsas de viagem aos estudantes escolhidos. No interesse do sucesso desta cooperação, o Groupement se dispôs a indicar famílias que hospedariam os estudantes, e nomear uma comissão para esse fim, formada por professores *agrégés*³ das faculdades de Ciências, Artes e Ofícios, Técnicas, Letras, Direito, Ciências Políticas, Medicina, Farmácia e o Colégio de França. Constam, dessa Ata, os nomes dos professores responsáveis por cada faculdade e seus endereços.

³ Professores titulados, passaram no concurso para a Agrégation (Instituto Universitário de Formação de Mestres) e podem ensinar até o segundo ano da Universidade.

Os estudantes à sua chegada em Paris procurarão um desses professores que lhes dará todos os esclarecimentos, indicações e conselhos de que necessitem para seus estudos e instalação em Paris. (Ata da sessão de instalação da Associação União Escolar Franco-Paulista, 1909 – Arquivo do Estado, C10408/0337)

Como resultado desse acordo, em 1910, São Paulo enviou a Paris dois estudantes da escola Politécnica e dois estudantes da escola de Direito. Essa primeira delegação de estudantes foi oficialmente recebida, na França:

A recepção desses jovens brasileiros pelo presidente da República Francesa e o ministro da Instrução pública confere um caráter oficial a esta troca sublinha a importância que os poderes públicos lhe atribuem⁴. (MATTHIEU, 1991 p. 50)

Para a Faculdade de Letras o professor responsável foi o próprio George Dumas⁵. O desenvolvimento da cooperação entre o Groupement e a União Franco-Paulista resultou não só no intercâmbio de estudantes, mas também na criação de uma cadeira de Estudos Brasileiros, na Sorbonne. Essa curso foi inaugurada, em 1911, por Oliveira Lima, que pronunciou uma série de 12 conferências intituladas *A Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*, publicadas pela Librairie Garnier de Paris. Em 1912, a cadeira de Estudos Brasileiros foi ocupada pelo geógrafo Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, e em 1913, por um jurista, Rodrigo Octávio de Menezes. Por sua vez, em São Paulo, o Groupement e a União Cultural Franco-Paulista criaram a cadeira de Estudos Franceses, sendo George Dumas seu primeiro conferencista. (MARTINIÈRE, 1982 e SUPPO, 2000)

Da mesma maneira que a influência de George Dumas em São Paulo criou, com sucesso, a União Escolar Franco-Paulista como filial brasileira do Groupement, foi estabelecido em 1912 o Comitê França-América de São Paulo, filiado ao Comitê

⁴ La réception de ces jeunes Brésiliens par le président de la République française et le ministre de l'Instruction publique confère un caractère officiel à cet échange et souligne l'importance que les pouvoirs publics lui accordent.

⁵ Outros personagens importantes da elite intelectual paulista, também presentes à primeira reunião para fundação da União Escolar Franco-Paulista, foram convidados e aceitaram por sua vez os cargos de sócios conselheiros: Conde de Prates, Conde Álvares Penteado, Antonio de Lacerda Franco (senador), Antonio Dino da Costa Bueno (deputado federal e diretor da Faculdade de Direito, governador do Estado), Júlio de Mesquita (jornalista e empresário), Amâncio de Carvalho (médico), Jorge Tibiriçá (latifundiário cafeicultor, governador do Estado), José Pereira de Queiroz, Conde Asdrúbal do Nascimento, M. J. de Albuquerque Lins (médico, governador do Estado), Barão de Duprat, Horácio Berlinck (engenheiro, diretor e professor da escola Álvares Penteado), Antonio Francisco de Paula Souza (diretor fundador da Escola Politécnica), Paulo Leser, Ferdinand Pierre e J. P. da Veiga Filho. (Ata da sessão de instalação da Associação União Escolar Franco-Paulista, 1909 – Arquivo do Estado)

Central France-Amérique de Paris. Pelo seu estatuto é possível conhecer a meta e função do Comitê França-América de São Paulo:

(...) Animar e promover no Estado de São Paulo os estudos relativos á França, e na França os estudos e propaganda do Estado de São Paulo; facilitar aos seus membros, pelos meios ao seu alcance, viagens á França, e aos francezes viagens e permanência no Estado de São Paulo; promover em São Paulo o conhecimento de obras francezas, e reciprocamente promover em França o conhecimento de obras paulistas; cooperar na medida de suas forças, em todo empreendimento que represente uma aproximação social, econômica, intellectual ou científica entre o Estado de São Paulo e a França. .(Estatuto de fundação do Comitê França-América, 1912 – Arquivo do Estado, C10409/0350)

Nota-se que havia sempre o empenho dos sócios fundadores em contribuir com verbas significativas para a manutenção das instituições franco-paulistas. A colaboração financeira do Comitê França-América de São Paulo, por exemplo, ficou organizada de forma a dividir as categorias de sócios: fundadores signatários do Estatuto deveriam contribuir com uma cota de 100.000 réis, além da contribuição mensal; os que contribuíssem com 500.000 réis seriam denominados beneméritos e estavam dispensados das contribuições mensais; e por fim, os que apenas colaborassem com a quota mensal seriam considerados contribuintes. (Estatuto de fundação do Comitê França-América, 1912 – Arquivo do Estado).

Sua primeira diretoria e conselho consultivo foram compostos pelos seguintes sócios: Sr. Cônsul de França, Presidente Honorário; Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente; Ferdinand Pierre e Dr. Ramos de Azevedo, Vice-Presidentes; Dr. Ferreira Ramos e E. Quoniam de Schompré, Secretários; Charles Peyredieu Du Charlat, Thesoureiro. O primeiro Conselho Consultivo foi composto dos sócios: Dr. A. de Paula Salles, Dr. Bettencourt Rodrigues, Dr. Alfredo Pujol, Eugenio Lefèvre, Dr Valois de Castro, Dr. F. Vergueiro Steidel, Paul Leser, Charles Hü, Félix Delaborde, Arthaud Berthet. .(Estatuto de fundação do Comitê França-América, 1912 – Arquivo do Estado, C10409/0350)

A criação do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo foi decorrente dessa política de aproximação entre a França e São Paulo iniciada em 1909 com a criação da União Cultural Franco-Paulista. A principal perspectiva da União Cultural Franco-Paulista “era a criação de um liceu em São Paulo. Esse projeto toma forma em 1916, mas demora a se realizar, concretizando-se, definitivamente, em 1925.” (CARVALHO, 2004 p. 164)

Seguindo o formato da política cultural de correspondência e filiação entre as instituições criadas na França e as posteriormente criadas no Brasil, a Sociedade Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, mantenedora do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, criada em 1923 correspondia e era filiada a Société Anonyme Française des Lycées Franco-Bésiliens, criada na França, em 1914.

O liceu paulista não foi o primeiro a ser fundado no Brasil. A concretização da intenção francesa de criação de liceus franceses no Brasil teve seu início na cidade do Rio de Janeiro, em 1915, no bairro das Laranjeiras. Embora muito semelhante à organização do paulista, o liceu carioca passou, em seus primeiros anos, por uma grande dificuldade financeira “uma vez que as verbas nacionais e estrangeiras não estavam sendo suficientes para o projeto proposto.” (BALASSIANO, 2008 p.4).

Diferentemente das instituições já citadas, o Instituto Técnico Franco-Paulista, a última das instituições franco-paulista fundada antes da 2ª Guerra Mundial, teve sua criação em 1925, unicamente em São Paulo, embora correspondesse plenamente aos mesmos interesses da França. Seu objetivo era “difundir a cultura técnica francesa, organizando conferencias sobre temas precisos, de escolha paulista, ficando Dumas incumbido da responsabilidade de encontrar o professor adaptado à demanda.” (CARVALHO, 2004 p. 164)

1.4 A Sociedade Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo

Diferentemente das outras escolas estrangeiras de São Paulo, que priorizavam alunos de famílias imigrantes, o liceu paulista atendeu, desde o início, um maior número de alunos brasileiros, filhos da elite local, e alguns poucos filhos de imigrantes franceses, admitindo também, em pequena quantidade, alunos de famílias oriundas de outros países. (CANTUÁRIA, 2005).

Em 17 de maio de 1923, foi nomeado o primeiro conselho de administração para a constituição da Sociedade Civil Lyceu Franco-Brasileiro “São Paulo”:

(...) Conde Maurice de Périgny, George Thyss, Ferdinand Pierre, Emile Pilon, Dr. Julio Cesar Ferreira de Mesquita, Dr. F. P. Ramos de Azevedo, Dr. Victor da Silva Freire, Dr. João Alves Lima. Que dão desde já empossados os seus cargos. Ficando designado para servir o cargo de presidente o Dr. Julio Cesar Ferreira de Mesquita e para o cargo de vice-presidente, na falta ou impedimento daquelle, o Dr. F. P. Ramos de Azevedo, o qual por sua vez será substituído pelos dois últimos, na ordem da nomeação. (Estatuto do Lyceu Franco-Brasileiro

Os signatários da referida Ata, eram industriais, latifundiários, e profissionais liberais ligados a atividades políticas e culturais da época. Dentre eles, destacaram Ramos de Azevedo, proprietário do maior e mais importante escritório de engenharia da época, e Júlio de Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, por serem os mais envolvidos e atuantes na construção e desenvolvimento do Lyceu.

Esses senhores, além de assumirem cargos na direção administrativa do liceu, também colaboraram com doações para sua manutenção, como fica expresso no Estatuto:

O patrimônio será constituído: a) pelas contribuições dos sócios ; b) pelas subvenções concedidas pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado de São Paulo; c) pela subvenção concedida pelo Governo da república Franceza; d) pelos imóveis que a Sociedade adquirir ou construir; e) por legados e doações; f) pelos saldos constantes dos balancetes da receita e da despesa; g) por quaesquer outros bens que venham a pertencer á sociedade. (Estatuto do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, cap. II; art. 4, 1923 – Arquivo do Estado, C10444/0967)

Além das doações em dinheiro feitas no momento da escritura do Estatuto pelos signatários⁶, o terreno onde foi construída a escola e a sua própria construção foram doações de Ramos de Azevedo.

A cerimônia da colocação da pedra fundamental foi simples e restrita a não mais que 30 pessoas. Além de George Dumas e Ramos de Azevedo, estavam também presentes Washington Luiz Pereira de Souza, presidente do Estado; Pandiá Calógeras, Ministro da Guerra; Jorge Tibiriçá, ex-presidente do Estado, e representantes das

⁶ Consta do Estatuto cap. VIII; art. 33: Elles outorgantes e reciprocamente outorgados, como membros fundadores da sociedade ora constituída, contribuem para o início do patrimônio social com as seguintes quotas: Societé Anonyme Françaisedes Lycées Franco-Bresiliens (240 contos de réis) Dr. F. P. Ramos de Azevedo (40 contos de réis) Companhia Paulista de Estradas de Ferro (10 contos de réis) Dr. Linneu de Paula Machado (10 contos de réis) Dr. Victor da Silva freire (10 contos de réis) Dr Luiz A. C. Galvão (5 contos de réis) Dr. Carlos J. Botelho (5 contos de réis) Dr. Arnaldo Dumont Villares (4 contos de réis) José de Sampaio Moreira (2 contos de réis) Dr. Alfredo Pujol (2 contos de réis) Dr. Luiz Betim Paes Leme (2 contos de réis) Dr. Pio de Almeida Prado (2 contos de réis) Dr. Ruy de Paula Sousa (2 contos de réis) Senador Vicente de Paula de Almeida Prado (2 contos de réis) José V. de Almeida Prado Junior (1 conto de réis) Lupercio Teixeira Camargo (1 conto de réis) Dr. Júlio Cesar Ferreira de Mesquita (1 conto de réis) Dr. João Alves Lima (1 conto de réis) Tudo no total de rs. 340:000\$000 (340 contos de réis)

principais escolas de ensino superior de São Paulo - Direito, Medicina e Politécnica -, e outros ligados a fundação do colégio. (80 anos do Liceu Pasteur, 2006)

A presença dessas personalidades na cerimônia, assim como a importância dos signatários da fundação da Sociedade Lyceu Franco-Brasileiro, indica que os alunos do liceu paulista seriam da elite.

O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo correspondia a uma escola de nível secundário, sem fins lucrativos. Aos sócios fundadores caberia o compromisso de manter o seu funcionamento, como está descrito em seu estatuto:

Pela presente escriptura e na melhor forma de direito, constituem nesta Capital, como sócios fundadores, uma sociedade civil, sem nenhum propósito de lucros, no exclusivo interesse do ensino público, destinada a crear e a manter um lyceu de instrucção secundária. (Estatuto do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, 1ª deliberação, 1923 – Arquivo do Estado, C10444/0967)

Outra característica do Lyceu Franco-Brasileiro, anunciada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, era a configuração seriada de seus estudos secundários. Mas, como uma escola seriada não correspondia às exigências legais brasileiras, o Lyceu atendeu, nesses primeiros anos, aos costumes da época, oferecendo também um curso mais curto, preparatório dos exames de seleção para as escolas de nível superior. O edital do jornal *O Estado de S. Paulo* deixou claro, no entanto, que esta atitude não era considerada correta pelos idealizadores do Lyceu:

O curso do Lyceu Franco-Brasileiro “S. Paulo” está enteado no modelo dos lyceus francezes, não só quanto ao plano dos estudos como também, e sobretudo, quanto á organização do ensino. No entanto, os seus diretores, obrigados, em parte, a fugir ao modelo, em que se inspiraram, tiveram de introduzir uma innovação, para o adaptarem não ás exigências de um ensino ideal, mas as condições reaes de nossa instrucção secundária. Essa innovação ditada por um motivo de caráter todo particular, e, já se vê, e não podia deixar de ser provisória: depois dos 4 primeiros annos, communs a todos os alumnos, o curso se esgalha em duas séries, uma das quais é o prolongamento, sem quebra de continuidade, do curso normal do Lyceu e a outra (está ahi a condescendência necessária com a situação actual do ensino) se destina a preparação immediata de exames parcellados. (OESP, 10 mar 1925, p. 4)

A criação dessa instituição, na década de 1920, estava articulada a determinados setores que pretendiam criar uma escola diferenciada, laica, mas de nível considerado moderno quanto á formação intelectual dos alunos. Esse projeto se insere no ideário de grupos da sociedade paulista voltados aos interesses urbanos e industriais, com

perspectivas de modernização em diferentes níveis, gerando uma efervescência cultural, artística e dos costumes, manifestados inclusive por movimentos culturais como a Semana de Arte Moderna de 1922.

As primeiras décadas do século XX foram momentos em que se repensava o ensino secundário, assim como o nível superior, gerando debates entre intelectuais, em São Paulo. Os debates eram assunto nos jornais e congressos da época, que davam destaque ao projeto de criação de uma universidade para São Paulo.

Desde o início da década de 1920, o jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou diversas propostas para o ensino secundário em editoriais, ressaltando as dificuldades e falhas do ensino no Brasil, e apontava para soluções apoiadas em modelos franceses que, segundo seus editores, deveriam ser empregados:

Em França, onde o que se procura no ensino é antes uma lenta formação do espírito dos jovens, do que uma apressada acumulação de conhecimentos isolados. (OESP, 17 jan 1925, p.3)

Outros editoriais apontavam a importância do ensino secundário para a elite do país:

Temos insistido na necessidade de se reformar o ensino secundário, afim de torná-lo a verdadeira preparação daquelles que, dentro em pouco ingressarão para as classes pensantes e dirigentes do país. (OESP, 22 jan 1925, p. 3)

Não eram raras as severas críticas à qualidade do ensino secundário:

O professor ensina como sabe, mas em regra não sabe muito (...) no fim do anno elle mesmo examina e julga seus alumnos. A inspecção é um mytho. Se o professor lecionou francêz com sotaque italiano, com erros e defeitos, se ensinou errado, a nota mais alta é obtida pelo alumno que melhor seguil-o nos erros e nos defeitos. (OESP, 06 mar 1931, p. 5)

Em defesa do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, que iria inaugurar sua sede própria, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma série de editoriais louvando as qualidades da nova escola. Atestava com certeza a importância de uma escola francesa dirigida por uma junta de diretores franceses e brasileiros. Defendia também a idéia de que a França era uma nação que prezava uma educação cuja base era apoiada sobre a importância das tradições articuladas às realidades nacionais:

A direção intelligente e experimentada do Lyceu, se já não tivesse a consciência profunda dessa verdade pedagógica, já a teria tomado das

próprias fontes da cultura francesa, preocupada, mais do que qualquer outra, em vincular ao seu país o homem que, na frase de Anatole France, “não é nada, se não fôr o producto de sua terra (OESP, 08 mar 1925, p. 2)

A relevância da presença do professor e consultor técnico francês e do método também francês na formação da escola era assinalada pelo jornal, embora tomando o cuidado de se justificar perante a política educacional nacionalista:

O que caracteriza, porém do ponto de vista educativo, o Lyceu, não é tanto o programma do curso vasado no molde francês, com as variantes determinadas pelas condições do meio, quanto à orientação, que será adoptada, sob a direção technica de um especialista na matéria. Todas as disciplinas serão ensinadas segundo o método francês, assim chamado, não por se ter originado na França, mas por ter penetrado de tal maneira a educação neste paiz, que passou a orientar o ensino de todas as matérias, num sentido determinado e preciso, sob a inspiração dos mesmos princípios pedagógicos, que só o systema francês soube explorar, em toda sua extensão e intensidade, em proveito da formação do espírito (OESP, 10 mar 1925, p. 3).

Julio de Mesquita publicou também em seu jornal uma série de artigos de autoria de George Dumas e de Fauconnet.

Mas é a visita de Fauconnet a São Paulo, em 1927, que parece ter produzido laços mais estreitos com o grupo de educadores paulistas. A intensidade desses laços pode também ser medida pela frequência e pela quantidade de artigos de sua autoria publicados em O Estado de S. Paulo, muitos deles transcritos na revista Educação. (CARVALHO, 2004, p. 167)

Artigos que têm início em 1923 e continuaram até 1930. O assunto versava em torno da educação, principalmente sobre as novas propostas na França de uma escola única e a respeito das humanidades, que tinha em Fauconnet um grande defensor. Em seus artigos no *Estado de São Paulo* argumentava e justificava a importância do tema:

A tradição humanista não morreu. (...) Uma grande cultura literária “puramente moderna” é perfeitamente compreensível. Se nem todos podem se tornar bons humanistas, se é mesmo preferível que nem todos estudem as línguas mortas, é preciso instituir um ensino literário moderno de humanidades modernas. (OESP, 09 maio 1928, p.4)

Em um artigo a respeito da educação para países jovens como o Brasil argumentou:

É necessária, aos adolescentes de vossa melhor sociedade, uma grande cultura intelectual. As humanidades modernas, com fundamento nas sciências e nas línguas vivas, a esse respeito, deixam muito a desejar.

Como processo de alta cultura, a sua technica didáctica é imperfeita. Ellas cultivam pouco e mal. (...) Em resumo: não há cultura possível sem humanidades greco-latinas. (OESP, 06 jan 1929, p. 4)

Outro assunto freqüente nos artigos de Dumas e Fauconnet era a instituição, na França, da Escola Única, tema que estava em pauta nos debates de intelectuais e na imprensa de ambas as nações, na concepção de Dumas:

Actualmente, o Estado tem em seus estabelecimentos de instrucção, duas juventudes: a juventude popular da escola primária e a da escola primária superior; a juventude dos lyceus e dos collégios secundários, que constitue, mais tarde a juventude das faculdades. (...) ensino ministrado por mestres differentes, em edificios differentes, segundo a condição social dos alumnos. (...) Sem dúvida, a reforma será, apenas, parcial, pois que o Estado só poderá intervir nos estabelecimentos que delle dependem, mas tem o dever de dar o exemplo, reunindo, nos mesmos bancos todas as crianças ás quaes distribui o pão quotidiano da instrucção primária. (OESP, 19 ago 1928 p. 7)

Fauconnet mantinha o debate:

Em toda democracia, a cultura intellectual deve ser, até certo ponto, homogênea. As “lutas de classes” são más, mesmo no terreno pedagógico e escolar. A França soffre com uma opposição excessiva entre o seu ensino primário e o seu ensino secundário. A questão das humanidades faz parte do problema mais geral da “Escola Única”. (OESP, 09 maio 1928, p. 4)

É interessante notar a diferença de postura pedagógica e social dos dois interlocutores franceses quanto à educação elitista e segregaria na França, e a posição que assumiam na missão francesa ao Brasil e aos países Latinos Americanos, quanto ao mesmo assunto. Fauconnet, então redator da revista *Pour L'Être Nouvelle*, tinha como marca editorial a defesa de questões políticas de transformação social pela educação e pela renovação escolar, que tinham como modelo as reformas escolares realizadas em países como a Rússia comunista. Fauconnet defendia a implantação da Escola Única, que unia o Estado e diferentes interesses sociais como sindicatos e partidos políticos na reorganização escolar francesa. (CARVALHO, 2004). Dumas, em seus artigos, criticava o ensino secundário voltado para as camadas mais ricas da sociedade que poderiam pagar por ele, enquanto o Estado se ocupava primordialmente das escolas primárias, exatamente o que ocorria na época no Brasil. Em contrapartida, o que decorria das ações de Dumas e Fauconnet em São Paulo era a defesa da fundação de um liceu francopaulista que atenderia os filhos da elite intelectual e social. E é no contato com essa elite e para essa elite que estava voltada toda a política cultural francesa no Brasil.

Entre nós, o secundário representava, igualmente, um meio de preservar privilégios e manter a separação entre a elite identificada com o mundo branco e europeu e o restante da população, composta de mestiços, negros e índios. Eram cursos reservados a alunos em condições econômicas favoráveis, conservando-se, sempre, como um curso pago. (BITTENCOURT, 2008 p. 49)

O jornal *O Estado de S. Paulo*, em seus artigos sobre educação, demonstrava a preocupação com o assunto, e apresentava suas propostas de um programa educacional que enfatizava, majoritariamente, o sistema educacional voltado para o ensino secundário e o superior. Diferenciava assim a função social de cada nível de instrução, defendendo uma educação direcionada: educação primária para a classe baixa, consideradas como massa popular; educação profissional para a classe média, como força de trabalho; e a educação secundária e superior para uma elite, que formaria os intelectuais e dirigentes da nação.

Essa ênfase do *O Estado de S. Paulo* com relação ao assunto explica a posição de Julio de Mesquita na defesa da criação do Lyceu Franco-Paulista São Paulo e sua relação com Ramos de Azevedo e George Dumas.

1.5 O Lyceu e seus mentores:

Ramos de Azevedo

Ramos de Azevedo, não vinha de família rica, nem descendente dos “barões do café”. Era filho de João Martins de Azevedo, major do exército e dono de uma loja de armarinhos, em Campinas. Nasceu por acaso em São Paulo em uma viagem feita por sua mãe, mas fazia questão de dizer que era campineiro, “um homem do interior que venceu em São Paulo” (LEMOS, 1993, p.3). Aos 18 anos, concluídos seus estudos, fez inscrição para a Escola Militar, mas abandonou a carreira em 1872, quando começou a trabalhar em projetos e cálculos para as obras das estradas de ferro paulistas que estavam em expansão, serviço voluntário que na época era comum aos jovens de classe média. Segundo Lemos, ele conseguiu ascensão pelo apoio do Visconde de Parnaíba, uma amizade que foi fundamental no início de sua carreira. Foi o Visconde o seu grande protetor e incentivador para que seguisse a carreira de engenharia.

Graças a essa amizade, fez o curso de engenharia da “École Speciale Du Gênie Civil et des Arts et Manufactures”, curso anexado à Universidade de Gand na Bélgica,

onde também frequentou o curso de Arquitetura. Concomitantemente, matriculou-se na Escola de Belas Artes de Gand o que explica seu interesse pela arte⁷.

Ao retornar de seus estudos na Bélgica, em 1879, Ramos de Azevedo trazia em sua bagagem a idéia de modernização do estilo arquitetônico francês (LEMOS, 1993). São Paulo, na segunda metade do século XIX, vivia uma transformação urbana, com a mudança das famílias dos barões do café de suas cidades no interior para a capital, e com o crescimento de uma classe média de maiores posses, devido à expansão do comércio do café e ao nascimento das indústrias. Essas mudanças favoreceram as criações arquitetônicas de Ramos de Azevedo que, a partir daí, passou a ter prestígio junto à essa elite. Durante toda a sua carreira como arquiteto, construiu muito das antigas mansões de São Paulo, como também no interior do estado⁸. Ramos de Azevedo rompeu com a tradição da arquitetura ibérica adaptada aos trópicos e com a utilização de materiais disponíveis no meio ambiente. Esse rompimento significou, além de material de construção importado, também a mão-de-obra como mestres de obra, desenhistas e projetistas (LEMOS, 1993). Mas o que ele realmente trouxe como inovação foi um novo modo de morar, e isso se configurava na divisão interna das casas de acordo com uma etiqueta diversa da existente no Brasil, que agradava uma elite burguesa desejosa de “morar à francesa”:

Essa nova planta primava por uma providência que distinguia perfeitamente três áreas distintas: a de estar e receber, a de repousar ou dormir e a de serviço e a circulação deveria ser tal que permitisse o acesso de uma à outra sem que se passasse pela terceira. (...) Para assegurar o mencionado esquema circulatório francês surgiu a novidade do vestíbulo, (...) que nas casas mais ricas, era monumental, com pé direito duplo.(LEMOS, 1993 p. 38-39)

⁷ Ramos de Azevedo também foi um protetor de artistas, durante os 14 anos de construção do Palácio das Indústrias. Vários artistas, com o pretexto de executar algum trabalho para a obra, foram acolhidos por Ramos de Azevedo, durante alguns, anos no local. (LEMOS, 1993). Outra ação que demonstra o interesse de Ramos de Azevedo pelo auxílio aos novos artistas foi a de ter participado da iniciativa de bolsas de estudo em escolas na Europa a jovens artistas paulistas que tivessem se destacado em suas áreas. Entre esses artistas bolsistas se encontravam Anita Malfatti, Sousa Lima e Victor Brecheret. (LEMOS, 1993)

⁸ Entre as residências de importância estão as de: Conde de Parnaíba, Marquês de Itu, Barão de Limeira, José Vasconcelos de Almeida Prado, Condessa de Parnaíba, Alfredo Ellis, Manoel Lopes de Oliveira, Bernardino de Campos, Luiz Anhaia Mello, Barão de Ataliba Nogueira, Olívia Guedes Penteado, e muitas outras. (LEMOS, 1993)



Fonte: LEMOS, 1993 p.83

Casa de Ramos de Azevedo, projeto que seguia fielmente o modelo de “morar a francesa” pelo desenho arquitetônico da fachada, o recuo da rua, jardins laterais, vestíbulo e a cozinha localizada no porão.

Sua preferência pela França provavelmente o levou a casar-se com uma jovem filha de imigrante francês em Campinas, aparentada com famílias de propriedades em Batatais, e de Francisco Glicério general e político influente da época (MICELLI, 2003). O início da ascensão na carreira de Ramos de Azevedo como construtor de obras públicas se deu pela ajuda de seu antigo protetor da construção das estradas de ferro, o Barão de Parnaíba, que o escolheu para construir o prédio do Tesouro Nacional em São Paulo. Transferiu seu escritório para São Paulo, e a partir daí foi construindo paulatinamente seu patrimônio por meio de uma série de negócios ambiciosos, pela competência das obras, e pelas amizades. Ramos de Azevedo possuía livre acesso e trânsito nos círculos oligárquicos. (MICELLI, 2003).

Sua entrada no mundo dos negócios - além das inúmeras obras públicas de engenharia e arquitetura importantes para a cidade de São Paulo⁹ - teve início em 1889, quando participou da Companhia Melhoramentos de São Paulo, negociando terrenos, casas, empreitadas, hipotecas. Em seguida, assume a chefia da carteira imobiliária do Banco União de São Paulo, e a partir daí, seus negócios foram se avolumando: tornou-se sócio de várias empresas ligadas à materiais de construção, terrenos e lotes residenciais e imobiliárias. Fundou juntamente com Hermelindo Matarazzo o Banco Ítalo-Belga em 1911, e assumiu o posto público de presidente do Conselho

⁹ Relação das obras que tiveram participação de Ramos de Azevedo: 1881 – Edifício do Tesouro Nacional; 1891 – Palácio do Governo; 1892 – Quartel da Luz; 1894 – Escola Normal; 1895 – Asilo de Alienados do Juqueri; 1895 – Escola Modelo da Luz; 1896 – Secretaria de Polícia; 1896 – Tesouraria da Fazenda; 1896 – Secretaria da Agricultura; 1898 – Grupo Escolar do Brás; 1898 – Laboratórios Graís da Escola Politécnica; 1900 – Edifício do Liceu de Artes e Ofícios; 1902 – O portal e o Necrotério do Cemitério da Consolação; 1911 – Teatro Municipal de São Paulo; 1914 – Segunda Estação da Estrada de Ferro Sorocabana; 1917 – Palácio das Indústrias; 1917 – Grupo Escolar Rodrigues Alves; 1922 – Palácio da Justiça; 1923 – Mercado Municipal de São Paulo; 1926 – Liceu Franco-Brasileiro de São Paulo.

Administrativo da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, em 1925. (LEMOS, 1993).

Eram de tal monta e relevância econômica os interesses empresariais de Ramos de Azevedo nas inúmeras empreitadas e contratos milionários firmados com as autoridades públicas nessa época – por exemplo, o Theatro Municipal, entre outros – que ele preferiu renunciar ao cargo de senador estadual, para o qual fora eleito em 1904, para não ficar impedido de aceitar obras do governo. (MICELLI, 2003 p. 35)

A participação política de Ramos de Azevedo não se limitou a alguns meses como senador: foi membro atuante do PRP, partido pelo qual se elegeu senador, e em 1917 tomou parte na Liga Nacionalista de São Paulo. Definiu sua atuação política com sua participação no Partido Democrático e mais tarde na União Democrática Nacional. Essas organizações, embora defendessem novas posturas políticas, eram conservadoras em seus fins, e muitos membros do PRP estavam em suas fileiras. É interessante notar que vários companheiros de Ramos de Azevedo dessas novas organizações também estariam com ele na fundação da Sociedade Civil do Liceu Franco-Brasileiro de São Paulo, como é o caso de Julio de Mesquita, Frederico Vergueiro Steidel, Reynaldo Porchat e outros.

Uma das mais importantes atuações de Ramos de Azevedo foi a criação e direção da Faculdade de Engenharia de São Paulo, a Politécnica, em 1894, juntamente com Paula Souza¹⁰.

Ramos de Azevedo mantinha a defesa de importação de modelos arquitetônicos europeus também na construção de escolas, um exemplo é a construção da Escola Normal da Praça cujo projeto foi comparado às melhores escolas da Europa, projetada de acordo com as mais novas teorias pedagógicas da época tornou-se um divisor de águas na arquitetura escolar no Brasil (LEMOS, 1993). A mesma dedicação se deu quanto à construção dos laboratórios da faculdade Politécnica, o edifício do Liceu de Artes e Ofícios e o Liceu Franco-Brasileiro.

Para a construção do Lyceu Franco-Brasileiro, Ramos de Azevedo doou um terreno que possuía na Vila Mariana. Mas, ao iniciar as obras, percebeu que para o

¹⁰ Pouco antes de morrer Ramos de Azevedo doou a Politécnica uma soma em dinheiro que era o equivalente ao que recebera da faculdade em salários nesses 34 anos como professor e como diretor. (LEMOS, 1993)

projeto que pretendia executar o terreno era pequeno: comprou então dois lotes vizinhos pertencentes a seus sobrinhos (LEMOS, 1993).

Foto da construção do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo



Fonte: arquivo do Colégio Liceu Pasteur

Terminada a obra, o edifício escolar primava pela magnificência da construção dentro de todas as normas pedagógicas e higiênicas brasileiras. Lemos relata também em seu livro que terminadas as obras, a Sociedade Civil do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo devia a Ramos de Azevedo uma soma em dinheiro “nada modesta” pela construção da escola. Ramos de Azevedo, além de ter doado o terreno, cancelou a dívida.

Elogiando a obra de Ramos de Azevedo e propagando toda a modernidade exemplar da construção, o jornal de Julio de Mesquita assim relatou todas as particularidades da região onde estava localizada a escola bem como todas as qualidades de suas dependências:

Neste anno, porém, já se reabrirá, no Alto da Villa Mariana, onde, na encosta aprazível de uma collina, a capacidade do Sr. Ramos de Azevedo ergueu um desses edificios escolares, em que a elegância austera das linhas architectonicas reveste um interior inteiramente adequado ao fim a que se destina. (...) De accôrdo com a tendência moderna de edificar os collegios fóra dos centros das grandes cidades, os directores escolheram, para a construcção desse prédio, um local bastante longe do centro, para a vivencia numa atmofera fortificada pelos ares tonificantes dos campos e bastante perto para ser esse estabelecimento de ensino acessível, (...) em cujas amplas janellas, que tornam possível o mais completo arejamento de todas as suas secções, ainda podem os olhos embeber-se na contemplação de carnaúbas pitorescas. Por ahí passa, hoje, a cintura verde da cidade, que se vão alargando, na expansão maravilhosa de suas construcções. O que também colloca os magníficos pavilhões do Lyceu ao nível dos mais perfeitos exemplares do gênero, é o critério hygienico e

educativo, a um tempo, que presidiu a sua construção, rigorosamente modelada pelos preceitos que regem as grandes edificações escolares (OESP, 07 mar 1925, p.3).

Ramos de Azevedo faleceu dois anos após a inauguração do edifício escolar do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, em junho de 1928. Devido à importância de sua obra para a cidade de São Paulo, foi erigido na Avenida Tiradentes, o Monumento a Ramos de Azevedo, que está hoje em frente à Escola Politécnica.

Julio de Mesquita

As primeiras décadas do século XX foram tempos de mudanças e prosperidade, em São Paulo. Dentre os agentes mais influentes nessas mudanças estava sem dúvida o jornalista Júlio de Mesquita e o seu jornal *O Estado de S. Paulo*. Como a maioria da elite intelectual da época, Julio de Mesquita era defensor da melhora da educação no Estado, e para isso não deixava de se utilizar da força de seu jornal na formação de opiniões. Pessoa de opiniões fortes e carismático, Júlio de Mesquita não se preocupava se para defender uma idéia tivesse de se colocar em oposição ao próprio partido, o PRP, mesmo durante as crises, como em 1901:

A iniciativa de crítica ao estado do ensino primário em São Paulo parte justamente do editor do OESP, Julio Mesquita, uma das lideranças da dissidência do PRP, e estampa-se no jornal que fora criado para ser o seu órgão de propaganda. (BONTEMPI JUNIOR, 2008, p. 270)

Julio Cesar Ferreira de Mesquita nasceu em 1862, filho de imigrantes portugueses que vieram para a cidade de Campinas. Iniciou seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1879. Foi na Faculdade, em contato com colegas e professores republicanos, que decide filiar-se ao Partido Republicano de São Paulo. Em 1881, faz parte de corpo de redatores do jornal acadêmico *A República*. Em 1882, durante uma comemoração republicana para Campos Sales, em Campinas, em determinado momento, na seqüência de oradores que foi iniciada por Rangel Pestana, ocorreu a ausência do último orador, sendo chamado para substituí-lo o ainda acadêmico Julio de Mesquita, que na época já escrevia para a *Gazeta de Campinas*, tradicional órgão defensor do PRP (GOULARD, 1954).

No ano de 1884, Julio de Mesquita já se encontrava em São Paulo como jornalista da *A Província de São Paulo*, jornal fundado por Rangel Pestana para

propagar os ideais republicanos. Além de ser um jornal de cunho político, *A Província de São Paulo* incluía em suas seções assuntos variados como atualidades, instrução pública, economia, entre outros. Possuía em suas fileiras colaboradoras republicanos de importância nacional como Bernardino de Campos e Campos Sales. Teve sempre uma postura inovadora, como por exemplo o fato de ser o primeiro jornal a ter uma vendagem avulsa pelas ruas da cidade (GOULART, 1954). As posturas políticas independentes de Julio de Mesquita, em sua carreira como jornalista, podem ter sido influenciadas por Rangel Pestana, pois foi sob sua direção que trabalhou por mais de seis anos:

A Província, por influencia e ação de Rangel Pestana, que “entendia que um jornal verdadeiramente influente como órgão de partido não pressupõe a sua propriedade pela agremiação”, veio à luz com um discurso apartidário e independente, declaradamente defensor das reivindicações gerais. (BONTEMPI JUNIOR, 2008 p. 270)

Foi Rangel Pestana que, em 1888, o promoveu a redator chefe, e quando em 1890 foi chamado a integrar a Junta Governativa do Governo Provisório, transmite o comando do jornal a Julio de Mesquita. Nesta ocasião, Mesquita muda o nome do jornal para *O Estado de S. Paulo* e se empenha em debelar as dívidas financeiras nas quais o jornal estava atolado.

Na já referida crise do PRP, em 1901, Julio de Mesquita deu início a uma fissura no partido, quando, por motivos ideológicos, indicou, pelo jornal, dois candidatos a Presidência da República e Presidência do Estado, diferentes dos indicados por Campos Salles. Em setembro do mesmo ano, lançou um manifesto e a convocação para uma Convenção de Dissidência. O resultado dessas atitudes foi a saída da maioria dos acionistas da sociedade mantenedora do jornal, o que levou Julio de Mesquita a adquirir essas ações, tornando-se o acionista majoritário. Em 1902 tornou-se o dono da empresa.

Julio de Mesquita manteve sempre a sua postura de liberdade de opiniões, segundo Goulard, em pesquisas a respeito de sua postura política e seus discursos. De acordo com o pesquisador, na primeira seção como Deputado Estadual, em 1891, Mesquita afirmou em discurso: “Não sou nem amigo nem inimigo do governo da União”; em 1901, na dissidência do PRP, declarou: “batemo-nos contra a ditadura e a oligarquia”. E em um polêmico discurso de 1908, afirmou, sobre si mesmo: “Sou livre pensador, sempre o fui e espero morrer livre pensador”, e concluiu “O meu voto é a expressão sincera do meu feito” (GOULARD, 1954 p. 336-337).

Na defesa da liberdade de expressão estava embutida também a defesa de posições políticas tradicionais. Julio de Mesquita e seu jornal agiam como um forte elemento estabilizador da situação política da classe dominante. O jornal *O Estado de S. Paulo*, em seus editais, criticava a oligarquia dominante em suas prepotências e mandos ditatoriais no campo político; mas, por outro lado, defendiam, no campo econômico, os proprietários de terras e cafeicultores, a quem denominavam “classe dos lavradores” ou “classe laboriosa”, a quem Mesquita atribuía a propriedade e a hegemonia de São Paulo perante os outros estados da União.

Não se lhes afigurava que esse setor da classe dominante paulista era não apenas o dominante sobre a sociedade, mas também o detentor do poder político. (CAPELATO, 1980 p. 68)

Como representantes liberais, Rangel Pestana e Julio de Mesquita “acreditavam que as oposições poderiam assegurar plena realização dos ideais democráticos” (CAPELATO, 1980 p. 24).

Outra postura política do jornal *O Estado de S. Paulo* era a luta contra a tendência centralizadora do Estado, que teve seu ponto mais crítico na reforma da Constituição em 1926, pelo então presidente da República Artur Bernardes. Julio de Mesquita comparava o movimento centralizador a um fortalecimento de autoridade e poder, e “em suas críticas estava presente a condenação aos excessos do Poder Executivo.” (CAPELATO, 1980 p. 29).

Determinadas atitudes políticas de Julio de Mesquita quase levaram o seu jornal à falência. Em 1914, por exemplo, durante a guerra, tendo assumido a postura a favor dos aliados, recebeu como retaliação da economicamente poderosa colônia alemã a retirada dos anúncios do jornal. E, como o papel que utilizava para o jornal era de procedência germânica, teve que enfrentar um aumento exorbitante de sua principal matéria prima. (GOULARD, 1954).

A importância da educação para Julio de Mesquita e para o “Grupo do Estado” era fundamental para se formar uma elite intelectual capaz de compreender os problemas pelos quais a Nação passava, e dar a eles solução adequada. Defendiam sempre em editais e artigos a educação secundária superior como única saída ao problema educacional, que consideravam o motivo principal do “atraso” do país em relação às grandes potências mundiais. Para Capelato, sob as idéias liberais, “o conservadorismo, o elitismo e a postura de classe dominante são a tônica das propostas do jornal.” (CAPELATO, 1980, p. 129)

O início do século XX marca o surgimento de um movimento nacionalista, e em São Paulo, esse pensamento se fazia cada vez mais forte entre os intelectuais, que propagavam a defesa dos recursos e da cultura do país contra o estrangeiro. Julio de Mesquita caminhava em sentido contrário: para ele, o progresso econômico do país não se apoiava em bases nacionalistas.

Foi provavelmente nesta visão universalista sobre a educação que levou Julio de Mesquita a se colocar como um dos grandes defensores do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo. E também mais tarde, seu filho Julio de Mesquita Filho se torna um dos grandes amigos brasileiros de George Dumas, e incentivador da fundação da Universidade de São Paulo.

Em março de 1927 morre Julio de Mesquita, assumindo a direção do jornal Julio de Mesquita Filho, que segue a mesma ideologia e postura política de seu pai.

Julio de Mesquita participou integralmente da criação e fundação do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, empenhou artigos e editoriais de seu jornal nesse sentido além de fazer parte da Sociedade do Lyceu como um dos seus principais interlocutores. Para ele, o Lyceu representaria a configuração escolar de um ensino secundário dentro das propostas educacionais que defendia.

George Dumas

Dentre as muitas personalidades estrangeiras que vieram ao Brasil em diversas ações culturais, destacou-se George Dumas, como foi referido anteriormente, e citado em vários estudos sobre o período, notadamente quanto ao seu papel na fundação da Universidade de São Paulo.

George-Alphonse Dumas era médico e psicólogo¹¹. Essa dupla formação universitária permitiu que satisfizesse as necessidades expressas pelas elites brasileiras que responderam com entusiasmo às suas propostas de cooperação universitária, considerando a ascensão dos médicos nos projetos educacionais brasileiros

¹¹ George Dumas foi *agrégé* de Filosofia em 1889, doutor em Medicina em 1894, chefe do laboratório de Psicologia da Faculdade de Medicina de Paris em 1897, doutor em Letras em 1900, titular da cadeira de Psicologia Experimental na Sorbonne de 1912 a 1937, professor de Psicologia Patológica na Universidade de Paris de 1921 a 1937. Além de vários livros, artigos publicados em revistas e jornais franceses, e diversos artigos para a América Latina, sua principal obra foi o *Traité de Psychologie* de 1923. Embora editado após a Primeira Guerra Mundial, foi escrito antes de 1914, e Théodule Ribot, seu mestre, escreveu o prefácio, dessa obra de dois tomos. Foi o primeiro tratado de Psicologia em língua francesa e a primeira obra coletiva do gênero ao nível mundial.

(MARTINIÈRE, 1982). Dumas era um homem de ação e concretizou a intenção francesa de união entre a diplomacia e a universidade, criando no Brasil as condições de implantação da política cultural francesa (SUPPO, 1998). Na intenção de expandir essa cultura, George Dumas não hesitava em tomar decisões mesmo contrárias ao espírito laico da república francesa. Ao perceber a importância e a força da Igreja Católica no Brasil, Dumas, em ação diplomática, aproveitou-se dessa força como aliada a seus intentos de domínio cultural, através das escolas confessionais francesas. Nesta iniciativa, propôs, na França, a reabertura dos noviciados que haviam sido suprimidos no início do século. O intuito de George Dumas era poder enviar novos padres para as congregações religiosas francesas no exterior, incluindo o Brasil (SUPPO, 1998). Por essa atitude, George Dumas foi questionado, e se justificou na imprensa francesa:

Nós não devemos julgar a América Latina pela nossa ótica francesa e nossos critérios habituais. Ela ignora essas classificações rígidas de partido, essas incompatibilidades políticas e religiosas que a história criou em nossa terra. Ela fez seu o ideal de justiça e de liberdade da Revolução completamente fiel à suas crenças, que são como o seu costume, a base de sua educação moral¹² (SUPPO, 1998 p. 136).

Para Dumas, o anticlericalismo não era um artigo de exportação. As congregações religiosas se mostravam como base para a propaganda e expansão da cultura francesa.

A Aliança Francesa as tem também apoiado, consciente de que ninguém poderia substituir a obra das congregações, nenhuma instituição laica poderia construir os 150 colégios que estas possuem, onde estudam 100.000 alunos, até mesmo porque, em certos países, as obras laicas não penetrariam tão facilmente dado o catolicismo reinante. (SUPPO, 2000 p. 329-330)

A sociedade francesa teve grandes mudanças a partir de 1870. Houve uma valorização do papel social do intelectual, principalmente com a nova política educacional de Jules Ferry, indissociável à colonização francesa no período. Essa política levava o intelectual francês - professores, artistas e cientistas - aos países da América Latina, África e Ásia em missões como propagadores da cultura francesa e defensores da França. Nessa época, havia entre os franceses a ideologia de que “a

¹² Nous ne pouvons pas juger l'Amérique latine avec notre optique de Français et nos critères habituels. Elle ignore ces classifications rigides des partis, ces incompatibilités politiques et religieuses que l'histoire a créées chez nous. Elle a fait sienne l'idéal de justice et de liberté de la Révolution tout en restant fidèle à des croyances qui sont, pour l'ordinaire, à la base de son éducation morale.

França não coloniza, ela civiliza” (SUPPO, 1998 p. 134), que era um reflexo da superioridade que a França se posicionava em relação aos outros países da Europa. As ações de George Dumas e o seu interesse pela educação retratam o funcionamento da Republica dos Professores:

A questão do ensino deveria ser prioritária dentro da política exterior, visto que as políticas conjunturais e os interesses econômicos são dependentes¹³. (SUPPO, 1998 p. 135)

As atividades de George Dumas na América Latina e mesmo no Brasil, país que sentia uma afeição especial, nunca deixaram de ser uma ação militar (SUPPO, 2000), falsamente científica, em favor da França, por meio de missões culturais, sempre no intento de que o Brasil tomasse, em qualquer situação uma posição a favor da França. Em um relatório confidencial ao serviço de informações do exercito francês George Duma expôs a gravidade da situação do momento:

Por um lado o clero brasileiro (“sem muita cultura”) é antifrancês por razões evidentes: as leis de separação entre a Igreja e o Estado e a expulsão das congregações não são perdoadas. Por outro lado, as missões alemãs ensinam o “ódio à França” e as americanas, sem se constituírem inimigas, são concorrentes. George Dumas conclui que para lutar contra essas missões e expandir a cultura francesa existem apenas dois meios, que devem ser “flexíveis” e adaptáveis: controlar e reforçar a ação das congregações francesas e criar colégios franceses laicos. (SUPPO, 2000 p. 323)

Tendo certeza que as elites brasileiras seriam a favor da influência francesa, nesse mesmo documento, Dumas propôs que as instituições francesas no Brasil custeassem os liceus, concluindo:

(...) servindo nossos próprios interesses pelo desenvolvimento da instrução francesa, nós servimos também os interesses do Brasil; este país se assemelha muito ao nosso e, longe de perder sua personalidade na nossa cultura, ele nela a encontrará. (SUPPO, 2000 p. 324)

Após 50 anos de sua morte, recebe uma homenagem póstuma na qual George Bernanos fala, em seu discurso, sobre o amigo Dumas:

Toda a América Latina lhe era querida e familiar, mas ele amava o Brasil. Ele ia cada vez ao Brasil, como em toda a sua vida, ele se esforçava por ir à verdade, de observação em observação, de

¹³ La question de l’enseignement devait être prioritaire dans la politique extérieure, puisque les questions politiques conjoncturelles et les intérêts économiques en dépendaient.

experiência em experiência, a cabeça alta e livre, o olhar reto, autêntico¹⁴ (MARTINIÈRE, 1982 P. 39)

George Dumas participou e determinou a política cultural francesa na América Latina e em especial no Brasil, sempre por meio de organismos não governamentais: foi membro do Groupement, membro do conselho de direção da Alliance Française e do Comitê France-Amérique (SUPPO, 1998).

Sua participação e seu interesse pelo desenvolvimento cultural e educacional fez com que fosse presença constante nas reuniões e debates sobre a instrução em São Paulo. George Dumas participou da criação do Instituto Técnico Franco-Paulista, assumiu a demanda paulista de envio anual de quatro professores de áreas variadas para conferências em São Paulo; participou da criação da Universidade de São Paulo e de sua composição de professores franceses; e teve ainda presença constante nas reuniões informais sobre educação que aconteciam no jornal O Estado de S. Paulo (CARVALHO, 2004).

Os laços que uniram Dumas ao diretor do jornal Julio de Mesquita Filho, desempenharam um papel central e permanente nas relações entre os universitários franceses e o grupo paulista. (CARVALHO, 2004 p. 166)

A participação de George Dumas na realização do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo foi fundamental, pois ajudou a viabilizar o projeto desde a criação até a inauguração, e também acompanhou passo a passo o desenvolvimento de seus primeiros anos de existência.

1.6 O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo

As ações de representantes da elite paulista, cujas principais figuras se uniram com um objetivo comum e bastante prática, para que se efetivasse a criação de um liceu aos moldes franceses, visavam um curso secundário propedêutico que pudesse preparar com maior cuidado e eficiência cultural os futuros líderes econômicos e políticos do país.

¹⁴ Toute l'Amérique letine lui était chère et familière, mais il aimait le Brésil. Il allait chaque fois au Brésil comme il s'était sfforcé d'aller toute sa vie à la vérité, d'observation en observation, d'expérience en experience, la tête haute et libre, le regard droit, attentif.

Foi com esse espírito que os já citados membros do PRP se uniram, desde o início do século, para a fundação de associações franco-paulistas, no objetivo de trazer o modelo educacional francês para São Paulo, como foi apresentado anteriormente. Ter na capital paulista um ensino secundário francês, considerado um dos melhores da Europa, era justificativa para todos os esforços.

O Lyceu iniciou suas aulas em 1924, embora sua sede própria só tenha ficado pronta em 1926. Nesse ínterim, as aulas foram ministradas no Lyceu de Artes e Ofício de São Paulo. Durante os anos de 1924 e 1925, Julio de Mesquita colocou em seu jornal uma série de editais sobre o Lyceu Franco-Brasileiro, exaltando, em cada um, tópicos diferentes a respeito das qualidades daquela escola, em uma clara defesa e propaganda para a futura inauguração no ano seguinte.

Mas, tal qual se apresenta o ensino secundário francês é o que satisfaz melhor as exigências da formação intellectual, conforme a definimos. (OESP, 06 jul 1924, p. 3)

Conhecidas são de todo mundo as excellencias dos methodos francezes applicados ao ensino das humanidades (OESP, 18 fev 1925 p. 3)

O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, inaugurado pela iniciativa de um grupo de cidadãos de todo ponto respeitáveis, empenhados em dotar o Estado de S. Paulo de um estabelecimento modelar do ensino secundário (OESP, 07 mar 1925, p. 3)

Mas a verdade é que na instituição do Lyceu o objetivo que visaram os seus fundadores, foi antes a criação de um estabelecimento particular de ensino secundário, capaz de contribuir efficazmente para a “formação do espírito nacional”. (OESP, 08 mar 1925 p. 2)

O curso do Lyceu Franco-Brasileiro “S. Paulo” está enteadado no modelo dos lyceus francezes, não só quanto ao plano dos estudos como também, e sobretudo, quanto á organização do ensino.(...) para se avaliar o alcance que tem, para nós brasileiros, a iniciativa do Lyceu Franco-Brasileiro “S. Paulo”, empenhado em orientar “por systema” o seu ensino secundário de accordo com os altos princípios inspiradores da educação franceza. (OESP, 10 mar 1925 p. 4)

Não se restringindo exclusivamente á cultura formal, mas, ao contrario dando a maior importância á essa “função educativa” do ensino secundário, geralmente tão descuidada entre nós, o Lyceu contribuirá por methodo efficaz, não somente para a “instrução”, mas, sobretudo, para o desenvolvimento do espírito scientifico. (OESP, 17 mar 1925 p. 3)

Fica claro nesses artigos que o objetivo dos signatários da escola, trazendo para São Paulo o modelo francês de educação, era porque esses signatários consideravam

esse ensino como o melhor e o mais conveniente aos seus interesses pelas qualidades por eles elencadas nos artigos vistos acima. Mas, pelo motivo de que, nas primeiras décadas do século XX, o nacionalismo se fazia atuante na educação em todo o Brasil e especialmente em São Paulo, os editores do jornal, apesar de enfatizarem em diversos artigos a importância que davam ao ensino francês, procuraram também atenuar a clara intenção de importação cultural, demonstrando um intuito nacionalista na formação nova escola franco-brasileira. É o que demonstra, por exemplo, o editorial de 08 de março de 1925, citado acima.

Embora o jornal assegurasse, na época, que a inauguração do novo prédio aconteceria no ano de 1925, ela só se realizaria no ano de 1926, em uma festividade à altura dos grandes empreendimentos políticos da época.



Fachada principal do Liceu Pasteur no dia de sua inauguração



A ala posterior do Liceu Pasteur — Fotos do arquivo de Ramos hoje depositado na biblioteca da FAU

Fotos da inauguração do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo. Fonte: LEMOS, 1993 p. 102

Não foi encontrado registro do colégio Liceu Pasteur na lista de tombamentos do CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, mesmo assim o edifício do Colégio mantém sua arquitetura antiga com poucas modificações: nos corredores do andar térreo pode-se notar o piso antigo, os acabamentos decorados do teto, as grandes portas de madeira, e as arcadas que marcaram a arquitetura daquela escola.

A área externa é muito grande, contendo, além de uma piscina e duas quadras poliesportivas, um campo de futebol gramado em tamanho oficial.

No pátio interno há um gramado bem cuidado, e no centro deste gramado, uma grande estrutura de cimento, tendo ao alto, forjado em cobre, os bustos de George Dumas e de Ramos de Azevedo, simbolizando a pedra fundamental do colégio.



Foto do pátio interno do Colégio Liceu Pasteur – 2009.

Capítulo 2 – Os primeiros anos do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo

Desde a idealização em 1911 da construção de um liceu francês em São Paulo, e mesmo durante os seus primeiros anos de funcionamento, a educação brasileira sofria uma seqüência de transformações decorrentes da crescente política nacionalista, essas mudanças que se refletiam no funcionamento escolar, em certa medida, impediram a concretização de grande parte do ideário inicial do colégio, propostos pelos primeiros signatários e documentada pelo Estatuto da Sociedade Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo.

Diferentemente de outras escolas de imigrantes, o Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo teve sua fundação decorrente de uma relação de interesses entre a França e uma elite oligárquica paulista, conforme apresentado no capítulo anterior. Seu ideário e sua proposta escolar satisfaziam plenamente às partes envolvidas, mas a realidade dos fatos não ocorreu exatamente conforme o plano inicial.

A cultura escolar pretendida por um ensino secundário assumia a configuração de capital cultural necessário para se alcançar os ensinos superiores, e era um nível de ensino que se constituía como barreira divisória social, ajudando a garantir, a uma elite, a manutenção do poder. As forças tradicionais imperavam na sociedade elitista paulista, apesar da modernização econômica, e a educação secundária refletia fortemente esse espírito conservador. A sociedade brasileira era rigidamente dividida e havia a necessidade de uma elite intelectualizada para ser condutora do futuro do país, mantendo a diferenciação social:

Na verdade, porem, formar essas aristocracias, preparar as elites, educar as individualidades condutoras, são meros eufemismos, destinados a dissimular o fato de se admitir, como definitiva e fatalmente determinada, a destinação dos indivíduos para cada uma das grandes categorias sociais: dirigentes e dirigidos, elite e povo, líderes e massa, os que podem no ócio, fruir a parte mais ilustre da cultura, e aqueles a que o trabalho absorve e não deixa nenhuma oportunidade de aperfeiçoamento cultural. (BASTOS SILVA, 1956, p. 161)

Dentre os documentos relativos aos primeiros anos do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, observa-se que os processos seletivos e formas de avaliação dos alunos, o currículo, os livros didáticos, as matérias ensinadas nas diferentes séries, assim como a forte defesa de um humanismo clássico demonstram a importância dada, para a constituição de uma cultura escolar intelectualizada e elitizada, que possibilitaria a distinção daquela nova aristocracia.

Quem eram, então, os alunos ingressantes do Lyceu em seus primeiros anos e como foram selecionados?

2.1 Alunos e processo seletivo do Lyceu entre 1926 e 1931

Os documentos pesquisados relativos aos alunos do Lyceu fazem parte do acervo do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Pelas Atas e Relatórios de representantes educacionais foi possível analisar todos os exames de admissão ao primeiro ano do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, e os exames de promoção, entre os anos 1926 a 1931. Por meio dos documentos, é possível averiguar os alunos que formaram as primeiras turmas do colégio, e entre outras informações, o local de origem de suas famílias.

Como era de se esperar, a maioria dos alunos pertencia a famílias tradicionais da oligarquia paulista, dentre a mais conhecidos pela influência e participação na política paulista e nacional: Moraes Barros; Ferraz; Mesquita; Villares; Almeida Prado; Almeida Telles; Campos Salles; Moreira Salles; Werneck; Paes de Barros, entre outros.

Da família Sampaio Dória, consta a participação nos exames de admissão para o ano de 1927 de Luis e Osmar Sampaio Doria, porém seus nomes não constam nos exames finais daquele ano, nem em nenhum outro documento na pasta do Arquivo Nacional referente ao Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo. O que se pode concluir que sendo 1927 o ano da fundação do liceu Rio Branco e que teve Sampaio Doria como um dos fundadores e diretores, seus filhos tenham cursado o ginásio naquele estabelecimento.

A partir de 1930, passou a se exigir o registro de origem dos alunos tanto para os exames de admissão como para os exames de promoção, e tais indicações permitiram

traçar uma tabela sobre o perfil do público dos primeiros anos do Lyceu. As atas dos exames traziam escrito o nome do aluno, o nome do pai (ou tutor) do aluno, o local de origem e, em seguida, as notas recebidas em cada uma das matérias.

TABELA 2

ALUNOS DO LYCEU FRANCO-BRASILEIRO SÃO PAULO - 1930

LOCAL DE ORIGEM

Origem	Estado de São Paulo	Capital	Outros estados	Outros países	França
Quantidade de alunos	74	58	09	03	02

Fonte: Arquivo Nacional: Pasta Educação N-IE4-601-RJ

Por esses dados podemos confirmar que embora o Lyceu fosse uma escola fundada para ser a importação de um modelo francês, os interessados no uso desse modelo eram predominantemente de famílias paulistas. Matricular os filhos em uma escola que se propunha a ser um liceu francês em São Paulo era motivo de distinção, o que atraía, além dos filhos da elite rural cafeeira, também alunos filhos de uma nova classe industrial e urbana.

Pela análise do nome de família dos alunos constantes nos documentos acima descritos, percebe-se a quantidade de irmãos e primos no Lyceu, demonstrando que a escolha pelo colégio era feita como opção familiar, de caráter nobiliárquico. No levantamento das datas de nascimento dos alunos, pode-se verificar a mistura de idades para uma mesma série, sendo que em algumas séries chegou a haver uma diferença de quatro anos, com alunos em idades entre 11 e 15 anos matriculados na primeira série do ensino secundário. Trata-se do reflexo de uma educação ainda sem uma estrutura rígida quanto à faixa etária oficializada pelo Estado, mantendo a mentalidade de que o secundário tinha a função essencial de ser um curso preparatório para o ensino superior, e não uma etapa de escolarização necessária a uma formação específica.

Outra ocorrência comum entre os alunos do Lyceu era a presença de irmãos em uma mesma série. Na lista de candidatos para 1931, pôde ser comprovada a irmandade pelo nome do pai, e constam dois casos de irmãos aprovados para uma mesma série, sendo que, em um dos casos, a diferença era de três anos.

Usando como referência os exames de admissão ao primeiro ano e finais das outras séries nos anos pesquisados pelos documentos do colégio no Arquivo Nacional, foi possível montar uma tabela sobre a quantidade de alunos do Lyceu nos seus seis primeiros anos.

TABELA 3
ALUNOS DO LYCEU FRANCO-BRASILEIRO SÃO PAULO
1926-1931

	1º ano	2ºano	3ºano	4ºano	5ºano	TOTAL	Média de alunos por sala
1926	16	4				20	10,0
1927	55	33	20			104	34,6
1928	48	53	14	9		124	31,0
1929	49	31	33	11	7	131	26,2
1930	47	32	18	21	9	127	25,4
1931	21	49	28	19	22	139	27,8

Fonte: Atas dos exames finais dos anos de 1926 a 1931. Arquivo Nacional: Pasta educação N-IE4-601 – R J.

Em relação ao ano de 1925, não há registro do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo no Departamento Nacional do Ensino, o que era uma obrigatoriedade para os estabelecimentos particulares de educação no período. Entretanto, constava nos editoriais do jornal *O Estado de São Paulo*, entre julho de 1924 a março de 1925, referencias ao futuro colégio Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, sendo que sua

construção estava em fase de acabamento e referindo-se como próxima sua inauguração no novo edifício da Vila Mariana. Essas notícias do jornal afirmando um futuro início do colégio podem indicar que o colégio só tenha assumido sua estrutura organizacional como curso seriado a partir de 1926.

Seu funcionamento nas dependências do Lyceu de Artes e Ofícios não deveria conter a estrutura organizacional escolar projetada, até porque o espaço era mais restrito, o que pode explicar a pequena quantidade de alunos que migraram com a escola para as novas dependências.

O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo abriu suas portas com apenas 21 alunos.

Nota-se também, pela Tabela 2, que durante o decorrer dos anos letivos uma quantidade significativa de alunos matriculou-se no colégio em outras séries que não a primeira. Porém, não foi encontrado registro, na documentação do Departamento Nacional do Ensino no Arquivo Nacional, de exames para admissão realizados por esses alunos no momento de sua matrícula. Na admissão para a primeira série, houve um aumento significativo de alunos entre 1926 e 1927 com a diferença a mais de 39 alunos; entre os anos 1928, 1929 e 1930 o número de novos alunos para o primeiro ano praticamente manteve-se igual; em 1931, houve uma diminuição considerável de 26 alunos em relação ao ano anterior. Pela Tabela 2, nota-se, também, que o significativo aumento de alunos nos dois primeiros anos após a sua inauguração não foi mantido nos quatro anos posteriores.

Para uma escola que foi idealizada e construída para ser o referencial de uma classe dominante, é de se estranhar o reduzido número de alunos matriculados. Apesar de já existirem colégios tradicionais confessionais, e da preferência das famílias em matricular as moças em colégios de freiras, a procura pelo Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo fica aquém das expectativas.

Segundo Matthieu (1991), em 1935 o Lyceu paulista contava com 230 alunos em seu total, o que levou George Dumas a instauração dos exames *baccalauréat* aos alunos do Lyceu, com diploma equivalente ao *baccalauréat* francês, que lhes permitia fazer a continuação dos estudos superiores na França.¹⁵ Uma atitude assumida com

¹⁵ O *baccalauréat* é um exame realizado na França, pelo Estado, pelo qual todos os alunos, ao final do liceu, são avaliados oficialmente, em todas as disciplinas, e é por intermédio desses exames que se permite o ingresso nas Universidades.

apoio do Groupement, na clara tentativa de aumentar a procura das famílias pelo colégio franco-paulista.

No ano de 1938, novamente o Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo recebe ajuda, por intervenção de George Dumas, de uma subvenção do Service des Oeuvres Françaises à L' Étranger. Com o intuito de fazer frente aos colégios São Bento, dirigido por padres beneditinos, e São Luis, dirigido por jesuítas, que atendiam aos filhos da elite paulistana, o Lyceu reformou suas instalações, construiu um edifício novo, composto de salas claras, com um material moderno, com possibilidade de estender a um funcionamento de internato e um serviço de transporte escolar. Respondendo ao apelo dos pais por espaços esportivos, constrói uma quadra de tênis e quadras de vôlei e basquete, além de uma piscina (MATTHIEU, 1991).

Analisando os documentos relativos ao Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, podemos constatar que o colégio, já no início de suas atividades, trouxe uma crise em seu ideário redigido em 1923 nos Estatutos da Sociedade Civil Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, e que por vários motivos do contexto político educacional do período não pode ser instituído em sua totalidade. O que moveu esses senhores da elite paulista a empenharem esforços para a realização do Lyceu, era o ideário de que seus filhos pudessem estudar em uma escola francesa na cidade de São Paulo, seguindo os métodos e currículos da França e com professores e livros didáticos franceses. No decorrer das primeiras décadas do século XX, a política nacionalista educacional em São Paulo tomava rumos cada vez mais autoritários, razão que por determinações legais impediu que muitos desses requisitos fossem concretizados, o que motivou a necessidade de ações da França em relação ao colégio no intuito de atrair novos alunos.

Uma questão importante para se estabelecer o perfil dos alunos do Lyceu refere-se também ao processo de seleção e de avaliação da escola, extremamente rígido e de alto conteúdo, exigia alunos com um grau de conhecimentos condizente com um capital cultural, com raras exceções, exclusivo da elite.

Os documentos existentes no Arquivo Nacional relativos ao Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo referentes aos exames de admissão ao primeiro ano e aos exames de promoção, segundo modelo seriado de escola, são bastante detalhados quanto a esse processo. Pelos relatórios e atas, constata-se que os exames foram realizados nas dependências do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, e seguiram as determinações

legais, sempre contando com a presença de um inspetor de ensino determinado pelo Departamento Nacional de Ensino.

Tratava-se de um processo que ocorria com relativo rigor e que buscava obedecer às normas oficiais¹⁶.

Os exames de admissão eram divididos em dois dias. No primeiro, eram realizadas as provas escritas e orais das matérias de Português e Aritmética. As outras matérias restantes – Geometria, Geografia, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Ciências Físicas e Naturais – ficavam para o segundo dia, e eram realizadas unicamente de forma oral. As provas iniciavam-se às 8 horas, com um intervalo entre 12 e 13 horas para almoço, e terminavam entre 16 e 17 horas.

Em 1926, se inscreveram para os exames de admissão 17 candidatos, e 16 foram aprovados. Nos documentos referentes a 1926 não consta uma ata dos exames de admissão, mas apenas uma relação dos nomes e notas dos candidatos, datada de março de 1926.

O exame de admissão para o 1º ano de 1927 foi relatado em uma ata datada do dia 29 de novembro de 1926, constando uma lista com a aprovação de 57 candidatos; Nessa lista não constam o nome de dois alunos considerados inabilitados, que são relatados na ata. Nesse documento foi feita a descrição dos pontos sorteados para as provas de Português, Aritmética e Geometria, em provas orais e escritas. E esse sorteio foi realizado em uma única vez, de forma que os mesmos pontos seriam para todos os inscritos. Foram sorteados os pontos:

- Português: um ditado “Manhã na roça”, do livro “Anthologia Brasileira” do professor Eugenio Werneck;
- Aritmética: a conversão de inteiros com três questões fracionárias;
- Geometria: traçados e questões sobre retângulo, trapézio e losango.

Nos exames de admissão para o ano de 1928 repetiu-se o mesmo esquema, com os exames divididos em dois dias, sendo o primeiro no dia 01 de dezembro de 1927, ocasião em que foram realizados os exames de Português e Aritmética. As matérias de Geografia, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica e Ciências Físicas e Naturais

¹⁶ Anexo 01: folhas 1,2 e 3 – tabelas da relação de alunos e notas do exame de admissão realizado em 1926 para a primeira série de 1927; folha 4 – Ata das notas da referida tabela; folhas 5 e 6 – Ata do referido exame.

foram realizadas no dia 2 de dezembro de 1927. Para as provas desse ano, Geometria foi colocada como parte gráfica juntamente com Cartografia. Foram então sorteados os pontos:

- Português: o ditado de um trecho do livro “Autores Contemporâneos” de João Ribeiro intitulado “A palavra” e a descrição de uma gravura escolhida no capítulo sorteado;
- Aritmética: exercícios de expressões ordinárias e decimais composta de três questões;
- Geometria: desenho geométrico oval, regular e irregular;
- Cartografia: contorno da América do Sul, com divisão em países com suas capitais.

A Ata referente aos exames de admissão para o ano de 1929, datada do dia 21 de novembro de 1928, teve a mesma organização dos dois anos anteriores, porém não há registro de candidatos inabilitados. Apenas existe a referência de que foi verificada, para o segundo dia de provas, “a presença de quarenta e nove alumnos dos cinquenta e um inscriptos habilitados nas provas escriptas eliminatórias”. A mesma forma de sorteio foi repetida nos exames de admissão para o ano de 1929:

- Português: livro “Autores Contemporaneos” de João Ribeiro, do qual foi feito um ditado de 15 linhas do trecho intitulado “Santarém” e uma redação referente à gravura do mesmo trecho;
- Aritmética: problemas sobre quantidade, unidade, número, simplificações de frações, sistema métrico decimal, metro linear e avaliação de comprimento;
- Geometria: traçado de vários tipos de linhas;
- Cartografia: contorno da América do Sul com divisão em países com suas capitais.

Os exames de admissão para o ano de 1930 seguem o mesmo modelo dos anos anteriores, porém nos documentos do Arquivo Nacional não consta a Ata relativa aos pontos sorteados para os exames escritos de Português e Aritmética. Quanto às matérias dos exames orais para admissão naquele ano, constata-se uma diminuição na quantidade de matérias exigidas, tendo sido eliminadas Geometria e Instrução Moral e Cívica,

permanecendo as matérias de Geografia, História do Brasil e Ciências Físicas e Naturais.

A seleção de alunos era assim realizada oficialmente e eram avaliados dentro das propostas curriculares das escolas paulistas, conforme se verifica pelo conteúdo das avaliações das diversas disciplinas. (BITTENCOURT, 1990)

Os exames do Lyceu não se limitavam, entretanto, aos de admissão ao primeiro ano. Por ser uma escola seriada, o Lyceu teve de cuidar dos exames de promoção para as séries subsequentes.

Todos os exames se apresentavam de duas formas: *exames orais* relatados em atas e em papel timbrado do próprio colégio; *exames escritos* que se dividiram entre lista de notas para cada matéria, escritos em papel com o timbre federal, e o resultado das avaliações, apresentadas em forma de tabela única de cada turma, com todas as matérias e notas finais. Essas tabelas eram escritas em papel timbrado do Departamento Nacional do Ensino – Delegacia de São Paulo, oferecendo assim os resultados de forma oficial, condição que permitiria aos alunos se submeterem às provas para os cursos superiores.

As atas referentes aos exames foram escritas pelo secretário, em papel timbrado do Lyceu, assim como o relatório final no qual constava o número da sala escolhida com a afirmativa de que as portas ficaram abertas durante todo o processo, o nome do Inspetor Federal e os nomes componentes da *junta examinadora* indicada pelo diretor da Escola.¹⁷

A *junta examinadora* indicada pelo diretor era composta por professores da escola e por outras pessoas externas ao Lyceu, incluindo-se padres, comandantes militares, majores e doutores. Nos exames, tanto de admissão como dos exames finais, para cada matéria existia uma junta composta por três a quatro pessoas, e que raramente participavam das mesmas matérias de um mesmo ano¹⁸. Pode-se constatar que para a realização dos exames finais estiveram presentes de 15 a 20 pessoas, compondo as diferentes bancas. Nos exames orais, os alunos eram chamados um a um, e se seguia a

¹⁷ O termo *junta examinadora* era alterado algumas vezes por *comissão* ou *banca examinadora*.

¹⁸ Anexo 02: folhas 1,2 e 3 – Tabela das notas dos exames finais do 1º ano de 1927 com as respectivas bancas examinadoras.

“arguição individual por todos os membros da banca examinadora”, sendo que, nos exames escritos, a junta examinadora avaliava e dava a nota para as provas apresentadas.¹⁹ A função do Inspetor Federal era a de validar e autorizar a realização dos exames, e cabia a ele assistir a cada avaliação feita pelas *bancas* ou *juntas*, e no final assinava os boletins e atas, juntamente a respectiva comissão examinadora. Em nenhum dos documentos analisados foi constatada a presença do Diretor da Escola e nem a sua assinatura nos documentos. A função do diretor – e nesse aspecto residia seu poder – era a de escolher os nomes dos que compunham as diferentes comissões.

O registro dos resultados dos exames finais do Lyceu era dividido em dois tipos diferentes. O primeiro, em papel com o timbre do Governo Federal, relatava para cada boletim a lista dos alunos de uma determinada série com as notas de cada matéria; ou seja, para cada exame realizado no colégio era feita uma relação oficial na qual assinavam a comissão examinadora e o inspetor federal²⁰. Para os exames orais, essa lista fazia parte de uma ata que relatava a data do exame, a sala e os nomes dos membros da comissão e do inspetor. O Lyceu preocupou-se, como indicam as fontes, em cumprir todas as normas burocráticas oficiais exigidas para o funcionamento de uma escola particular.

Em todos os documentos referentes aos anos de 1926 a 1929 do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, tanto os escritos em papel timbrado da escola como os escritos em papel com o timbre federal, constata-se que o curso oferecido pelo colégio era o chamado “curso seriado”. Até o ano de 1929, em nenhum dos documentos foi utilizado o nome *curso secundário*, como também não foi utilizada a palavra *série* e nem o termo *ginasial*, sendo que a referência oficial era a organização de um curso seriado dividido em anos escolares - do primeiro ao quinto ano.

Os boletins dos resultados finais dos exames de promoção de todos os alunos de determinado ano escolar eram escritos em papel do Departamento Nacional do Ensino da Delegacia de São Paulo, em uma tabela contendo os resultados finais de todas as matérias cursadas naquele ano.

O ano de 1930 não tem registro dos documentos relativos aos exames finais nem aos exames de admissão para o ano de 1931. Levando em conta os acontecimentos

¹⁹ Cf. Atas de exames finais dos anos de 1926 a 1931. Arquivo Nacional: pasta educação N-IE4-601 - RJ.

²⁰ Anexo 05

políticos da época, com a revolução de 1930, percebe-se que o serviço do Departamento Nacional do Ensino ficou suspenso nos últimos meses daquele ano, devido à Revolução de 1930. Houve paralisação das aulas a partir de outubro, e em novembro, o governo revolucionário publicou o decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930, no qual Getúlio Vargas e o então ministro da justiça Oswaldo Aranha estabeleciam a criação de uma Secretaria de Estado, com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. E, na mesma data, o decreto 19.404 estabeleceu a promoção dos alunos dos últimos anos que tivessem a metade da frequência, sem que houvesse a necessidade de exames. Assim, os exames de promoção de série seriam obrigatórios apenas para aqueles que não tivessem a frequência exigida. Às escolas foi exigido, no início de 1931, um relatório descrevendo a quantidade de alunos e sua frequência. (Portal. MEC. 2010)

Os documentos, a partir de então, apresentam modificações em sua estrutura. O decreto nº 16.782-A de 13/01/1925, combinado com o decreto 11.530 de 1915, norteava os exames até 1930, a partir de 1931 as atas de exames finais passam a se referir ao decreto nº 19.404 de 14 de novembro de 1930.

Em janeiro de 1931, o diretor do Lyceu, em um ofício ao Departamento do Ensino, relata o resultado dos exames finais de 1930 e dos exames de admissão para 1931. No ofício, datado de 20 de janeiro de 1931 e endereçado ao inspetor federal Sampaio Arruda, o então diretor do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo Ruy de Paula Souza, relatava que, cumprindo as recomendações do Departamento Nacional do Ensino referentes ao decreto 19.404 de 14 de novembro de 1930, colocava a disposição para fiscalização e conferência:

a) livro de matrícula e notas de aplicação e a frequência dos alumnos do curso de admissão e das varias séries do curso gynasial, bem como a lista de frequência correspondente.

b) requerimentos apresentados pelos alumnos, para a inscrição em exames (Relatório de Frequência e Matrículas, 1930. Arquivo Nacional: pasta educação: N-IE4-601-RJ).

Com o novo decreto, o nome do curso mudava de curso seriado para curso ginásial. Além disso, naquele documento, fica evidente que o novo decreto trouxe exigência e fiscalização maior às escolas particulares. O governo federal passou a ter acesso aos documentos administrativos da escola, e a fazer exigências quanto à

documentação, notas, duração do período de aulas como também à frequência, como se lê no parágrafo seguinte:

As aulas do Lyceu iniciaram-se, em 1930, no dia 15 de fevereiro e encerraram-se no dia 14 de novembro, interrompendo-se, para férias, de 2 de junho a 30 de junho. (Relatório de Frequência e Matrículas, 1930. Arquivo Nacional: pasta educação: N-IE4-601-RJ).

Constava, também, no documento, a quantidade de alunos que se inscreveram no ano anterior para os exames finais em cada série, atestando que todos tiveram a frequência e as médias exigidas pelo decreto. Outra informação do documento é a existência, na lista de séries da escola, de um curso de admissão, em 1930. Atesta, juntamente com as outras séries, a frequência de 19 alunos, sendo que o total de alunos daquele ano foi de 146. Na época, era instituído por decreto que as escolas incluíssem um curso de admissão com a duração de um ano, tendo um período horário e quantidades de dias letivos iguais aos anos regulares e seriados²¹.

A ata de admissão ao primeiro ano ginasial, datada de 20 de janeiro de 1931, logo em seu início aponta uma modificação na organização do exame. O inspetor, em companhia do Diretor do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, “de acordo com as instruções regulamentares”, encarregava-se, então, de verificar os documentos dos candidatos e a lista de médias por eles alcançadas nos exames. Esse relato mostra o fato de que os exames não eram mais realizados na presença do inspetor, mas pela escola, que depois apresentava ao inspetor as médias “em lista dupla, autenticadas pelo Director” (Ata de Exames de Admissão 1931. Arquivo Nacional: pasta educação: N-IE4-601-RJ). O diretor da escola passava a ter presença na inspeção, sendo dispensada a comissão examinadora, bastando sua assinatura como atestado de validade dos exames²². As matérias escolhidas para o exame assim como sua forma de respostas, orais ou escritas, e os pontos sorteados não foram mais apresentados na ata de admissão ao primeiro ano ginasial. A diminuição do aparato burocrático para os exames de promoção por série teria sido uma medida mais realista, para que se pudesse efetivar o curso ginasial seriado em larga escala?

²¹ Anexo 03

²² Anexo 04 : Folhas 1 e 2

O resultado dos exames finais relativos ao ano de 1931 não está documentado como ata na documentação do Arquivo Nacional, mas apenas pelas tabelas de notas finais referentes a cada série, por intermédio dessas tabelas foi possível verificar os nomes dos alunos de cada série e suas médias finais de cada matéria. Nos exames finais de 1931, houve também uma mudança do nome das matérias ou disciplinas do curso: Aritmética e Álgebra receberam a denominação de Matemática, e foi acrescentada, à primeira série ginásial, a disciplina Ciências Físicas e Naturais.

Os exames realizados no Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo obedeciam aos decretos do período. As matérias que foram escolhidas para os exames de admissão, a forma como foram escritas e relatadas, a organização interna da escola para a sua execução são decorrentes de uma legislação educacional que demonstram as incertezas com relação ao nível secundário no Brasil. Como pano de fundo, havia a necessidade de formação de mão de obra mais especializada, e de preenchimento de novos quadros burocráticos, fatores que impulsionaram maior procura pelo ensino superior. O ensino secundário, no papel de regulador do acesso ao nível superior, tinha sua forma de organização como foco central de debates e disputas principalmente pela elite paulista.

O secundário tinha uma função seletiva e para tanto era necessário ter um acesso difícil. Mas, as matérias escolhidas como “formativas” da juventude para o ensino superior mascaravam o fato de que só aqueles jovens, que eram oriundos de famílias com capital suficiente para manter seus filhos em escolas caras e de conteúdo voltado para *letras* durante 5 a 6 anos, teriam acesso ao diploma que lhes garantisse a entrada no nível superior. Circe Bittencourt ressalta esse fator, afirmando que a preocupação era de *explicitar a composição desse grau de ensino enquanto espaço articulado com os diversos interesses dos grupos sociais no poder, em nível nacional e estadual.* (BITTENCOURT, 1990, p. 34).

O caráter seletivo do secundário se apoiava em diversos fatores, entre os quais o exame de admissão. Nos documentos do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo está expressa a formalidade na execução desses exames, e na formação de bancas que foram instituídas pela lei 11.895 de 14 de janeiro de 1916 aos estabelecimentos particulares. Essas bancas já eram motivo de inibição e de desistência para boa parte dos alunos recém saídos do ensino primário; outro motivo de desistência era a quantidades de

matérias para os exames, que faziam com que fossem divididos em dois dias como já foi relatado.

A grande dificuldade, porém, se dava na quantidade de conhecimentos diversos que eram exigidos aos pretendentes do curso, assim como no decorrer de seus “anos escolares”.

2.2 Conteúdos escolares: valores e cultura francesa no Lyceu

No que se refere aos conteúdos das disciplinas escolares, o Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo foi bastante exigente, conforme se pode verificar pela pesquisa de Adriana Cantuária:

Informações colhidas em entrevista com um ex-aluno da escola, admitido em 1942, que afirmou tratar-se o Liceu Pasteur de uma “escola-guilhotina”: muito boa para os bons, mas onde qualquer deslize levava a perder a cabeça. (CANTUÁRIA, 2005 p. 129)

Nas pesquisas sobre os exames finais dos alunos do Lyceu pode ser levantada uma tabela com o seu conteúdo nas cinco séries do curso:

TABELA 4

MATÉRIAS CURSADAS PELOS ALUNOS DO LYCEU FRANCO-BRASILEIRO SÃO PAULO - 1926

1º ano	2º ano
Português	Português
Aritmética	Aritmética
Geografia Geral	Latim
Francês	História Universal
Inglês	Geografia Geral e Corografia do Brasil
Instrução Moral e Cívica	Francês
Desenho	Inglês
	Desenho

FONTE: Arquivo Nacional: pasta educação: N-IE4-601-RJ)

TABELA 5**MATÉRIAS CURSADAS PELOS ALUNOS DO LYCEU FRANCO-BRASILEIRO SÃO PAULO - 1927**

1º ano	2º ano	3º ano
Português	Português	Português
Aritmética	Aritmética	Algebra
Geografia Geral	Latim	Latim
Francês	História Universal	História Universal
Inglês	Geografia Geral e Corografia do Brasil	Francês
Instrução Moral e Cívica	Francês	Inglês
Desenho	Inglês	Desenho
	Desenho	

FONTE: Arquivo Nacional: pasta educação: N-IE4-601-RJ)

TABELA 6**MATÉRIAS CURSADAS PELOS ALUNOS DO LYCEU FRANCO-BRASILEIRO SÃO PAULO - 1928**

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Português	Português	Português	Português
Aritmética	Aritmética	Algebra	Geometria e Trigonometria
Geografia Geral	Latim	Latim	Latim
Francês	História Universal	História Universal	História Natural
Inglês	Geografia Geral e Corografia do Brasil	Francês	História do Brasil
Instrução Moral e Cívica	Francês	Inglês	Física
Desenho	Inglês	Desenho	Química
	Desenho		Inglês
			Desenho

FONTE: Arquivo Nacional: pasta educação: N-IE4-601-RJ)

TABELA 7

MATÉRIAS CURSADAS PELOS ALUNOS DO LYCEU FRANCO-BRASILEIRO SÃO PAULO - 1929

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Português	Português	Português	Português	Português
Aritmética	Aritmética	Algebra	Geometria e Trigonometria	Latim
Geografia Geral	Latim	Latim	Latim	História Natural
Francês	Geografia Geral e Corografia do Brasil	História Universal	História Universal	História do Brasil
Desenho	Francês	Francês	História Natural	Física
	Inglês	Inglês	Física	Química
	Desenho	Desenho	Química	Filosofia
			Inglês	Cosmografia
			Desenho	

FONTE: Arquivo Nacional: pasta educação: N-IE4-601-RJ)

TABELA 8

MATÉRIAS CURSADAS PELOS ALUNOS DO LYCEU FRANCO-BRASILEIRO SÃO PAULO - 1930

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Português	Português	Português	Português	Latim
Aritmética	Aritmética	Algebra	Geometria e Trigonometria	História Natural
Geografia Geral	Latim	Latim	Latim	História do Brasil
Francês	Geografia Geral e Corografia do Brasil	História Universal	História Universal	Física
Desenho	Francês	Francês	História do Brasil	Química
	Inglês	Inglês	Física	Filosofia
	Desenho	Desenho	Química	Cosmografia
			Inglês	Instrução Moral e Cívica
			Desenho	

FONTE: Arquivo Nacional: pasta educação: N-IE4-601-RJ)

TABELA 9

MATÉRIAS CURSADAS PELOS ALUNOS DO LYCEU FRANCO-BRASILEIRO SÃO PAULO - 1931

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Português	Português	Português	Português	Latim
Matemática	Matemática	Matemática	Geometria e Trigonometria	História Natural
Geografia Geral	Latim	Latim	Latim	História do Brasil
Francês	Geografia Geral e Corografia do Brasil	História Universal	História Universal	Física
Ciências Físicas e Naturais	Francês	Francês	História Natural	Química
História Universal	Inglês	Inglês	Física	Filosofia
Desenho	Desenho	Desenho	Química	Cosmografia
			Inglês	Instrução Moral e Cívica
			Desenho	

FONTE: Arquivo Nacional: pasta educação: N-IE4-601-RJ)

As disciplinas escolares do ensino secundário também foram, assim como a sua organização, focos de discussões entre os intelectuais do período, e de mudanças na legislação. É relevante ainda o fato de que, em relação ao ensino particular nos primeiros anos da década de 20, o debate entre a visão liberal do ensino, apoiada em uma concepção positivista, fazia frente aos grupos mais tradicionais, representados pelos setores católicos. Desta forma, a legislação oficial, a partir da década de 1920, procurava imprimir maior uniformização para o ensino secundário.

A reforma Rocha Vaz, pelo Decreto 16.782-A de 13 de janeiro de 1925, procurava dar uma organização e uniformização um pouco mais centralizada no Colégio Pedro II, já que a lei anterior denominada de *reforma Maximiliano* havia facilitado as iniciativas do setor privado do ensino e, por esta razão considerava a “autonomia e a liberdade de movimentos necessárias a uma real atividade educativa” (BASTOS SILVA, 1959, p. 306). Mesmo assim, a uniformização ainda deixava brechas para as escolas particulares.

Além da presença do Latim, e da característica culturalista e clássica do ensino de Francês, a disciplina de História Universal foi criada e veiculada como uma das concepções básicas da formação humanista pelo ensino secundário francês, e esta concepção vigorava também nas escolas secundárias brasileiras, desde o século XIX.

Circe Bittencourt, em sua análise sobre a disciplina de História Universal no ensino secundário, elenca, entre muitos pontos, a disputa entre a origem cristã ou laica da civilização, e o caso das traduções brasileiras, buscando um enfoque nacional em uma história voltada para a Europa, deixando evidente a influência do pensamento e do ufanismo universalista francês sobre o conteúdo dessa disciplina. Os livros didáticos relativos ao estudo de história, segundo a pesquisa da autora, eram especialmente de autores franceses, e o Colégio Pedro II, que era oficialmente o pólo de escolha e difusão da produção didática, “correspondeu aos pressupostos dos programas escolares calcados no ideário da França.” (BITTENCOUT, 2008, p. 121)

Tal perspectiva foi evidentemente mantida pelo Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo São Paulo na organização de seu currículo. Os atributos idealizados pelos primeiros alunos sobre o Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo recaíam logicamente no estereótipo da cultura escolar da França, sendo que, além da busca por essas qualidades, era esperada uma educação tradicional culturalista e universal. A idéia do espírito francês ligado ao iluminismo, às artes e à filosofia também parecia mover o imaginário social em suas pretensões de criar uma cultura elitizada.

Mantinha-se uma educação francesa tradicional, tendo a França como eterno berço do conhecimento e dos pensamentos filosóficos e sociológicos, mas da mesma forma que as obras clássicas eram valorizadas, a produção cultural dos mais modernos pensadores franceses, os movimentos artísticos e literários eram comentados e suas idéias disseminadas por aqueles que se mostravam como grupos intelectualizados. Essa importância dada à história literária francesa, assim a como inculcação de sua cultura, pode ser identificado pelos livros didáticos escolhidos para os alunos do Lyceu.

O conhecimento da ortografia, da gramática e da literatura francesa, até meados do século XX, era usual nas escolas secundárias paulistas, o que levava a ser considerado inculto aquele que não tivesse um mínimo desse conhecimento. A prática da fala e da leitura em francês desde o seu ensino e uso social, promoveu saberes e

competências na constituição de subjetividades, nos modos de vida, e na estruturação de saberes e poderes em nossa sociedade.

Como já foi apresentado, Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, dentro deste contexto, iniciou suas atividades como uma escola de modelo francês, defensora dos valores do humanismo clássico, tradicional e rígida.

O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo recebeu para início de suas atividades em São Paulo uma série de livros franceses destinados ao uso nas escolas de nível secundário. Foram livros pertencentes a um currículo voltado para a formação dos filhos de uma classe dominante que pretendiam alcançar o ensino superior e uma carreira política e “para tal, era necessário exercitar a oratória escrevendo e citando nomes da literatura clássica.” (BITTENCOURT, 2008, p. 49). A importação de livros franceses, didáticos, literários e de cunho moral foi, para os jovens alunos do Lyceu, o mais significativo veículo de disseminação de valores morais e culturais franceses.

Considerando que as disciplinas escolares refletem a cultura escolar adotada por uma escola, e que, embora a relação das matérias contidas nos livros não seja um repasse automático nas salas de aula do Lyceu, existe sempre a seleção e importância do conteúdo recebido. Desta forma, esse conteúdo, na prática, é criado “pela própria escola, na escola e para a escola” (CHERVEL, 1998, p. 14). Partindo também do pressuposto de que a forma e o conteúdo repassados pelos professores estavam diretamente ligados ao contexto histórico e ao ambiente escolar e social desses professores, e que o Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo possuía uma proposta de ensino diferenciada, a análise dos livros encontrados baseia-se nesse contexto de transposição de um modelo escolar francês.

Analisando a influência francesa no Brasil, Antonio Cândido aponta para o fato de que foi por intermédio de livros franceses que, durante o século XIX até meados do século XX, os intelectuais e jovens estudantes brasileiros tinham acesso às obras gregas e latinas como também a autores europeus:

Na realidade a França não se limitou a transmitir sua cultura; mas ajudou a transmitir outras (...) a mediação da França significou, portanto, para nós, a possibilidade de nos pormos em contacto com outras culturas. (CÂNDIDO, 1977 p. 9-10)

Em uma pesquisa na biblioteca do Liceu Pasteur, antigo Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, pôde-se constatar que algumas obras dos primeiros anos do colégio estão ainda preservadas. A biblioteca do colégio possui, em suas paredes estantes divididas em três andares, e cada andar possui um estreito patamar que tem seu acesso por uma escada em caracol. Os livros antigos ficam no último andar (no qual atualmente os alunos do colégio não têm acesso permitido pela direção da escola), guardados sem muita ordem, muitos empilhados no chão do patamar. A bibliotecária explicou que houve, nos últimos anos, duas grandes infestações de cupim na biblioteca do colégio, e que essas infestações se deram principalmente nos livros mais antigos, e que por esse motivo muitos livros tiveram que ser jogados fora.

Dentre os livros encontrados referentes aos primeiros anos, a maioria é composta por obras literárias de autores franceses. Maupassant, Racine, Victor Hugo, Chateaubriand e La Fontaine são os autores que na biblioteca do Liceu tem um maior número de livros. Outros autores também encontrados foram Françoise Villon, Théophile Gautier, Jules Laforgue, Claude Helvétius e Régnier.

A utilização de livros franceses, na época, não era exclusividade do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo: acontecia de forma constante nas escolas de São Paulo, e no resto do país, assim como a sua grande utilização na educação moral e no ensino dos bons costumes para as crianças e jovens brasileiros. Cristina Pietraróia lembra que o espírito humanizador e colonizador da língua francesa no Brasil, até meados do século XX, possuíam um significativo papel moralizante e culturalista, e os textos literários estudados e traduzidos valorizavam as qualidades morais, a casa, a família, o país (PIETRARÓIA, 2007).

Os livros que se destinavam à formação moral, encontrados na biblioteca do Liceu, contêm regras morais inculcadas como caminho para a plena realização das necessidades individuais do aluno, uma disciplina que assegurava uma regularidade da vida coletiva, doméstica, escolar, social e cívica. O levantamento inicial dos livros encontrados confirma a existência dos textos literários como relevantes e em volume bastante significativo. A análise de parte dessas obras mostra que se trata de uma fonte de estudo com cunho moralizante para o aluno e fica evidente também a formação do aluno para um determinado contexto social, com tópicos em que se inserem valores de

conduta e também o enaltecimento de posturas cívicas perante a pátria, além de valores espirituais.

Dentre os livros voltados para uma educação moral, um deles se destinava aos professores, *La discipline préventive*, de autoria de Riboulet, e datado de 1935. Essa obra inicia discorrendo sobre as noções gerais de disciplina, seguida das diferentes qualidades humanas, que o autor divide em físicas, intelectuais, morais, sobrenaturais (espirituais) e disciplinares. A partir dessa introdução, seus capítulos enfocam as atitudes do professor, a preparação da classe, a relação com a criança, as diferentes teorias (Rousseau e Spencer), e a formação moral e religiosa. Termina com o último capítulo elencando as qualidades despertadas nos alunos quando estão submetidos a uma autoridade disciplinar rígida.

Quanto a livros destinados ao uso dos alunos foram encontrados dois: *La morale à l'école – livre de l'Éleve* de autoria de Jules Payot (agrégé de philosophie, docteur ès lettres), editado em 1924 e *La morale – mise a la portée des enfants* escrito por O. Pavette, com edição também de 1924.

O primeiro deles, *La morale à l'école*, inicia com um resumo histórico sobre as conquistas da humanidade, e em seguida divide o seu conteúdo em tópicos: “a conquista da liberdade humana”; “nossa energia e o dever de preservar”; “nossa liberdade e perigo, os males da vontade”; “as condições necessárias da cooperação social ou deveres sociais”; “as condições do pleno desenvolvimento da personalidade”; “as questões filosóficas”. No conteúdo desses tópicos, os mesmos valores eram ressaltados, entre eles a justiça, a tolerância, a solidariedade e a família. No capítulo final, aborda como perigos e malefícios da vontade *o álcool, a cólera, o orgulho, o dinheiro, a tristeza, a timidez* entre outros, e termina com um discurso sobre o caminho digno e honroso.

Uma segunda obra destinada aos alunos, muito significativa para explicitar o sentido moralizante a ser ensinado, é o *La morale* de O. Pavette. (Editora Belin, publicado em 1924). Seu autor se apresenta como um *ancien instituteur e inspecteur primaire*.

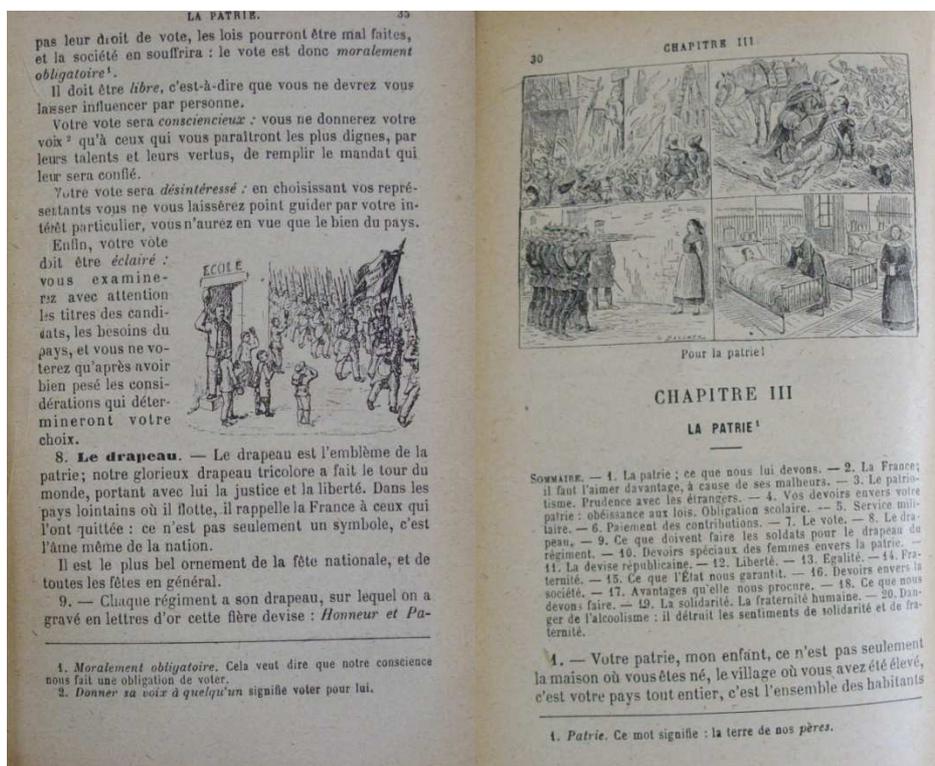


Capa do livro *La morale*. Fonte: Biblioteca do Liceu Pasteur. São Paulo

A capa deste livro é bem sugestiva no que se refere ao sentido moral de seu conteúdo. No alto da capa estão expressos três valores: “o belo”; “a verdade”; “o bem”; demonstrando que os demais valores morais se constituem a partir desses três aspectos. No centro da capa, e ocupando sua maior parte, a ilustração evidencia dois personagens centrais: o menino, em uma prática de leitura, observado e sendo auxiliado por uma mulher – mãe ou professora – as transmissoras dos valores morais. A expressão compenetrada no rosto do menino e da mulher aponta para a seriedade e importância do conteúdo da obra. Essa mulher está sobre outro livro, ato que pode significar que ela possui o domínio sobre o conhecimento, uma representação da sabedoria. A mulher e o menino têm uma postura levemente debruçada sobre o livro o que demonstra interesse e seriedade no ato de conhecer por intermédio do texto escrito.

Esse livro apresenta um estilo didático preciso e cuidadoso. Busca estabelecer uma conversa direta com o leitor, a quem faz perguntas, e solicita ao aluno que repare em determinadas situações para, em seguida, fornecer conselhos. Apresenta, em forma de narrativas, pequenas histórias nas quais discorre sobre os diferentes valores, com exemplos retirados de situações que poderiam ocorrer no cotidiano da criança. Os valores de que trata o livro correspondem aos nove capítulos: 1º) noções preliminares,

contendo a consciência, a liberdade, o dever e a moral; 2º) a criança na família; 3º) a pátria; 4º) deveres para com o corpo; os bens exteriores; 5º) deveres para com o espírito; as faculdades do espírito; 6º) deveres para com os animais; 7º) deveres de justiça; 8º) deveres de caridade; 9º) deveres para com Deus.



La morale. Fonte: biblioteca do colégio Liceu Pasteur

O aspecto didático também se manifesta pelas ilustrações ao longo da obra. O sentimento pátrio, conforme está apresentado se configura por intermédio de cenas que mostram o supremo sacrifício dos cidadãos – a morte nas guerras, em defesa da Pátria. E, interessante que estão expressas tanto personagens masculinos de soldados como do papel das mulheres na guerra – a da resistência civil e a enfermagem.

É possível, nessas páginas, analisar a maneira como os alunos brasileiros, por meio do estudo de livros franceses, aprendiam a valorizar a cultura e a história da França, assim como seus valores patrióticos e morais, o que era, evidentemente, o intuito da missão cultural francesa defendida nas ações de George Dumas no Brasil.

Essa imposição e preservação de modelos culturais importados, desenraizados das condições sociais de onde foram gerados, traziam ao aluno brasileiro um sentimento de inadequação ao conteúdo, porém, ao mesmo tempo, de admiração e valorização pelo que não era seu.

Na última página do livro há uma tabela sobre os dois caminhos da vida. Na primeira linha, sob o título “nascimento” é destacada a dedicação e a importância dos pais, da família, da escola e dos professores. Na segunda linha, a tabela se divide em duas: do lado esquerdo, sob o título “o caminho do mal”, são alinhadas qualidades e atitudes consideradas negativas, onde é dado como consequência a desonra, o desprezo público e a miséria; do lado direito, sob o título “o caminho do bem”, são alinhadas as qualidades e atitudes consideradas positivas, tendo como consequência a honra, a estima e a prosperidade.

Esses livros encontrados no Liceu trazem uma mostra da importância da inculcação dos valores sociais à nova geração, deixa explícitos em seus conteúdos as normas de conduta social, previamente estabelecidas, que se colocam como condições de sobrevivência aos jovens alunos em uma civilização com leis já fortemente estabelecidas e que devem ser obedecidas.

Para Chervel (1998), a cultura escolar tem uma função nela mesma, a função de inculcar um aprendizado social, ou seja, de preparar o jovem para viver em sociedade. A escola, através de suas disciplinas escolares, tem a missão de repassar os valores sociais aceitos e cuidadosamente mantidos pela própria sociedade; e o jovem aprende e apreende esses valores, não só para saber viver na sociedade, mas para ser a garantia da continuidade de existência desses valores.

A função real da escola na sociedade é, portanto, dupla. A instrução das crianças, que sempre foi considerada como o seu objetivo único, é apenas um dos aspectos da sua atividade. O outro é a criação das disciplinas escolares, vasto conjunto cultural largamente original que ela segregou durante as décadas ou os séculos, e que funciona como mediador colocado a serviço da juventude escolar em uma lenta progressão na direção da cultura da sociedade global. (CHERVEL, 1998 p. 33)

Mais duas outras obras com propostas de educação moral foram encontradas dentre os livros do período pesquisado, e uma delas tem como enfoque elementos de sociologia: *Éléments de sociologie: appliquée a la morale et a l'éducation*, datada de 1932, e escrita por G. Davy.

A segunda obra se constitui a partir de trechos literários de diversos autores, *Lectures morales: extraites des auteurs anciens et modernes* – Classes de Quatrième et Troisième, escrita e organizada por R. Thamin (directeur de l'enseignement secondaire) e P. Lapie (directeur de l'enseignement primaire). O livro é composto por 274 pequenos textos e dividido em duas partes. A primeira parte, sob o título de *Conversaço*, é composta de 60 textos dos autores do livro sobre valores como coragem, família e pátria. A segunda parte é composta de pequenos trechos das obras de diversos autores, a maioria clássicos, como: Kant, Marco Aurélio, Descartes, Fénelon, Platão, Rousseau, Cícero, Voltaire, Aristóteles. Os temas dessa segunda parte foram divididos em tópicos que versam sobre valores: “o amor e a verdade”, “a educação de si mesmo”, “a consciência”, “justiça e fraternidade”, “a família”, “a nação e o Estado” e “a democracia”.

O ensinamento das línguas estrangeiras no início do século XX seguia o método tradicional de tradução e estudo gramatical. Obras tidas como “de boa cultura”, dentre os clássicos franceses, eram então traduzidos pelos alunos do Lyceu. O objetivo era que o aluno aprendesse a língua francesa e a cultura da França a um só tempo.

Tendo de um lado um livro de gramática normativa e de outro um dicionário bilíngüe ou listas temáticas de palavras com os termos equivalentes na língua materna, o aluno exercitava-se traduzindo textos — de preferência e sempre que possível “literários”— da língua estrangeira para a língua materna e vice-versa. (PIETRARÓIA, 2007 p. 3)

A importância da aprendizagem da gramática e da composição lingüística francesa se fez notar nas obras didáticas a esse respeito. O bem escrever em francês pelo conhecimento dos grandes autores e das grandes obras francesas era a tônica desses livros. O aprendizado da língua francesa era também acesso a leitura e compreensão de uma cultura humanística européia. Segundo Cândido, “é graças ao Francês que

pudemos ver o mundo (...) muito natural que tenha se tornado a língua moderna de ensino obrigatório e indispensável” (CANDIDO, 1977, p. 12).

Entre as obras encontradas na biblioteca do Liceu Pasteur, que ilustram a linha de pensamento aqui desenvolvida, destacam-se também:

M. ROUSTAN (agrégé des lettres, docteur ès lettres inspecteur de l'académie de Paris). *Colletion La Composition Française*. 1924:

La lettre et le discours (methode et applications)

Le dialogue (methode et applications)

Conseils généraux (préparation a l'art d'écrire)

M. DES GRANGES (professeur de première au Lycée Charlemagne, docteur ès lettres). *Des auteurs français: du moyen age a nos jours*. 1924:

Classes de grammaire – 1° cycle

Classes de lettres – 2° cycle

Précis de la littérature française.

F. L. MARCOU (professeur honoraire au Lycée Louis-Le-Grand). *Classiques français: XVI, XVII, XVIII et XIX siècles. poètes vol 1 et prosateurs vol 2*. 1924.

J. PLATTARD (professeur à l'université de Poitiers). *La renaissance des lettres em france*. 1931.

E. BAUER (professeur a l'école Alsacienne). *Premières lectures littéraires*. 1923.

A. ALBALAT . *Comment on devien écrivain*. 1925.

D. MORNET (maître de conférences à la Sorbonne). *Précis de littérature française*. 1924.

M. RAT (professeur agrégé au Lycée Janson-de-Sailly). *Contes et récit du XIX siècle*. 1929.

Foram encontradas quatro obras que tratam da História da França:

G.WEILL (professeur a l'université de Caen). *Histoire de l'enseignement secondaire em France*.1921.

A. BAILLY (professeur au Lycée Pasteur). *L'école classique française*. Sem data.

BIROT (ancien professeur de philosophie). *La revolution et le régime moderne*. 1897.

A. BELLESORT. *La société française sous Napoléon III*. 1932.

Foram encontradas também duas obras sobre Filosofia:

D. PARODI (inspecteur general de l'éducation nationale). *Enquete d'une philosophie*. 1935.

V. BROCHARD (professeur à la faculte des lettres de l'université de Paris). *L'erreur*.

E, por final, duas obras de ciências:

CHARLES DAWIN. *De l'origine des espèces*, sem data

H. FOURTIER. *Les projections scientifiques* 33wees'1q. 1894.

Essas obras foram escritas em sua grande maioria por professores o que demonstra a relação entre livro didático e a constituição das disciplinas escolares, conforme apontam Choppin e Bittencourt.

Para Alain Choppin, o livro didático também possui uma dimensão transnacional. Na formação das nações mais recentes, como no caso do Brasil, a

composição da literatura escolar possui reivindicações em defesa do caráter nacional. E isso se dá principalmente por parte dos envolvidos intelectualmente na concepção do currículo escolar, ou seja, professores, legisladores, políticos, escritores, e outros; porém essa “afirmação de uma identidade cultural, não consegue mascarar as várias influências e trocas ocorridas.” (CHOPPIN, 2004 p. 549-566)

Para Chervel (1990), as disciplinas escolares são criações mais internas do que externas ao sistema escolar. Para este autor, a relação entre o conhecimento da ciência de referência com os saberes escolares não é de dependência, sendo que o conhecimento transmitido na escola é produto histórico, sobretudo, do próprio trabalho escolar. Nessa perspectiva, pode-se dizer que esse produto disciplinar criado historicamente pela escola francesa foi, pelo uso do livro didático francês, um modelo de criação das disciplinas no trabalho escolar e das práticas pedagógicas importadas pelos professores do Lyceu.

Discorrendo sobre pesquisas que enfocam obras importadas para a formação dos professores, Alain Choppin avalia que:

Ainda que as pesquisas em curso mostrem que sua influência não deve ser superestimada, as publicações estrangeiras, importadas ou traduzidas, que são destinadas à formação de educadores (obras de pedagogia geral, revistas pedagógicas, etc.), são testemunhos da circulação de conteúdos de ensino e métodos pedagógicos. (CHOPPIN, 2004 p. 549-566)

Ao relacionar a elaboração da literatura escolar à concepção de ensino aprendizagem, Circe Bittencourt analisa essa relação em seu campo de ação e propósito, que é o interior da escola:

O livro didático era o instrumento que possibilitava ao aluno dominar a leitura e, indiretamente, a escrita. Facilitava a apreensão de um conhecimento mais elaborado, divulgando o saber acumulado e sistematizado com o qual os alunos poderiam ampliar sua visão de mundo. Mas as práticas de leitura dos livros didáticos estabelecidas pelo ritual escolar eram também instrumentos de dominação ideológica tanto pelo seu conteúdo explícito como pelo seu “conteúdo oculto”, determinantes de posturas hierarquizadas, de submissão a um conhecimento que impedia dúvidas e questionamentos. (BITTENCOURT, 2008, p. 217)

A respeito da política educacional da França no período da terceira República Francesa, Hugo Suppo aponta que a prioridade desta política era a conquista das almas e das consciências, e relata que George Dumas compreendia que “as gerações crescidas dentro da cultura francesa nos liceus e faculdades, ou através da leitura de livros franceses seriam solidárias da França em qualquer situação.” (SUPPO, 1998, p. 135)

As obras literárias, morais e didáticas dos primeiros anos do Lyceu deixam claro o intento de importação do modelo francês de ensino secundário, modelo tradicional e ufanista dos valores cívicos e culturais da França. O ideal da “boa formação” tanto moral como cultural são as marcas dos livros encontrados no colégio. Muitos dos textos e obras eram de autores gregos e latinos, configurando a importância das humanidades clássicas que, em conjunto com o perfeito estudo da língua e autores franceses, emprestavam ao Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo a configuração de uma escola competente e rigorosa.

A formação educacional era baseada em obras gregas e latinas. Grécia e Roma eram berços da civilização ocidental, e a França colocava-se como detentora da cultura universal, cabendo então a ela difundir essa cultura civilizatória. A ênfase dada ao estudo da literatura francesa tinha um significado, para as famílias da elite que mantinham seus filhos no Lyceu, que ia além da transmissão de seu conteúdo: serviam como sinal de distinção do grau do ensino e do nível cultural da escola. Para Chervel, são “efetivamente as disciplinas ensinadas que determinam os traços principais do sistema escolar.” (CHERVEL, 1998, p. 195)

Capítulo 3 – O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo: crise do modelo

No início dos anos de 1930 o Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo demonstrava, pelo número de alunos matriculados, uma situação pouco animadora. Em 1930, o total de alunos matriculados na escola era de 129; em 1931, passou para 139; e em 1935, esse número aumentou para 230, mas ainda permanecendo aquém das expectativas dos seus idealizadores e mantenedores. O número de alunos do Lyceu, comparado a outros colégios particulares, demonstrava uma estagnação pouco promissora, considerando seu ideário inicial de atendimento a uma clientela de elite, e com comprometimento de formar uma geração que se constituiria nos novos quadros do poder intelectual e burocrático do Estado e da própria nação. O modelo do Lyceu estaria em crise, logo após sua implementação? A proposta educacional e seu currículo baseado no sistema francês seriam inadequados para os jovens paulistas?

3.1. As transformações do ensino secundário

A criação do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo se deu em um período de intensas mudanças na sociedade e na vida política do país. Intelectuais paulistas, como também de outros estados brasileiros, assumiam para si a tarefa de repensar a nação, sendo a educação um campo de numerosos debates e disputas, que acabaram por efetivar reformas significativas a partir da década de 1930, com a ascensão dos novos “donos” do poder, após a denominada Revolução de 1930.

O ensino secundário foi imediatamente redefinido após a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública sob o poder de Francisco Campos. Pelo Decreto nº 19.852 de 18 de abril de 1931, e o Decreto nº 21.241 de 14 de abril de 1932 houve uma regulamentação inovadora do Ensino Secundário, que atingiu todo o país, com base em um sistema nacional. A reforma estabeleceu, de forma definitiva, o currículo seriado, a

frequência obrigatória, dois ciclos (fundamental- de 5anos e complementar - de 2 anos), com exigência de habilitação nesse nível de ensino para que se pudesse ingressar no ensino superior. Ainda por intermédio dos decretos, ficou estabelecido um processo de avaliação altamente seletivo, mantendo exames de admissão, e uma série de avaliações no decorrer do ano letivo.

Segundo Otaíza Romanelli, foi implementado, no secundário, um currículo enciclopédico que “procurou dar em seu ciclo fundamental, formação básica geral, e em seu ciclo complementar, buscou estruturar-se como propedêutico” (ROMANELLI, 1978, p. 136). E ainda, segunda a autora, pelos programas enciclopédicos e pelo sistema de avaliação, tratava-se de um curso limitado a uma elite.

Desta forma, as propostas governamentais implementadas após 1930 não divergiam substancialmente do ideário do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo. O nível secundário de ensino mantinha como objetivo a formação de uma elite, e visava “a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional” (Decreto nº 21.241, 1932).

Após a obrigatoriedade dos cursos secundários para o ingresso no nível superior, houve um crescimento do número de alunos naquele nível de ensino.

TABELA 10
ALUNOS MATRICULADOS EM GINÁSIOS (1918 a 1935)

Ano	1918	1925	1930	1935
Ginásios Oficiais	843	1.084	1.443	5.007
Ginásios Particulares	7.023	10.115	-----	29.819

FONTE: Anuário de Ensino do Estado de São Paulo – 1918, 1924-25, 1934-35 Apud BITTENCOURT, 1990 p. 35

Como aponta Circe Bittencourt a respeito do aumento de alunos no ensino secundário, referindo-se exclusivamente a instituição ginásial, o ensino paulista, assim como o do restante do país, teve um domínio marcadamente da iniciativa privada, como demonstram os números do gráfico acima. O início desse predomínio estava

diretamente condicionado à liberdade de ensino instituída em um percurso não linear a partir da Reforma de Leôncio de Carvalho de 1879 e pela Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República de 5 de abril de 1911 que possibilitaram a expansão das escolas particulares livres da fiscalização do Estado” (BITTENCOURT, 1990, p. 36). Essa liberdade favoreceu o surgimento de grande número de cursos preparatórios para os exames de ingresso ao ensino superior, que traziam uma considerável lucratividade, e como agravante, uma declarada corrupção.

As diversas reformas que surgiram durante a Primeira República não mudaram o cenário nacional do ensino secundário, no qual as escolas particulares continuaram a ter um predomínio absoluto. O interesse tanto do governo quanto dos particulares era manter o ensino secundário como um curso preparatório para os filhos da elite que formariam futuramente a classe dominante, e que decidiriam o futuro da nação.

As primeiras reformas do governo Vargas, tanto a de Francisco Campos de 1931 quanto a de Capanema de 1945, mantiveram um favorecimento ao ensino secundário particular, já que não era interesse do governo investir de maneira significativa no ensino secundário, . As escolas públicas particulares construídas no interior do Estado de São Paulo recebiam auxílio financeiro das municipalidades e, além disso, os cursos não eram totalmente gratuitos, e os pais dos alunos contribuía para seu funcionamento por meio de taxas escolares.

A relativa expansão dos ginásios oficiais em nome de uma política denominada “democrática” e o crescimento mais acentuado das escolas particulares entre 1920 e 1940, são evidências de que as reformas de ensino, e em especial a de Francisco de Campos, possuíam vários interlocutores, sendo que as soluções propostas eram feitas em consonância com interesses determinados, como os da Igreja Católica. (BITTENCOURT, 1990 p. 42)

O ensino secundário também era campo de disputa entre a mentalidade imediatista das famílias e a defesa do curso seriado. Enquanto muitas famílias viam no curso secundário apenas um tropeço para se atingir o ensino superior, grande parte dos intelectuais envolvidos com a educação defendia um curso de formação intelectual e moral para a elite destinada ao ensino superior, e visando também a formação de jovens aptos a ocupar vagas nas novas atividades urbanas. Apesar de toda discussão sobre a

finalidade do ensino seriado, era consensual que ele não se destinava a toda população, e portanto parecia normal que fosse um ensino privado. As determinações legais das reformas e decretos deixavam visível a intenção de manter a seletividade educacional, quando se observa a quantidade de escolas públicas, as taxas de manutenção, a rigidez e alto grau de conhecimento exigido no exame de admissão, e principalmente as articulações políticas que se mantinham a favor do ensino privado, e na reforma Francisco de Campos, em particular com a Igreja Católica.

3.2. A Ação Católica

A Igreja Católica vinha desde meados do século XIX perdendo seu poder no cenário político brasileiro, situação que se agravou com o advento da República fundamentada em ideais positivistas. Com a Constituição Republicana em 1891, se deu formalmente a separação entre a Igreja e o Estado por meio de deliberações constitucionais como a supressão do ensino religioso nas escolas públicas, a obrigação do ato civil antes do casamento religioso, e o impedimento do voto aos religiosos.

A partir de 1920, a crise do sistema republicano oligárquico trouxe para a Igreja Católica a percepção de um momento oportuno de recuperação de sua antiga posição frente ao Estado. Perfeitamente em consonância com a situação política e social vigente no país, a Igreja Católica assume politicamente uma posição conservadora, contrária, evidentemente a todo movimento com ideais comunistas ou anarquistas, e tomou a defesa de uma nacionalidade cuja formação ela foi parte integrante. Essa atitude política aproximou a Igreja Católica dos interesses do novo governo revolucionário de Vargas.

A troca de interesses entre Igreja e Estado se deu no campo social e educacional. O Estado permitiria e facilitaria a expansão da Igreja no sistema de ensino sendo que a partir da Constituição de 1934 a Igreja Católica saiu vencedora obtendo oficialmente a permissão do ensino religioso nas escolas públicas, ensino este que havia sido proibido com o advento da República. Essa 'abertura' se colocava para a Igreja, como uma boa estratégia para a manutenção e crescimento de sua influência sobre a mentalidade da população. Em contrapartida, a Igreja protagonizou cerimônias e eventos religiosos em locais e datas que permitissem a presença da elite política, civil e militar (MICELLI,

1979), e principalmente, oferecia pela sua ação religiosa, “uma formidável máquina burocrática de controle da população” (FERNANDES, 2000 p. 2).

A Igreja Católica foi sempre uma defensora do ensino seriado pelo fato de que a duração de 7 anos do curso servia perfeitamente para a inculcação dos preceitos e valores religiosos. Mas, a possibilidade de prestar os exames sem o diploma de conclusão dos 7 anos era inconveniente para a Igreja, tanto “aos propósitos formadores das escolas confessionais, como apresentava-se como concorrente ao possibilitar a saída dos alunos” (BITTENCOURT, 1990 p. 44).

As escolas católicas sempre predominaram em São Paulo, sem dúvida pela preferência das famílias de elite por uma educação religiosa e conservadora para seus filhos, aliada a um ensino que consideravam adequado. Muitas das escolas confessionais possuíam internatos, condição que favorecia as famílias dos proprietários rurais que ainda viviam nas áreas rurais.

TABELA 11
ESCOLAS SECUNDÁRIAS

Ano	1920	1934
Ginásios católicos	17	24
Ginásios particulares	13	14
Ginásios oficiais	1	1

Fontes: Anuário eclesiástico da Arquidiocese de São Paulo 1918-1920 e 1933-1934; Anuários do ensino do estado de São Paulo 1918 e 1934-1935 Apud: BITTENCOURT, 1990 p. 43

A concepção difundida entre a intelectualidade brasileira de sua própria importância no curso dos acontecimentos nacionais, materializada pela crescente ação dos intelectuais em funções e cargos públicos de repercussão nacional, não passou despercebida à Igreja, que abre espaço para “uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica e geridas por intelectuais leigos” (MICELLI, 1979 p. 51). Foram criadas, no período, duas instituições católicas com grande influência pela sua repercussão e alcance: a primeira delas foi o Centro Dom Vital, como local de reunião de intelectuais e organização de ações; e a revista *A Ordem*, como veículo de difusão do

pensamento e das ações católicas. Marinaldo Fernandes publicou uma pesquisa a respeito dos enfoques educacionais valorizados e empregados pela Igreja:

(...) os números compreendidos entre os anos de 1930 e 1937 traziam estudos variados sobre a formação do pensamento educacional, sob os enfoques – psicológico, sociológico, histórico –, passando pela discussão de problemas relativos ao comportamento da família na educação dos filhos, mencionando as mudanças propostas para a educação escolar, principalmente após a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. (FERNANDES, 2000 p. 3)

No campo educacional, a ação da Igreja Católica se fez sentir em frentes de ação diferenciadas, todas com intensa inculcação dos valores católicos, porém mesclados com teorias pedagógicas inovadoras. Em relação à Escola Nova, a Igreja adota suas idéias baseadas na psicologia da criança, porém, dispensando o caráter social dessa pedagogia. Com intuito de dar às suas escolas um caráter inovador e moderno, “mesclou a pedagogia renovadora com a laica” (FERNANDES, 2000 p. 1). A formação da mentalidade católica no professorado também foi campo de uma ação coordenada pelas autoridades eclesiásticas. Tomando posse de uma compreensão e prática da nova forma pedagógica, e preocupada com a expansão de metodologias norte-americanas, como as de Dewey, a Igreja assume a defesa de seus interesses:

A criação de um circuito de instituições – a Associação dos Professores Católicos, a Revista Brasileira de Pedagogia, entre outras – capazes de fazer frente à concorrência movida pelos educadores profissionais recrutados pelo Estado cujas pretensões hegemônicas em matéria de doutrina pedagógica tiveram a contrapartida de uma farta literatura de proselitismo subsidiada pela Igreja. (MICELLI, 1979 p. 53)

No campo do ensino superior, a ação eclesiástica iniciou dois projetos: a Ação Universitária Católica (1929), envolvendo estudantes e intelectuais em reuniões e retiros; e o Instituto Católico de Estudos Superiores, que seria o embrião da futura Pontifícia Universidade Católica (MICELLI, 1979).

O avanço e recuperação de influência da Igreja nas ações políticas contou com apoio de intelectuais e de membros do governo e que indiretamente de maneira indireta colaboraram para a diminuição ou estagnação do número de alunos no Lyceu Franco-

Brasileiro. As marcas culturais francesas, tão caras às elites, poderiam ser mantidas e cultivadas nas escolas confessionais das ordens religiosas de origem francesa com o caso das escolas dos Irmãos maristas, das Irmãs de Soa José de Chamberry, do Colégio Sion, dentre outras espalhadas por várias cidades do interior paulista e de outros estados da República.

A forte propaganda do sentimento de união católica pelas ações intensivas e coordenadas da Igreja, e por meio de seus cultos, cerimônias e festividades, destacava constantemente a importância da matrícula nos colégios católicos. Assim, a concorrência com essas escolas era considerável.

Outro motivo relevante foi a disseminação de uma concepção de modernidade no que referia à educação nesse período. As novas pesquisas e inovações no campo educacional interessavam à intelectualidade brasileira, que procurava estar sempre inteirada do que ocorria na Europa e Estados Unidos, por meio de livros, revistas ou presenciando congressos internacionais. Todas essas inovações foram fartamente discutidas em São Paulo por meio de jornais e reuniões, eram tidas como proposta positiva de melhorias pedagógicas, apoiada em estudos científicos, como a medicina, a psicologia e a sociologia.

Ciente dessa visão positiva que o conceito de modernidade empregava a essas novas teorias, os colégios católicos, principalmente os que atendiam uma elite social, adotaram em suas escolas alguns princípios escolanovista como propaganda de um ensino moderno e atual. Essa modernidade era fartamente levada a público como atestado de um bom ensino.

Em contrapartida o Lyceu Franco-Brasileiro se posicionava em um sentido contrário, mantendo-se firme em uma educação francesa com base no humanismo clássico se opunha às inovações educacionais. Na realidade a proposta curricular do Lyceu se ancorava em uma nova versão do humanismo clássico – as humanidades modernas- tal qual apresentam Chervel e Compère:

Menos afastadas, por seu objeto das humanidades, *as humanidades modernas*, cujo temário está no centro do debate pedagógico nas últimas três décadas do século XIX, reivindicam igualmente o estatuto de produtoras de cultura geral, que se assemelhava ao das línguas antigas. Da argumentação das clássicas, retém-se a

importância do ensino das línguas e das literaturas, assim como o papel decisivo dos exercícios de versão, tradução e composição, para a formação não somente lingüística, mas intelectual do aluno. Contenta-se em acrescentar às línguas antigas pelas línguas vivas estrangeiras e em oferecer aos alunos, no lugar de Homero, Demóstenes, Virgílio e Cícero, as novas figuras tutelares de Shakespeare, Goethe, Dante, Cervantes.” (CHERVEL,; COMPÉRE, 1999, p. 166, grifo dos autores)

Esse modelo das humanidades modernas era o desejado pelos responsáveis do Lyceu e estes rejeitavam com bastante ceticismo as propostas de inovação vindas de “autores estrangeiros”. No inquérito de 1926, o então diretor do Lyceu, Ruy de Paula Sousa, em suas respostas sobre o ensino secundário, deixa exposta a proposta tradicionalista do colégio. Na sua resposta à questão nº 7 sobre as aspirações inovadoras para o secundário proposto pela Escola Nova, Ruy de Paula Sousa rebate também por questões, deixando clara sua opinião sobre as mudanças e as finalidades do ensino secundário:

Diante das modalidades cada vez mais complexas da vida moderna, haverá mesmo necessidade desta Escola Nova? Pela sua própria finalidade, o ensino secundário deve formar espíritos que se distingam pela largueza de vista, pela sua facilidade de adaptação. Para que uma escola nova se o ensino secundário atual dando ao espírito essas qualidades, permiti-lhe compreender estas concepções novas da vida e por conseguinte adaptar-se e integrar-se nelas? (AZEVEDO, 1957 p. 198)

Essa insistência do Lyceu em manter uma proposta pedagógica fechada às novas teorias e idéias, que estavam sendo muito debatidas e valorizadas no período, pode ser colocada como a caracterização de um secundário elitizado tradicional. Essa postura escolar, defendida pelo diretor, talvez reflita a idéia de modelo escolar desejada e valorizada pelas famílias que procuravam o Lyceu. Porém, esse caráter tradicional francês teve outro forte adversário, como escola concorrente, de caráter moderno, nacionalista e laico, que foi o Lyceu Nacional Rio Branco.

3.3. O Lyceu Nacional Rio Branco

O Lyceu Nacional Rio Branco teve o início de suas atividades no ano de 1927, portanto, um ano após a inauguração do Lyceu Franco-Brasileiro. Seus signatários

pertenciam ao mesmo círculo de amizades e a mesma classe social que os signatários do Liceu francês, como também os alunos dos dois colégios eram oriundos da mesma elite paulistana. A partir dessa comparação vem a questão: quais foram os motivos que levaram alguns intelectuais, de um mesmo círculo social, a fundar o novo liceu, quando outro, já fundado, estava iniciando suas atividades?

É significativa, também, a reflexão de que os dois liceus atendiam, e dividiam entre si, a mesma clientela. Para se pensar uma resposta a esta questão é necessário partir do conhecimento a respeito de quem foram os fundadores do Lyceu Nacional Rio Branco, e quais eram as idéias por eles defendidas, que os levaram a querer colocá-las como objetivos de um novo liceu.

Outro ponto importante é avaliar se o novo liceu influenciou de alguma maneira a quantidade de alunos do Lyceu Franco-Brasileiro; para isso, é necessária uma compreensão sobre a prática metodológica dos objetivos do Lyceu Nacional Rio Branco nos seus primeiros anos, tendo como base a estrutura sócio-política do período.

Sobre o funcionamento do Lyceu Nacional Rio Branco foi utilizada como fonte de informações a tese de doutorado de Valéria Medeiros (MEDEIROS, 2005), cuja pesquisa foi realizada em torno dos prospectos que o Lyceu Nacional Rio Branco produziu e imprimiu durante o período.

A utilização de uma publicidade impressa e distribuída anualmente – os prospectos - se configuraram como uma das características inovadoras do Lyceu Nacional Rio Branco. Além de promover as diversas atividades da escola, esses prospectos continham diversas fotos, o que causava um impacto positivo, e dava ao colégio uma conotação moderna.

Na cronologia do Lyceu consta que, em 1922, Savério Cristóforo constitui na capital um curso de admissão com o nome Rio Branco, e um tempo depois amplia para Instituto Rio Branco. No ano de 1926, talvez por necessidades econômicas do Instituto, em reunião com Sampaio Doria, Lourenço Filho, Almeida Junior e outros, inicia-se uma sociedade com o intuito de fundar o Lyceu Nacional Rio Branco.

Duas considerações são importantes: o Lyceu Nacional já tinha alunos matriculados no momento de sua fundação (embora esses alunos não devam ter sido os mesmos elencados no prospecto de 1934, como será visto mais adiante); porém é

provável que a quantidade de alunos não fosse tão expressiva, levando Savério Cristóforo a procurar sócios para o seu Instituto.

A composição do Conselho Deliberativo da Sociedade Lyceu Nacional Rio Branco em sua fundação foi:

Dr. Antonio de Sampaio Dória – Professor da Faculdade de Direito

Dr. Roldão de Barros – Lente da Escola Normal do Braz

Dr. Antonio de Almeida Junior – Lente da Escola Normal do Braz

Prof. Savério Cristóforo – Professor Adido da Escola Normal

Prof. Bergstrom Lourenço Filho – Lente da Escola Normal da Capital

Dr. Henrique Bayma – Bacharel em Direito, do Instituto da Ordem dos Advogados de S. Paulo

Prof. Guilherme Prestes Merbach – Professor Normalista
(MEDEIROS, 2005 p. 274).

Dentre esses signatários, os que participaram ativamente nas atividades e deliberações do Lyceu foram Savério Cristóforo, Sampaio Dória, Lourenço Filho e Almeida Junior. Todos eles participaram de atividades relacionadas à educação. Sampaio Dória durante a sua gestão na Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo, em 1920, contou com a participação de Almeida Junior e Lourenço Filho. Da mesma forma, foram colaboradores da *Revista do Brasil*, e participaram, juntamente com Savério Cristóforo, da Sociedade de Educação de 1924 a 1930. Lourenço Filho foi também diretor da Instrução Pública de Estado de Ceará. Diante disso, é possível afirmar que os nomes dos diretores do Lyceu eram muito conhecidos e respeitados pela comunidade paulistana, o que deve ter sido uma das credenciais do novo Lyceu.

Sampaio Dória foi um dos principais integrantes da Liga Nacionalista, defensor da educação cívica e patriótica. Quando esteve na direção da Diretoria Geral da Instrução Pública, adotou como parte de suas determinações, em decretos, muitas das idéias nacionalistas defendidas pela Liga. Esse ideal nacionalizante Sampaio Dória levou para o novo Lyceu, o que pode ser percebido logo de início pelo acréscimo do adjetivo Nacional ao nome do Lyceu, além de que, no primeiro prospecto, o colégio foi descrito como uma obra de cultura e patriotismo.

As atividades que davam à escola uma característica nacionalista foram, principalmente, em 1928, a criação de um “curso em caráter especial denominado Instrução Militar sob a responsabilidade do sargento Antonio Menezes para o exame de candidatos a reservistas do exercito nacional” (MEDEIROS, 2005 p. 293), e em 1929, a criação da Associação Escolar Rio Branco:

Os alunos mantêm uma Associação, com o título acima, para exercitarem nas formalidades da vida cívica (...). A atividade política da Associação, em 1929, foi das mais intensas. Formaram-se dois grandes partidos: o Independente e o Estudantino, que, com elevação e cortesia, mas com muito entusiasmo, publicaram e defenderam programas, disputando, nas urnas, os cargos eletivos. Os proveitos de organizações educadoras como esta são indiscutíveis. A instrução cívica deixa de ser aula teórica. Repetem-se a cada instante oportunidades de iniciativas e manifestações de atividade individual e coletiva. Aprende-se praticamente a conhecer e amar a Pátria. (prospecto 1930 apud MEDEIROS, 2005 p. 305)

As matérias de Educação Física e Instrução Moral e Cívica recebiam, no Lyceu, uma relevância curricular que ia além das demais disciplinas do currículo, pois eram entendidas, pela direção do colégio, como componentes da formação integral do indivíduo.

Dentre os objetivos do Lyceu Nacional Rio Branco. os que tiveram maior impacto, e mais intensivamente foram incluídos na metodologia do colégio, foram sem dúvida as inovações consideradas e entendidas como modernistas. Em suas trajetórias educacionais, Sampaio Dória e Lourenço Filho sempre demonstraram possuir atitudes de abertura para as novas correntes do pensamento educacional, que surgiam tanto na Europa mas principalmente dos Estados-Unidos. Os prospectos do período demonstram uma expressiva quantidade de incorporações modernas no currículo do Lyceu, e a direção procurava demonstrar, por meio desses folhetos, a aplicação da chamada pedagogia moderna, no colégio:

Cursos especiais ou aulas avulsas:

Línguas: Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim e Grego; Artes: Música, Desenho, e Pintura; Taquigrafia e Datilografia; Ciências Naturais; Literatura e declamação; Filosofia e Aperfeiçoamento Pedagógico.

Os de Línguas, Ciências Naturais e Filosofia sevem aos que sob regime de transição aos exames preparatórios, desejem preparar-se para as respectivas provas do Ginásio do Estado ou Colégio Pedro II

Os de Artes destinam-se especialmente aos alunos internos que desejarem maior aperfeiçoamento estético ou aproveitamento de suas aptidões artísticas, na pintura, desenho e música. (prospecto 1928 apud MEDEIROS, 2005 p. 290)

Cursos Vestibulares - que seriam cursos preparatórios oferecidos para os candidatos às Faculdades de Medicina, Direito e Escola Politécnica - eram denominados pelo colégio de pré-médico, pré-jurídico e pré-politécnico, todos “de acordo com os programas de exames vestibulares daquelas Escolas Superiores.” (prospecto 1934 apud MEDEIROS, 2005 p. 293)

Também fazia parte do Lyceu Rio Branco o curso de formação de professores. A Escola Normal, que compreendia um curso de formação de professores normalistas ou preparação de professores primários, tinha a duração de dois anos após a conclusão do secundário. Em seu programa constava: “1ª seção – Educação; 2ª seção – Biologia aplicada à Educação; 3ª seção – Sociologia.” (prospecto 1934 apud MEDEIROS, 2005 p. 302)

Um grande destaque foi dado à implantação da “Escola Ativa” no curso de ensino primário do Lyceu Nacional Rio Branco. É significativo o fato de que Lourenço Filho era o responsável pelo ensino primário, e defensor e divulgador no Brasil dos princípios da Escola Nova, que tinha a Escola Ativa como um dos seus capítulos. No prospecto de 1930, explicava, aos os pais, os processos da Escola Ativa:

OS METODOS E PROCESSOS – Para a consecução de tal finalidade, adotam-se, tanto quanto o permitam as circunstâncias, os mais modernos processos de ensino, os da “Escola Ativa”, de que a Escola Rio Branco é a pioneira em São Paulo.

O segredo de tais processos está em tirar o maior partido dos interesses naturais da criança, levando-a a observar, a associar, tudo de modo a que possa extrair de seu trabalho a maior vantagem educativa. Evitam-se as decorações estéreis, o trabalho fatigante e nocivo do aprendizado verbalista. Dão-se, contudo, tarefas apropriadas à idade e ao adiantamento da criança, e habitua-se o aluno a usar, inteligentemente, de compêndios e livros de consulta. Este último ponto, muitas vezes desprezado em nossas escolas, é bastante cuidado na Escola Rio Branco, que se esforça por habituar o aluno, desde cedo, a trabalhar por si, contando com os seus próprios recursos. (prospecto, 1930 apud MEDEIROS, 2005 p. 296)

Outro enfoque de importância, incluídos no texto dos prospectos, se referia aos objetivos do colégio, analisados em três prospectos: o de 1926/1927, o de 1928 e o prospecto de 1930:

É objetivo fundamental do Lyceu instituir e, ao mesmo tempo, educar num ambiente acolhedor de plena saúde física e moral. Sem se escravizar a nenhuma fórmula de rígida metodologia, procura o Lyceu assentar o seu ensino sobre os mais recentes e procedentes ditames da psicologia da infância e da adolescência, o que o leva a fugir à rotina, e adaptar ao nosso meio e às nossas necessidades culturais as melhores conquistas da pedagogia moderna (prospecto de 1926/1927, apud MEDEIROS, 2005 p. 294)

(...) ao mesmo tempo em que se exige de cada aluno, no LYCEU NACIONAL, um esforço compatível com a idade e com as suas condições físico-psicológicas, estudam-se-lhe as aptidões especiais, procurando adaptar-se-lhe um trabalho conveniente e bem orientado. Ninguém e, assim, nos estudos do Lyceu, forçado a dar mais do que aquilo que realmente é capaz de dar, mas conduzido a fornecer aquilo que realmente pode apresentar. (prospecto de 1928 apud MEDEIROS, 2005 p.294)

UMA ESCOLA MODERNA – A Escola Rio Branco tem o tipo não só de uma escola graduada e seletiva, mas o de uma escola experimental, em que os professores procuram dia a dia melhorar o seu ensino, modelando-o pelo que de melhor se tem feito no país e no estrangeiro. (prospecto, 1930 apud MEDEIROS, 2005 p. 297)

Ficam evidentes os enfoques dados pela direção do colégio e a forma com que eram aplicados. Esses pontos de interesse podem ser resumidos nas três linhas que formam a base de uma atuação, considerada pelos seus diretores, diferenciada e valorizada nos prospectos: a visão nacionalista e patriótica, a aplicação de metodologia moderna e a concepção de individualidade da criança frente às exigências pedagógicas. Em contrapartida é ressaltada uma crítica indireta às escolas tradicionais e rígidas, indicada em sentenças como: “sem se escravizar a nenhuma fórmula de rígida metodologia; fugir à rotina; adaptar ao nosso meio e às nossas necessidades culturais; forçado a dar mais do que aquilo que realmente é capaz de dar; o tipo não só de uma escola graduada e seletiva.” (MEDEIROS, 2005 p. 294 e 297)

Essas críticas poderiam ser endereçadas a muitos colégios tradicionais de São Paulo, mas inegavelmente também ao Lyceu Franco-Brasileiro. Sendo ou não endereçadas a ele, as críticas colocadas nos prospectos do Lyceu Rio Branco, ressaltam características como tradicionalismo, rigidez nos estudos, escola de influencia estrangeira, como sendo negativas. E o fato desses prospectos terem sido entregues ao mesmo círculo de pessoas, parentes e amigos dos alunos do Lyceu Franco-Brasileiro, podem, e devem ter sido somadas como mais um fator de relevância na crise do Lyceu.

O prospecto de 1934, comparado com os anteriores, possuía o dobro de páginas, (65), bem mais detalhado, com um maior número de fotos, e a confirmação de adequação à nova lei vigente, a Reforma Francisco de Campos. Nesse prospecto, é dada ênfase ao crescimento do Lyceu, pelo relatório da quantidade de alunos matriculados; foi incluída também uma lista de nomes de pais dos alunos, como comprovação de que o Lyceu era reconhecido como “boa” escola no campo educacional pelos setores sociais privilegiados de São Paulo. Esta preferência se evidencia pelo crescimento de alunos matriculados a partir de 1927.

Quantidade de alunos em 1927: 765 alunos

180 no curso primário

374 no curso ginasial

110 no curso de preparatórios

101 no curso comercial

(prospecto 1928 apud MEDEIROS, 2005 p. 283)

E, em 1933 estavam matriculados 1.103 alunos, assim distribuídos:

245 no curso primário

669 no curso ginasial

90 nos cursos pré-médico, jurídico e politécnico

99 no curso comercial

(prospecto 1934 apud MEDEIROS, 2005 p. 283)

Por meio de uma comparação feita, ao ano de 1927, primeiro ano do Lyceu Nacional Rio Branco, verifica-se um aumento da quantidade de alunos dos cursos

primário e ginásial, realçando o caráter de escola secundária. Esse aumento se deu principalmente em relação ao curso ginásial, que, aliás, era o único curso do Lyceu Franco-Brasileiro.

Quanto ao nome das famílias que colocaram seus filhos no Lyceu Nacional Rio Branco, Valéria Medeiros separou aqueles pais que comprovadamente pertenciam a elite paulistana. Dentre eles, alguns sobrenomes eram os mesmos dos alunos do Lyceu Franco-Brasileiro. Nomes mais característicos de determinadas famílias que se repetiram nos dois liceus: Salles, Almeida Prado, Mello, Barreto, Pais de Barros, Piza, Figueiredo Ferraz, Magalhães, entre outros.

O esforço nacional para um avanço em direção à modernidade trouxe ao país problemas em relação a uma nova sociedade que se formava. Alguns fatores sociais no estado se mostravam requerentes de soluções emergenciais, entre eles frear o êxodo migratório para a capital, levando novas escolas ao interior, e aumentar o número de escolas na capital, assegurando o ensino dos costumes urbanos. Para os intelectuais liberais paulistas, o interesse pela educação se dava como forma de resolver problemas surgidos pela modernização do país, além de servir como plataforma política:

Promover a reforma da escola ajustando os “homens às novas condições e valores da vida” implicava promover uma mudança de mentalidade no trato das questões educacionais, envolvendo estratégias de impacto na opinião pública. Tais estratégias se ajustavam perfeitamente aos intentos políticos dos governos estaduais, que capitalizavam politicamente o apelo modernizador da intensa mobilização cívica em torno das campanhas de regeneração nacional pela educação. (CARVALHO, 2001 p. 233)

Essas mudanças sociais incentivaram o crescente sentimento nacionalista do período. Motivado e mantido por interesses políticos, o movimento nacionalista tem como campo primordial de ação a educação, e em especial o ensino primário.

3.4. O Contexto Nacionalista

A noção política era resultado de uma consciência de classe que o imigrante trouxe e se difundiu no operariado urbano. Essa conscientização era novidade em um país que vinha de uma política oligárquica colonialista. Na esteira dessa conscientização

surgiram a estruturação do movimento anárquico-sindicalista, a fundação do partido comunista e as reivindicações da classe média por acesso e modernização política. Esses movimentos sociais desestabilizavam uma prática política arcaica e estática, e tanto o governo como a elite dominante, não sabendo como lidar com esses movimentos, procuravam impedir a sua abrangência por meio de uma política patriótica, que foi se tornando cada vez mais autoritária.

A escolarização passou a ser supervalorizada na afirmação de que, a multiplicação das instituições educacionais e sua disseminação na incorporação de grandes camadas sociais colocariam a população, pela fixação dos valores nacionalistas, na senda do patriotismo. Essa função torna-se prática habitual, e “não se trata somente de alfabetizar, trata-se de forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de ‘progresso’”. (JULIA, 2001, p. 23)

Nesse contexto nacionalista, a educação passa a ter um enfoque patriótico, e matérias como Educação Física são utilizadas como meio de levar conceitos e atitudes cívico militares à escola. A disciplina de Instrução Moral e Cívica passa a fazer parte do currículo, e principalmente a disciplina de História “que introjetava uma visão de Pátria pela qual o Estado fortalecia-se como o principal agente acabando por afirmar-se a ligação Estado-Nação como um projeto coeso e único” (BITTENCOURT, 1990, p. 201)

Todo esse enfoque de uma educação patriota na escola era válido principalmente para o ensino primário, ou seja, para a formação nacionalista da população das classes menos favorecidas, principalmente as urbanas, em São Paulo, diversamente do ensino secundário, que apesar de ter recebido algumas alterações, essas não chegaram a modificar sua base curricular.

O projeto do colégio Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo nesse contexto nacionalista sofreu algumas limitações, porém procurou manter sua característica de escola francesa com novas adaptações. Essa proposta de modelo de liceu francês vinha ao encontro de uma idéia aceita da supremacia cultural e, por conseguinte educacional, da França.

Essa conotação de escola fazia parte do imaginário das famílias interessadas em uma formação escolar mais completa para os seus filhos, com a possibilidade de

continuar os estudos nas universidades francesas. A posse de um diploma estrangeiro e a acumulação de conhecimentos escolares e lingüísticos de realce internacional tinha um importante valor distintivo perante a classe social.

Embora a supremacia da influência da cultura francesa fosse quase hegemônica para a elite paulista, e o conhecimento da língua assim como a valorização da produção cultural fossem incorporados aos valores nacionais, é inegável que se tratava de uma cultura escolar bem distante da nacional. Diferentemente das outras escolas estrangeiras, o Lyceu Franco-Brasileiro não tinha, como maioria de seus alunos, os filhos de franceses, e sua identidade talvez ficasse forçada para seus alunos brasileiros, por mais que desejada.

Os costumes franceses tão valorizados e copiados pela elite paulista em viagens à França, em leituras e estudos da língua tinham para uma boa parte dessas famílias uma conotação distante da cultura escolar francesa. Além disso, São Paulo passava por momentos de modernidade social e cultural, e seus artistas e intelectuais buscavam acompanhar cada passo desses novos valores e descobertas advindos dos Estados Unidos e da Europa, e principalmente de Paris, que era tida como a capital da modernidade e das novas descobertas. O ensino secundário francês, sendo tradicional e rígido, como era proposto pelo Lyceu, perdia interesse nesse campo, porque faltava talvez uma identificação maior por parte da elite com essa forma de cultura escolar.

Paralelamente a essa falta de identificação com o público a que se destinava, surgia outro impasse, antes mesmo de sua inauguração: a impossibilidade de concretizar todo o conteúdo determinado em seu Estatuto, devido à política nacional do ensino. Essa impossibilidade gerou uma descaracterização em seu ideário, e obrigou o Lyceu a adotar atitudes de adaptação em relação ao seu próprio Estatuto.

3.5. A crise do ideário do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo

Ainda que o desejo fosse um liceu igual aos da França, franceses e paulistas respeitaram (ou se viram na obrigatoriedade de respeitar) as determinações do Departamento Nacional do Ensino, e a solução foi então dividir o currículo em duas partes, a brasileira e a francesa, como atestam as palavras de George Dumas:

O liceu francês deverá ensinar uma dupla cultura, ou seja, ele deverá ensinar a cultura nacional brasileira e, a cultura francesa como ela é organizada nos liceus de Paris²³. (MARTINIÈRE, 1992 p. 63)

A determinação do Departamento Nacional do Ensino elencava as matérias que deveriam ser ministradas por professores brasileiros, deliberação que foi respeitada no estatuto do Lyceu. Quanto às disciplinas:

Os programmas refferentes á língua e á litteratura portugueza, ás línguas vivas com exepção da franceza, ás sciencias, á geographia e á história, ao desenho e á educação physica e militar, serão elaborados por uma junta pedagógica em que terão representação dominante as Escolas e Faculdades superiores Federaes ou Estadoaes de S. Paulo, o Gymnásio e a Escola Normal da Capital. (Arquivo do Estado C10444/0967, Estatuto de fundação do Lyceu Franco-Brasileiro, artigo 1º, parágrafo 1º).

A elaboração dos programas pedagógicos não ficou apenas sob responsabilidade da Escola Normal da Capital, mas das Faculdades Superiores, posto que o secundário era voltado para o acesso aos estudos superiores.

O Estatuto também faz referência aos professores brasileiros:

O estabelecimento ministrará aos alumnos, com professorado Brasileiro, o conhecimento das matérias pertencentes ao curso de “Humanidades”, preparando-os para os exames nos respectivos institutos officiaes e equiparados do Brasil.(Arquivo do Estado C10444/0967, Estatuto de fundação do Lyceu Franco-Brasileiro, artigo 1º)

A diferenciação das outras escolas particulares de São Paulo ficava por conta do estabelecido para a parte francesa do Lyceu:

Os methodos de ensino, o regimen escolar, e os programmas referentes ao francez, ao latim, ao grego, ás respectivas litteraturas, e a philosophia, serão os estabelecidos pela junta consultiva da “Société Anonyme Française dès Lycées Franco-Brésiliens”, com séde em Paris, sendo applicados sob a direcção de um grupo de professores das Universidades Francezas, escolhidos de entre os que pertencem ás categorias dos agrégés. (Arquivo do Estado C10444/0967, Estatuto de fundação do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo, artigo 1º, parágrafo 2º).

²³ Le lycée français devrait donner une double culture, c'est-à-dire qu'il devrait donner la culture nationale brésilienne et la culture française telle qu'elle est organisée dans les lycées de Paris.

Sob a responsabilidade da parte francesa estavam não só as disciplinas básicas para um curso de humanidades, latim, grego e filosofia, mas também a cultura e a língua francesa de acordo, principalmente, com os métodos de ensino e o regime escolar. Desta maneira a didática e a parte pedagógica que comporiam a estrutura escolar na parte francesa estaria garantidas pela inculcação de condutas e normas atrelada à linguagem disciplinar da cultura escolar (CHERVEL, JULIA). . Nesse sentido, entende-se a constituição de um currículo para além do normativo, como analisam alguns dos teóricos sobre currículos. O currículo real ou interativo (GOODSON, 1995) e o currículo oculto (APPLE, 1989) se expressam pelas atitudes, valores, posturas de civilidade tal qual eram pensados na França em tentativas de reprodução na escola paulista. Sendo professores franceses, segundo o Estatuto, quem deveriam seguir esses métodos franceses em suas aulas, sua postura se confirmaria como agentes que difundiriam a escolhida cultura escolar francesa. Mesmo dentro do ideal nacionalista defendido pelos intelectuais paulistas, e por muitos dos próprios signatários da fundação do Lyceu, a formação escolar dos jovens alunos do ensino secundário deveria estar dentro dos moldes franceses, em igual passo aos países europeus. É nesse sentido que o jornal *O Estado de S. Paulo* se reporta ao assunto:

O que haverá de francês nessa obra nacional de educação, são os métodos, que, irradiando da França, onde se desenvolveram e se aperfeiçoaram, dominam, pela sua provada eficiência, quase toda a educação moderna (OESP, 8-3-1925 p. 2).

Dentre as qualificações da escola colocadas no Estatuto, a que talvez mais tenha atraído a família paulistana para matricular seus filhos no Lyceu foi a garantia da equiparação do diploma com as escolas secundárias francesas, a aquisição do *baccalauréat*, dando a esses alunos a possibilidade de acesso às universidades francesas:

Esse grupo (de professores franceses) manterá no estabelecimento uma seção para as provas de bacharelado Francez (letras, philosophia e mathemáticas); os alumnos que cursarem tal seção receberão diplomas conferidos oficialmente pela Universidade de Paris e tendo efeito legal, independentemente de qualquer outra formalidade, perante todas as Faculdades e Escolas Superiores da França (Arquivo do Estado C10444/0967, Estatuto de fundação do Lyceu Franco-Brasileiro, artigo 1º parágrafo 3º).

Respeitando as leis educacionais do país, o Lyceu tinha um diretor brasileiro e um diretor francês, mas apesar de todo o enfoque nacionalista dado a educação no Brasil, George Dumas acreditava que:

a presença de agrégés franceses garantiria o resultado dos objetivos franceses, pois eles ensinam em francês as humanidades francesas e greco-latinas, empregando métodos franceses. A cultura francesa seria assim assimilável (SUPPO, 2000 p. 328).

Confirmando as atribuições de cada uma das partes administrativas do Lyceu, o capítulo IV do Estatuto – Da Superintendência pedagógica, deixa afirmado que:

A superintendência pedagógica do estabelecimento ficará a cargo de duas juntas: a) a primeira será composta de cinco membros, pertencendo, cada um deles as congregações da Faculdade de Direito de São Paulo, da Escola Polytechnica, da Faculdade de Medicina, do Gymnásio e da Faculdade Normal do Estado, convidados para tal fim pelo conselho de administração, e mais de um representante da junta consultiva da Societé Anonyme Française des Lycées Franco-Brésiliens, com sede em Paris, ficando a cargo desta junta todas as questões técnicas referentes ao ensino do portuguez e da sua litteratura, ao das línguas vivas, com excepção do francez, ao das sciencias, ao da geographia e da história, ao do desenho, como também lhe incumbirão que for relativo a'educação physica e militar; b) a segunda será constituída pela própria junta consultiva da Societé Anonyme Française des Lycées Franco-Brésiliens, com sede em Paris, à Avenue des Champs Elysées, 82, com as attribuições definidas no artigo 25º dos respectivos estatutos²⁴, sendo da sua alçada todas as questões técnicas referentes ao ensino do francez, do latim e do grego com as correspondentes litteraturas, e ao da philosophia, cabendo-lhe ainda decidir sobre o que diz respeito aos methodos ou regimen escolar. (Arquivo do Estado C10444/0967, Estatuto de fundação do Lyceu Franco-Brasileiro artigo 28º)

O Estatuto de Lyceu Franco-Brasileiro deliberadamente repete as funções pedagógicas referentes ao Brasil e a França, e essa atitude talvez seja uma ênfase dada à essa determinação do Estatuto pelos seus signatários, no receio de que as ordens

²⁴ Artigo 25º Se depois de duas convocações successivas não se reunir aquelle número, a assembléia deliberará validamente com qualquer somma das contribuições, representada pelos sócios que comparecerem.

nacionalistas, vigentes na educação nacional, não permitissem que toda a parte de competência francesa fosse realmente efetivada no Lyceu.

Se houve realmente esse receio, ele foi confirmado em relação à disciplina de língua grega: pelos documentos referentes aos exames finais esta disciplina não foi ministrada no Lyceu. Quanto aos professores *agrégés*, um discurso feito por Julio de Mesquita Filho, em 8 de abril de 1961, fundamenta o não cumprimento dessa determinação do Estatuto, e confirma o contexto nacionalista:

Era ele de opinião que seria um erro começarmos pela fundação de uma Universidade propriamente dita. Estava ele perfeitamente a par das lacunas de nosso ensino secundário e achava que deveríamos iniciar o movimento pela reforma do ensino de humanidades. Já via ele – e com carradas de razão – que sem um ensino secundário que preparasse os alunos de forma a torná-los capazes de haurir os ensinamentos a lhes serem ministrados na Universidade, nada se conseguiria, (...) e se propôs a trabalhar conosco na criação, em São Paulo, de um ginásio, um liceu, em que pudesse preparar os futuros professores. Foi daí que se originou o Liceu Franco-Brasileiro, hoje Liceu Pasteur. Na idéia dele, como na nossa, os professores deveriam ser contratados na Europa, pois a verdade – verdadeira verdade – era que não havia ninguém no Brasil capacitado a ensinar qualquer uma das matérias do ginásio. Os que se dedicavam a esta função eram os que haviam fracassado em suas profissões (...); esta magnífica idéia foi apenas realizada em parte. Depois de uma luta de vários anos, conseguimos que o governo francês e o governo brasileiro, o do estado (de São Paulo), aceitassem colaborar na criação do futuro Liceu, e finalmente ele foi fundado. Mas aí entrou o nacionalismo, esse mesmo falso nacionalismo que ainda hoje nos desgraça: não foi possível que a sociedade aceitasse a vinda de professores estrangeiros pois isso constituiria uma ofensa aos brios da nacionalidade... E fundou-se apenas o ginásio. (Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo, pasta nº 4.592, apud CARDOSO, 1982)

Pelo discurso, alguns tópicos relativos à fundação do Lyceu Franco-Brasileiro ficam expostos: o fato de que juntamente com George Dumas, portanto com a França, o “Grupo do Estado” estava discutindo um movimento de mudança no ensino superior paulista, que deveria culminar com a instalação de uma universidade em São Paulo, e que a reforma no ensino secundário partiu como pressuposto de Dumas.

A idéia de criação do Lyceu, segundo Julio de Mesquita Filho, se deu pela situação precária do ensino secundário paulista, e o intuito era de que, sendo uma escola nos moldes franceses, seria também uma escola com um ensino capaz de formar alunos

qualificados para ingressar no ensino superior, e ainda, de formar futuros professores. O que não foi colocado no discurso foram os motivos do domínio francês: o interesse francês não se resumia somente na colaboração de melhoria dos cursos secundários paulistas, mas residia na possibilidade de ter um excelente campo de influência cultural dentro da perspectiva do projeto político da França no período..

Como relata Júlio de Mesquita Filho em seu discurso, o ideal de se criar um liceu em São Paulo nasceu em 1908, com a primeira vinda de George Dumas ao Brasil, e a partir daí, um mesmo grupo de pessoas, influentes membros da política paulista, acompanharam durante vários anos o processo para sua inauguração em 1926. Durante esse tempo, outras ações foram sendo realizadas, ligadas indiretamente a esse ideal: a criação da União Escolar Franco-Brasileira, em 1909, e mais tarde, em 1912, a criação do Comitê França-América, para somente em 1923, acontecer a fundação da Sociedade Franco-Brasileira, que daria origem ao Lyceu paulista.

A impossibilidade de se montar em São Paulo um liceu aos moldes dos franceses representou para o Lyceu Franco-Brasileiro a não concretização do seu ideário, já que a concepção de boa escola estava, para os seus signatários, retratada nesse modelo. Essa crise de ideário pode ser sentida na quantidade reduzida de alunos que se matricularam nos primeiros anos do colégio, e que, embora pertencentes à elite oligárquica, não representaram uma fração considerável. E como foi analisado, essa mesma oligarquia esteve mais presente no Lyceu Rio Branco.

A documentação pesquisada sobre o Lyceu revelou que, durante os primeiros anos de atuação, o colégio só funcionou com os cinco anos do ginásio, o que também dificultava o aumento do número de alunos, já que os outros colégios particulares atendiam todas as séries do secundário.

Considerações Finais

A criação e instalação do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo como modelo de um liceu francês, pensado por um grupo de integrantes do PRP em conjunto com representantes da França, no início do século XX, não correspondeu às expectativas de seus signatários quanto à importância de sua posição no espaço das escolas particulares de São Paulo. Analisando o contexto social e político do período, pode-se observar uma série de fatores que juntos colaboraram para esse resultado aquém do esperado.

A influência francesa mantinha, por seu caráter cultural, a configuração de ser um atestado de distinção social. Ir a Paris, ler e falar em francês, e principalmente estudar em liceus e universidades francesas era meta de muitas famílias das classes sociais mais elevadas. O intuito da criação do liceu, por membros dessa elite, era transportar um liceu francês, com todas as suas características pedagógicas e administrativas, para São Paulo.

O contexto político de caráter nacionalista do período relacionava-se a uma maior homogeneização possível das escolas como forma de aparentar uma educação coesa e sob o controle estatal. Era interesse manter as classes sociais como se apresentavam na época, favorecendo com relativa cautela a constituição de uma classe média advinda da modernização econômica, como também frear idéias socializantes da classe operária. A perspectiva nacionalizante e homogeneizadora acabaram por interferir em algumas determinações do Estatuto do Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo com impedimentos instituídos pelo Departamento Nacional do Ensino, como o caso da vinda de professores *agrégés*. Tais determinações e interferências do governo impossibilitaram parte da concretização do ideário de ser o Lyceu a importação de um modelo escolar francês bastante similar e considerado como a “boa educação” e a melhor maneira de formação intelectual dos jovens nascidos para futuros líderes..

Apesar dessas limitações, o Lyceu procurou manter um modelo de escola francesa pela manutenção do humanismo moderno, se mostrando como uma escola tradicional e rígida nos seus códigos de conduta e sistemas de avaliação. Porém esse modelo pode não ter correspondido à imagem que a elite fazia da moderna cultura francesa criando dificuldades em uma identificação cultural. A diferença de culturas

escolares que resultava na inculcação de uma identidade forçada, como foi mostrado pelos livros didáticos analisados no capítulo 2, também pode ter sido motivo de dificuldades para a adaptação e a permanência de alguns alunos.

Além disso, o Lyceu oferecia apenas os cinco anos do ginásio, sendo que os outros colégios particulares atendiam a todas as séries do secundário e a maioria deles também as quatro séries do primário, o que deve ter motivado diversas famílias a optarem por outras escolas que apresentavam um ensino completo.

O ensino secundário se colocava como uma das fortes barreiras de ascensão social, sendo a quase totalidade das escolas secundárias particulares, se constituindo assim, em uma educação para as classes mais privilegiadas da sociedade. As escolas particulares confessionais e laicas que atendiam a essa população limitada disputavam a escolha dessas famílias, procurando oferecer uma educação que fosse ao encontro de suas expectativas. As mudanças sociais produzidas em São Paulo pela indústria, pela classe média que crescia e se firmava e pelas novas descobertas e manifestações culturais que a elite trazia da Europa, configurou no meio cultural da cidade uma valorização da chamada pedagogia moderna.

A predominância da Igreja Católica no ensino secundário particular que já se fazia forte desde o século XIX teve, na primeira metade do século XX, um intenso movimento de recuperação de sua influência perante o Estado e de revitalização de suas instituições, em uma campanha a favor do sentimento de união das famílias católicas. Além disso, a incorporação pelos colégios católicos de alguns dos conceitos da Escola Nova passou a idéia de modernização de seu ensino, o que também favoreceu a imagem de seus colégios.

A criação do Lyceu Nacional Rio Branco foi outro fator que influenciou na escolha do colégio dos filhos de muitas das famílias da elite oligárquica paulista que preferiam uma escola de caráter mais laico. Diferentemente do liceu francês, o Lyceu Nacional Rio Branco marcou sua presença no período, apresentando-se como uma escola diferenciada, com uma proposta pedagógica nacionalista, mas principalmente, moderna. Vários fatores marcaram a importância e o reconhecimento desta escola, que logo de início já podia ser avaliada pelos nomes reconhecidos de Sampaio Dória e Lourenço Filho na sua direção. Porém, foi principalmente o caráter modernista e inovador que deu ao Lyceu Nacional Rio Branco um destaque dentro do cenário escolar paulista. Suas

atitudes pedagógicas modernas, propagadas pelos prospectos anuais, levavam às famílias dos alunos à certeza de que a escola de seus filhos trazia, para São Paulo, o que havia de melhor e mais atualizado para a educação, na Europa e nos Estados Unidos.

Por essas considerações pode-se afirmar que a crise do Lyceu Franco-Brasileiro, o fato da quebra do ideário de sua criação pela impossibilidade de vir para o Lyceu professores franceses *agrégés*, fez com que esse modelo já iniciasse suas atividades enfrentando dificuldades para atrair uma população efetivamente desejosa de aquisição de uma cultura semelhante em todos os seus aspectos à França. Uma cultura escolar que se constituía para o nível secundário estava sendo construída por setores da burguesia paulista e em, certa medida, com o próprio projeto político do Estado nacional fortalecido após 1930.

O Lyceu Franco-Brasileiro apresentando uma educação de base francesa tradicionalista, não possuindo mais o diferencial de ser a importação de uma escola francesa, criou uma imagem rígida em um período de profundas mudanças sociais, nacionais e internacionais, e de efervescentes criações e trocas de novas idéias e novos conceitos na educação.

Referencias Bibliográficas

- APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- AZEVEDO, Fernando. *A educação na encruzilhada*. São Paulo: Melhoramentos, 1957.
- BALASSIANO, Ana Luiza Grillo. *Liceu Francês no Brasil: um encontro de culturas através da língua*. Anais do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Porto, 2008.
- BASTOS SILVA, Geraldo.. *Introdução à crítica do ensino secundário*. MEC-CADES, 1959.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas 1917-1939*. São Paulo: Loyola, 1990.
- _____. *Livro didático e saber escolar 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008
- BONTEMPI JUNIOR, Bruno. Modelos de instrução e cultura política: os países estrangeiros no “Inquérito sobre a instrução pública no estado de São Paulo e suas necessidades” de 1914. *History of Education & Children’s Literature*, III,2,pp265-284. Macerata: Edizioni Università di Macerata, 2008
- CANDIDO, A.; CARONI, I.; LAUNAY, M. *O francês instrumental: a experiência da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Livraria Editora Hemus, 1977.
- CANTUÀRIA, Adiana Lech. *Escola Internacional, educação nacional: a gênese do espaço de escolas internacionais de São Paulo*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CARVALHO, Marta M. C de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane M., FARIA FILHO, Luciano, VEIGA, Cynthia (orgs). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica. 2001. (p. 225 – 251)

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O Manifesto e a Liga Internacional pela educação nova. IN: XAVIER, Maria do Carmo. *Manifesto dos pioneiros da educação*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CHERVEL, André. *La culture scolaire*. Paris: Belin, 1998.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. *Educação e Pesquisa*, v. 25, n.2, p. 149-170. São Paulo: USPFE, 1999.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, v.30, n.3, set./dez. São Paulo: Scielo 2004

COLOMBO, Maria Alzira da Cruz. *Luzes e Sombras: uma visão da educação feminina no final do século XIX e início do XX*. São Paulo: AllPrint, 2006.

COSTA, Emília Viotti. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. *Revista de História*. 2000. São Paulo: USP

FERNANDES, Marinaldo. *A revista A Ordem, fonte do ideário educacional católico Dionísio*. Anais da 23ª reunião anual da anped. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0201. Acesso em 15/01/2010.

GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOULARD, Maurício. *Homens de São Paulo*. São Paulo: Martins, 1954.

JULIA, Dominique. A cultura Escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira da História da Educação*, 2001. – SBHE nº1 jan/jun, 2001.

LEMOS, Carlos A. C. *Ramos de Azevedo e seu escritório*. São Paulo: PINI, 1993.

MARTINIÈRE, Guy. *Aspects de la coopération franco-brésilienne : transplantation culturelle et stratégie de la modernité*. Paris : Ed. De la Maison des sciences de l'homme, 1982.

MATTHIEU, Gilles. *Une ambition sud-américaine: politique culturelle de la France (1914-1940)*. Paris : L'Harmattan, 1991.

MAYEUR, Françoise. *Histoire générale de l'enseignement et de l'éducation en France: de la révolution à l'école républicaine*. Tome III. (1789-1930). Paris: Perrin, 1981.

MEDEIROS, Valéria. *Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2005.

MICELLI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

_____. *Nacional estrangeiro*. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

PIETRARÓIA, Cristina M. C. *Racine, Hugo, Baudelaire e Maupassant na formação escolar de parte do século XX*. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Associação Nacional de História (ANPUH) e Unisinos, 2007. CD-ROM

_____. *Muito além da língua francesa: o livro didático de francês no Brasil*. Simpósio Internacional Livro didático: educação e história. São Paulo: Faculdade de Educação USP, 2007. CD-ROM

ROLLAND, Denis. *A crise do modelo francês. A França e a América Latina. Cultura, política e identidade*. Brasília: UnB, 2005.

ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*, Petrópolis: Vozes, 1978

SAMPAIO DORIA, Antonio de. *Questões de ensino*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. 1923. vol. 1.

SUPPO, Hugo. *Le Brésil pour la France: la construction d'une politique culturelle française 1920-1950* IN: ROLLAND, Denis. *Le Brésil et le monde: pour une histoire des relations internationales des puissance émergentes*. Paris:L'Harmattan, 1998.

_____. A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias. *Revista de História*, 2000. São Paulo: USP

Acervo do jornal O Estado de São Paulo:

Editoriais:

O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo: a formação intelectual. São Paulo: OESP, 06 jul 1924, pág. 3.

O curso secundário. São Paulo: OESP, 17 jan 1925, pag. 3

A reforma do ensino. São Paulo: OESP, 22 jan 1925, pag. 3

O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo: o ensino de humanidades. São Paulo: OESP, 18 fev 1925, pag. 3

O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo. São Paulo: OESP, 07 mar 1925, pag. 3

O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo: o caráter essencialmente brasileiro. São Paulo: OESP, 08 mar 1925, pag. 2

O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo: organização dos estudos. São Paulo: OESP, 10 mar 1925, pag. 4

O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo: resultados desse ensino. São Paulo: OESP, 17 mar 1925, pag. 3

Ensino secundário. São Paulo: OESP, 06 mar 1931, pag. 5

Artigos:

FAUCONNET, Paul. *A questão das humanidades.* São Paulo: OESP, 09 mai 1928, pag. 4

DUMAS, George. *A escola única.* São Paulo: OESP, 19 ago 1928, pag. 5

FAUCONNET, Paul. *As humanidades e o problema da educação nos países novos.* São Paulo: OESP, 06 jan 1929, pag. 4

Documentos

DOCUMENTOS LYCEU FRANCO-BRASILEIRO SÃO PAULO. ANOS DE 1926 A 1931. Arquivo Nacional: pasta educação N-IE4-601 – Rio de Janeiro

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO UNIÃO ESCOLAR FRANCO-PAULISTA. 1909. Arquivo do Estado, C10408/0337, São Paulo.

ESTATUTO DO COMITÊ FRANÇA-AMÉRICA. 1912. Arquivo do Estado, C10409/0350, São Paulo

ESTATUTO DO LYCEU FRANCO-BRASILEIRO SÃO PAULO. 1923. Arquivo do Estado, C10444/0967, São Paulo

IMPRESSO *80 anos do Liceu Pasteur*. 2006.

Acervo do Colégio Liceu Pasteur:

ALBALAT, A. *Comment on devien écrivain*. Paris: Plon, 1925.

BAILLY, A. *L'école classique française*. Paris: Armand Colin s/data.

BAUER, E. *Premières lectures littéraires*. Paris: Masson 1923.

BELLESORT, A. *La société française sous napoléon III*. Paris: Académique Perrin 1932.

BIROT. *La révolution et le régime moderne*. Paris: Delhomme et Briguet 1897.

BROCHARD, V. *L'erreur*. Paris: Armand Colin s/data.

DAVY, G. *Éléments de sociologie: appliquée a la morale et a l'éducation*. Paris: Delagrave 1932.

DAWIN, C. *De l'origine des espèce*. Paris: Ernest Flammarion s/data.

FOURTIER, H. *Les projections scientifiques*. Paris: Gauthier 1894.

GRANGES, M. *Des auteurs français: du moyen age a nos jours*. Classes de grammaire – 1° cycle. Classes de lettres – 2° cycle. Paris: A. Hatier 1924.

_____. *Précis de la littérature française*. Paris: A. Hatier 1924.

MARCOU, F.-L. *Classiques français: XVI, XVII, XVIII et XIX siècles – poètes vol 1 et prosateurs vol 2*. Paris: Armand Colin. 1924.

MORNET, D. *Précis de littérature française*. Paris: Larousse 1924.

PARODI, D. *Emquete d'une philosophie*. Paris: Félix Alcan 1935.

PAVETTE, O. *La morale – mise a la portée des enfants*. Paris: Classique Eugène Belin 1924.

PAYOT, Jules. *La morale à l'école – livre de l'Éleve*. Paris: Armand Colin 1924.

PLATTARD, J. *La renaissance des lettres em france*. Paris: Armand Colin 1931.

RAT, M. *Contes et récit du XIX siècle*. Paris: Nathan 1929.

RIBOULET. *La discipline préventive*. Paris: Catholique Emmanuel Vitte 1935.

ROUSTAN, M. *Colletion La Composition Française*. Paris: Classique Delaplane 1924.
3 vol.

THAMIN, R., LAPIE, P. *Lectures morales: extraites des auteurs anciens et modernes*. Paris: Hachette s/data.

WEILL, G. *Histoire de l'enseignement secondaire em France*. Paris: Payot & Cie 1921.

Anexo 01

N.º	N O M E S	PORTUGUEZ		ARITHMET.		MEDIA		EXAMES GERAES					
		Escripta	Oral	Escripta	Oral	Portuguez	Arithmetica	Geometria	Geographia	H.do Brasil	I. Civica e Moral	Sciencias Physicas e Naturaes	Media Geral
1	Francisco X. de Moura Lacerda Junior	8	10	10	10	9,5	10	10	10	10	10	10	9,2
2	Fernando Rudge Leite	10	10	10	10	10	10	9	8	10	10	10	9,2
3	Francisco Lima Souza Dias Filho	10	10	10	10	10	10	9	8	10	10	10	9,1
4	Candido Lima da Silva Dias	8	10	10	10	6,5	10	9	8	10	10	10	8,8
5	Felissimo Figueiredo Barreto	10	10	10	10	10	5	9	8	10	10	10	8,8
6	Cassio Amantante Junqueira	10	10	10	10	10	7,5	10	7	10	10	10	8,4
7	Oeraldo Brito de Macedo	7	10	10	10	7	9,5	9	8	10	10	10	8,3
8	Alberico Galvão Bueno Junior	8	10	10	10	9,5	9,5	9	8	10	10	10	8,3
9	Alberto Ribeiro Alves	9	10	10	10	9,5	9,5	9	8	10	10	10	8,3
10	Fabio Ferraz Elcudo	9	10	10	10	9,5	9,5	9	8	10	10	10	8,3
11	Olovis Camargo de Toledo	7	10	10	10	9,5	9,5	9	8	10	10	10	8,3
12	Alvaro Liberato de Macedo Junior	9	10	10	10	7,5	9,5	9	8	10	10	10	8,3
13	Clay Presgrave do Amaral	9	10	10	10	9,5	9,5	9	8	10	10	10	8,3
14	Andreilino Mendonça	10	10	10	10	9,5	9,5	9	8	10	10	10	8,3
15	Alberto Jorge ferreira	10	10	10	10	9,5	9,5	9	8	10	10	10	8,3
16	Dilermando Oliviera Romão	4	10	10	10	9,5	9,5	9	8	10	10	10	8,3
17	Adhemar Spincola Dias	9	10	10	10	9,5	9,5	9	8	10	10	10	8,3
18	Francisco Pio de Almeida Prado	7	10	10	10	9,5	9,5	9	8	10	10	10	8,3
19	Arthur Fernandes Costa	10	10	10	10	9,5	9,5	9	8	10	10	10	8,3

Fonte: Arquivo Nacional/RJ - Série Educação (N-IE4-601)

N ^o	N O M E S	PORTUGUEZ		ARITHMETICA		MEDIA		EXAMES ORAIS					Media Geral
		Escrepta	Oral	Escrepta	Oral	Portuguez	Arithmetica	Geometria	Geographia	H.do Brasil	I. Civica e Moral	Sciencias Physicas e Naturaes	
1	Harold Bennett	9	10	9	10	9,5	9,5	10	10	10	10	10	9,85
2	Joaquim de Campos Biundo	10	10	10	10	9,5	9,5	10	10	10	10	10	9,85
3	João José Pereira dos Santos	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
4	Joaquim Costa Marques	10	10	10	10	9,5	9,5	10	10	10	10	10	9,85
5	Jose Otaviano Filho	10	10	10	10	9,5	9,5	10	10	10	10	10	9,85
6	Luis Antonio Sampaio Dorla	10	10	10	10	9,5	9,5	10	10	10	10	10	9,85
7	Jorge de Assumpção	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
8	Marcello Hamel	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
9	Heljo Cyrino da Silva	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
10	Jose Carlos Donzaga Jungueira	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
11	Mario Adelino de Almeida Prado	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
12	Luis Fortunato Moreira Ferreira	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
13	Haroldo Figueira de Aguiar	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
14	Helio Corbett Moreira	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
15	Ingard Miller Peiva	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
16	Leon Strunard	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
17	Luis Soares de Andrade	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
18	Marcus Raphael Alves Lima	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
19	Luis Strunard	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
20	Mauricio Dominguez	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85
21	Georges Arle	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	9,85

Nº	N O M E S	PORTUGUEZ		ARITHMET.		MEDIA		EXAMES ORAIS					Media Geral
		Escrita	Oral	Escrita	Oral	Portuguez	Arithmetica	Geometria	Geographia	H. do Brazil	I. Civica e Moral	Sciencias Physicas e Naturaes	
1	Walter Moreira Salles	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
2	Omar Sampaio Doria	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
3	Moseyr Spinoza Dias	9	10	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
4	Otavio Cezar Junqueira	10	9	10	8	10	9	10	10	10	10	10	10
5	Roberto Mesquita Junior	9	9	9	8	9	9	9	9	9	9	9	9
6	Roberto Moreira Filho	9	10	9	7	9	9	9	9	9	9	9	9
7	Mario Sergio Gardin Filho	8	8	8	7	8	8	8	8	8	8	8	8
8	Ruy Vieira Barretto	8	10	8	7	8	8	8	8	8	8	8	8
9	Plinio de Sampaio Goes	10	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
10	Mario Whitaker	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
11	Raul Jose Vas Collett e Silva	7	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
12	Secundino Dominguez Filho	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
13	Roberto Matately	10	8	10	8	10	8	10	10	10	10	10	10
14	Raul Pees de Barros	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8
15	Oswaldo Moraes Natividade	5	4	6	6	4	4	4	4	4	4	4	4
16	Miguel Pennino	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
17	Mario Bonadio	9	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8

1923

À vista das medias geraes constantes das quadros transcriptos nas actas anteriores de dias vinte e sete e vinte e seis do corrente e na de hoje foi feita a classificação geral dos candidatos, na ordem decrescente das referidas medias, o que deu como resultado definitivo dos exames: suscentes por terem sido eliminados do Lyceu antes do inicio dos exames, como consta da acta de vinte e seis do corrente; Adhemar Corbett Moreira, Joaquim Camara Ferreira, Decio Sampaio, Francisco Camara Ferreira, Gilberto Morelli, Mauricio Assumpção e Mauro Assumpção; inhabilitado na prova escripta de Arithmetica e Portuguez, Carlos Erasmo de Toledo Piza; reprovados nenhum; aprovados: Walter Moreira Salles dez(10); Francisco Xavier de Moura Lacerda Junior, nove e nove decimos(9,9); Harold Bennett, nove e oitenta e cinco centesimos(9,85); Osmar Sampaio Doria, nove e seis decimos(9,6); Joaquim Bicudo, nove e cincoenta e sete centesimos(9,57); João José Pereira dos Santos, nove e cincoenta e sete centesimos(9,57); Moacyr Spinola Dias, nove e cincoenta e sete centesimos(9,57); Fernando Rudge Leite, nove e dois decimos(9,2); Francisco Lima de Souza Dias, nove e um decimo(9,1); Jose Ortolan Filho, nove(9); Luis Sampaio Doria, nove(9); Jorge Assumpção(9) nove; Octavio Junqueira, oito e nove decimos(8,9); Candido Lima da Silva Dias, oito e oito decimos(8,8); Marcello Hamel, oito e oito decimos(8,8); Roberto Mesquita Sampaio Junior, oito e sete decimos(8,7); Roberto Moreira Filho, oito e sete decimos(8,7); Helio Cyrino da Silva, oito e sete decimos(8,7); Cassio Junqueira, oito e seis decimos(8,6); Felismino Barreto, oito e seis decimos(8,6); Geraldo Brito de Macedo, oito e quatro decimos(8,4); Jose Carlos Junqueira, oito e quatro decimos(8,4); Mario Adelino Almeida Prado, oito e quatro decimos(8,4); Alberico Galvão Bueno Filho, oito e tres decimos(8,3); Mario Sergio Cardim Filho, oito e tres decimos(8,3); Rui Vieira Barreto, oito e tres decimos(8,3); Plinio Sampaio Goes, oito e vinte e oito centesimos(8,28); Luis Fortunato Moreira Ferreira, oito e tres(8,3); Mario Whitaker, oito(8); Alberto Ribeiro Alves, oito(8); Fabio Bicudo, sete e sete decimos(7,7); Clovis Camargo Toledo, sete e seis decimos(7,6); Haroldo Aguiar, sete e seis(7,6); Helio Corbett Moreira, sete e cinco decimos(7,5); Lingard Miller Paiva, sete e cinco decimos(7,5); Raul José Vaz Collett e Silva, sete e cinco decimos(7,5); Leon Straunard, sete e quatro decimos(7,4); Luis Soares de Andrade, sete e quatro decimos(7,4); Secundino Dominguez, sete e dois decimos(7,2); Alvaro Liberato Macedo Junior, sete e um decimo(7,1); Clay Presgrave do Amaral, sete e um decimo(7,1); Andreilino Mendonça, sete(7); Roberto Whately, sete(7); Marcus Raphael Alves Lima, seis e nove decimos(6,9); Raul Paes de Barros, seis e nove decimos(6,9); Alberto Jorge Ferreira, seis e cinco decimos(6,5); Oswaldo Moraes Natividade, seis e cinco decimos(6,5); Adhemar Spinola Dias, seis e um decimo(6,1); Dilermando Romão, seis e um decimo(6,1); Luis Straunard, cinco e sete decimos(5,7); Mauricio Dominguez, cinco e sete decimos(5,7); Miguel Pennino, cinco e seis decimos(5,6); Mario Bonadio, quatro e nove decimos(4,9); Francisco Pio de Almeida Prado, quatro e seis decimos(4,6); George Arié, quatro e tres decimos(4,3); Arthur Fernandes Costa, quatro(4). E para constar lavrou-se a presente acta que vae assignada pelo Exmo. Sr. Dr. Manoel Augusto de Carvalho, Inspector do Departamento Nacional do Ensino, e pelos demais membros das commissões examinadoras. S. Paulo, 29 de Novembro de 1923.

(a.) Manoel Augusto de Carvalho - Inspector
 (a.) José Carlos de Azevedo Junior
 (a.) João Luis Landim
 (a.) Cleofano L. de Oliveira
 (a.) Joaquim de Syllos Cintra
 (a.) J. Lucio Barroco
 (al) Marcello de Mesquita

S. Paulo, de _____ de 192

ACTA DE EXAMES DE ADMISSÃO AO PRIMEIRO ANNO DO CURSO SERIA-
DO DOS ALUNOS DO LYCEU FRANCO-BRASILEIRO "SÃO PAULO"

Aos vinte e cinco dias do mez de novembro do anno de mil novecentos e vinte e seis, no edificio do Lyceu Franco-Brasileiro "São Paulo, nas salas sete e oito, presente o Sr. Dr. Manoel Augusto de Carvalho, Inspector designado pelo Departamento Nacional do Ensino e a Comissão examinadora designada pelo Director do Estabelecimento e composta dos professores Dr. José Carlos de Azevedo Junior, como supplente, João Luis Landim, Cleofano Lopes de Oliveira, Joaquim Sylos Cintra, José Lucio Barroso, e Marcello de Mesquita, as nove horas e meia, procedeu-se a chamada dos inscriptos para o exame de admissão ao primeiro anno do curso seriado a ser feito de accordo com as instruções do Sr. Director Geral do Departamento Nacional do Ensino e artº 55 do Dec. nº 1678A de 13 de Janeiro de 1925 e verificou-se a presença de todos os constantes da relação apresentada pela directoria do Lyceu. A seguir procedeu-se ao sorteio dos pontos para as provas escriptas dos referidos exames que constaram: a)-PORTUGUEZ, dictado:- "Manhã na roça", pagina 91, da Anthologia Brasileira do Prof. Eugenio Werneck; b)-ARITHMETICA; ponto 4, extração de inteiros. Conversão de um inteiro em fracção; para o que se formularam as questões: a)-qual o numero mixto correspondente a $\frac{8}{5}$? b)-Representar em oitavos o nº 9. c)-Sendo uma clas-

se composta de 34 alumnos; como se pode representar esse nº em forma fraccionaria. GEOMETRIA a)-traçar um rectangulo e uma de suas diagonaes; b)-traçar um trapezio e indicar os lados não parallelos. c)-traçar um losango e dizer qual a relação existente entre seus lados. Terminadas as provas as onze e quarenta, reunio-se a comissão, no mesmo local para o julgamento que deu o seguinte resultado:

- 1) Walter Moreira Salles: portuguez - dez(10) Arith. e Geometria dez(10);
- 2) Felisiano F. Barreto: portuguez - dez(10) Arith. e Geometria dez(10);
- 3) Alberto Jorge Ferreira: portuguez - dez(10) Arith. e Geometria dez(10);
- 4) Fernando Rudge Leite: portuguez - dez(10) Arith. e Geometria dez(10);
- 5) Octavio Junqueira: portuguez - dez(10) Arith. e Geometria dez(10);
- 6) Francisco Lima Souza Dias Fº: portuguez - dez(10) Arith. e Geometria dez(10);
- 7) Lingard Miller Paiva: portuguez - dez(10) Arith. e Geometria oito(8);
- 8) Roberto Whately: portuguez - dez(10) Arith. e Geometria oito(8);
- 9) Joaquim Costa Marques: portuguez - dez(10) Arith. e Geometria nove(9);
- 10) Luis Fortunato Moreira Ferreira: portuguez dez(10) Arith. e Geometria dez(10);
- 11) João José Pereira Santos: portuguez dez(10) Arith. e Geometria dez(10);
- 12) Luis A. de Sampaio Doria: portuguez dez(10) Arith. e Geometria nove(9);
- 13) Helio Cyrino da Silva: portuguez dez(10) Arith. e Geometria dez(10);
- 14) Marcello Hamel: portuguez dez(10) Arith. e Geometria dez(10);
- 15) George Arie: portuguez dez(10) Arith. e Geometria seis(6);
- 16) Plinio de Sampaio Goes: portuguez dez(10) Arith. e Geometria nove(9);
- 17) José Carlos Gonzaga Junqueira: portuguez dez(10) Arith. e Geometria oito(8);
- 18) Cassio Amarante Junqueira: portuguez dez(10) Arith. e Geometria oito(8);
- 19) Arthur Fernandes Costa: portuguez dez(10) Arith. e Geometria seis(6);
- 20) Joaquim de Campos Bicudo: portuguez dez(10) Arith. e Geometria oito(8);
- 21) Roberto Mesquita Sampaio Jr.: portuguez nove(9) Arith. e Geometria oito(8);
- 22) Alvaro Liberato Macedo Jr.: portuguez nove(9) Arith. e Geometria oito(8);
- 23) Omar Sampaio Doria: portuguez nove(9) Arith. e Geometria dez(10);
- 24) Mario Bonadio: portuguez nove(9) Arith. e Geometria dez(10);
- 25) Alberto Ribeiro Alves: portuguez nove(9) Arith. e Geometria dez(10);
- 26) Andreilino Mendonça: portuguez nove(9) Arith. e Geometria dez(10);
- 27) Clay Presgrave Amaral: portuguez nove(9) Arith. e Geometria sete(7);
- 28) José Ortolan Fº: portuguez nove(9) Arith. e Geometria nove(9);
- 29) Marcus Raphael Alves de Lima: portuguez nove(9) Arith. e

12

Geometria oito(8); 30)Harold Bennett: portuguez nove(9)Arith. e Geometria nove(9); 31)Moacyr Spinola Dias: portuguez nove(9)Arith. e Geometria oito(8); 32)Francisco Xavier de Moura Lacerda Jr.: portuguez nove(9)Arith. e Geometria dez(10); 33)Adhemar Dias: portuguez nove(9)Arith. e Geometria oito(8); 34)Luis Straunard: portuguez nove(9)Arith. e Geometria dez(10); 35)Candido Lima Silva Dias: portuguez oito(8)Arith. e Geometria dez(10); 36)Ruy Vieira Barretto: portuguez oito(8)Arith. e Geometria oito(8); 37)Jorge de Assumpção: portuguez oito(8)Arith. e Geometria dez(10); 38)Mario Adelino Almeida Prado: portuguez oito(8)Arith. e Geometria seis(6); 39)Leon Straunard: portuguez oito(8)Arith. e Geometria dez(10); 40)Raul Paes de Barros: portuguez oito(8)Arith. e Geometria seis(6); 41)Secundino Dominguez Ff: portuguez oito(8)Arith. e Geometria dez(10); 42)Mario Whitaker: portuguez oito(8)Arith. e Geometria nove(9); 43)Haroldo Figueira de Aguiar: portuguez oito(8)Arith. e Geometria sete(7); 44)Mario Sergio Cardin Ff: portuguez oito(8)Arith. e Geometria oito(8); 45) Luis Soares de Andrade: portuguez oito(8)Arith. e Geometria seis(6); 46)Alberico Galvão Bueno Ff: portuguez oito(8)Arith. e Geometria dez(10); 47)Helio Corbett Moreira: portuguez oito(8)Arith. e Geometria oito(8); 48)Mauricio Dominguez: portuguez oito(8)Arith. e Geometria sete(7); 49)Francisco Pio de Almeida Prado: portuguez sete(7)Arith. e Geometria seis(6); 50)Fabio Ferraz Bicudo: portuguez sete(7)Arith. e Geometria oito(8); 51)Geraldo Brito de Macedo: portuguez sete(7)Arith. e Geometria dez(10); 52)Roberto Moreira Ff: portuguez sete(7)Arith. e Geometria dez(10); 53)Raul José Vaz Collet: portuguez sete(7)Arith. e Geometria seis(6); 54)Miguel Pennino: seis(6)Arith. e Geometria oito(8); 55)Clóvis Camargo Toledo: portuguez cinco(5)Arith. e Geometria seis(6); 56)Oswaldo Moraes Natividade: portuguez cinco(5)Arith. e Geometria seis(6); 57)Dilermando Vasconcellos Romão: portuguez quatro(4)Arith. e Geometria oito(8); 58)Carlos de Toledo Piza: portuguez tres(3)Arith. e Geometria tres(3).

Resalvo a nota do aluno Jorge Assumpção, nas provas de Arithmetica e Geometria que foi nove(9). Terminado o julgamento foi fixado pelo Exmo. Sr. Inspector o dia vinte e seis, as oito horas, para dar inicio as provas oraes dos mesmos exames. E para constar lavrou-se a presente acta, que vai assignada pelo Exmo. Sr. Inspector Dr. Manoel Augusto de Carvalho e demais membros da comissão examinadora. S. Paulo, 25 de novembro de 1926.

(a.) Manoel Augusto de Carvalho- Inspector
 (a.) João Luis Landin
 a. Marcello de Mesquita
 a. Joaquim de Sylos Cintra
 a. Cleofano L. de Oliveira
 a. J. Lucio Barroso.

Anexo 02

LIVRO PRANTO-BRASILEIRO NAÓ PAULO*

EXAMES

2 0

1º ANO DO CURSO SETIMO REALIZADOS EM OUTUBRO DE 1927

N.º	NOME	INSCRIÇÃO MORAL E CIVICA		2º ANO DO CURSO						OBSERVAÇÕES
		Matrícula Dia 25	Qual. Dias 25 24 e 25	Portuguez Dia 25	Arithmeti- ca Dia 28	Geographia Dia 28	Ingles Dia 30	Processo Dia 29	Desenho Dia 28	
1	Albemar Espinola Dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	Albino Galvão Nogue Filho	8	6,5	5	4	5,5	6	5	10	
3	Alberto Alves Filho	7	5	6	4	7,5	6	5	8	
4	Alberio Jorge Ferreira	8	6,5	6	10	7,5	8	8	9	
5	Alceu Pacheco de Almeida Prado	-	-	-	-	-	-	-	-	
6	Alvaro Liberto de Macedo Junior	6	5,5	8	7	4	4	4	6	
7	Andrelino Mendonça	-	-	-	-	-	-	-	-	
8	Antonio Gabriel Vazquez	-	-	4	3	3	5	6	4	
9	Arthur Fernandes Costa	4	4	6	9	3,5	7	5	6	
10	Onildo Lima da Silva Dias	8	7,5	5	10	9	8	6	9	
11	Osside Amante Junqueira	9	6,5	6	10	8	7	9	8	
12	Clay Procopio de Amaral	9	7	5	1	2	4	4	6	
13	Clayr de Camargo Rolde	-	-	-	-	-	-	-	-	
14	Zilemundo de Oliveira Romão	8 1/3	6,5	6	9	4	6	5	10	
15	Polimundo de Pignatelli Berraglio	8 1/3	7	8	10	9 1/2	7	8	5	
16	Fernando Rudge Leite	-	-	-	-	-	-	-	-	
17	Fernando de Almeida Pacheco	8	6	5	10	4	5	5	9	
18	Fernando Lima de Sousa Dias Filho	8	7	8	10	8	7	6	9	
19	Fernando X. G. de Moura Leocadia Junior	-	-	-	-	-	-	-	-	
20	Georges Araf	9	8	8	6	2 1/2	5	6	5	
21	Gerardo Brito de Macedo	9	6	5	6	4	5	4	5	
22	Karola Samatti	9	8	9	10	10	10	9	5	

OBSERVAÇÕES

Francisco de Paula

CONTINUA

LISTA DE ALUNOS DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
 NOME ALUNO
 NOME ALUNO

1º ANO DO GRUPO ESCOLAR DE ALUNOS EM SETEMBRO DE 1957

Nº	NOME ALUNO	INSCRIÇÃO MORAL E CÍVICA			PERÍODO DE ESTUDO						OBSERVAÇÕES	
		Matrícula	Data		Dia 25	Dia 28	Dia 29	Dia 30	Dia 31	Dia 31		
			Matrícula	Matrícula								Matrícula
24	HERNANDES											
25	HERNANDES											
26	HERNANDES											
27	HERNANDES											
28	HERNANDES											
29	HERNANDES											
30	HERNANDES											
31	HERNANDES											
32	HERNANDES											
33	HERNANDES											
34	HERNANDES											
35	HERNANDES											
36	HERNANDES											
37	HERNANDES											
38	HERNANDES											
39	HERNANDES											
40	HERNANDES											
41	HERNANDES											
42	HERNANDES											
43	HERNANDES											
44	HERNANDES											
45	HERNANDES											

Handwritten signature

LISTA DE ALUNOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO
 N I A M I N A N D O S

1º ANO DO CURSO SÉRIAS REALIZADOS EM NOVEMBRO DE 1927

N.º	NOME	F I N A L		P H O N O Q U O						
		INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA		PORTUGUÊS		ARITMÉTICA		GEOGRAFIA		
		PROLÍPTICO Dia 25	Oral Dia 28 28 e 29	MEIA Dia 25	Dia 26	Dia 28	Dia 28	Dia 30	Dia 29	Dia 28
46	Zelia Simões Gabriel	7	7	5,5	7	2	5,5	8	4	7
47	Zilda de Sampaio Góes	9	9	7,5	8 1/3	9	8,5	7	7	8
48	Henri José Collat e Silva	9 1/3	8	8	10	10	7	9	4	7
49	Henri Pass de Moraes	9	9	7,5	7	9	6	9	8	9
50	Roberto de Macquie Sampaio	7	7	6,5	5	8	6	7 1/3	8	8
51	Roberto Moreira Pilla	9	9	7,5	7	9	7	10	7	9
52	Roberto Rabelly	8	8	7	3	8	7	10	7	5
53	Ruy Vieira Barbette	9 1/3	7	7	8	8	8	9	5	7
54	Sesundino Domingues Pilla	7	7	4,5	7 1/3	8	4,5	8	7	7
55	Valter Moreira Sales	10	10	7,5	9	10	8	10	9	9

COMISSÃO:
 Sr. Pedro de Alencaster Machado
 Sr. Theodorico Coutinho da Silva
 Sr. Teófilo Salgado dos Santos

Rev. Lindolpho Esteves
 Prof. Cleofane Lopes de Oliveira
 Aldeide Bastião-escrita
 Dr. Antonio Picarelo- julgamento

D. Clarice de Magalhães Castro - p.
 Prof. Joaquim de Syles Cintra
 Ubaldo Epiphânio Pereira

Dr. Theodorico Coutinho da Silva Rocha
 Dr. Teófilo Salgado dos Santos
 Dr. Antonio Ildefonso da Silva Junior

Dr. Carlos Braga-p.
 Dr. Antonio M. Mello de Castro
 Dr. Alencaster de Castro

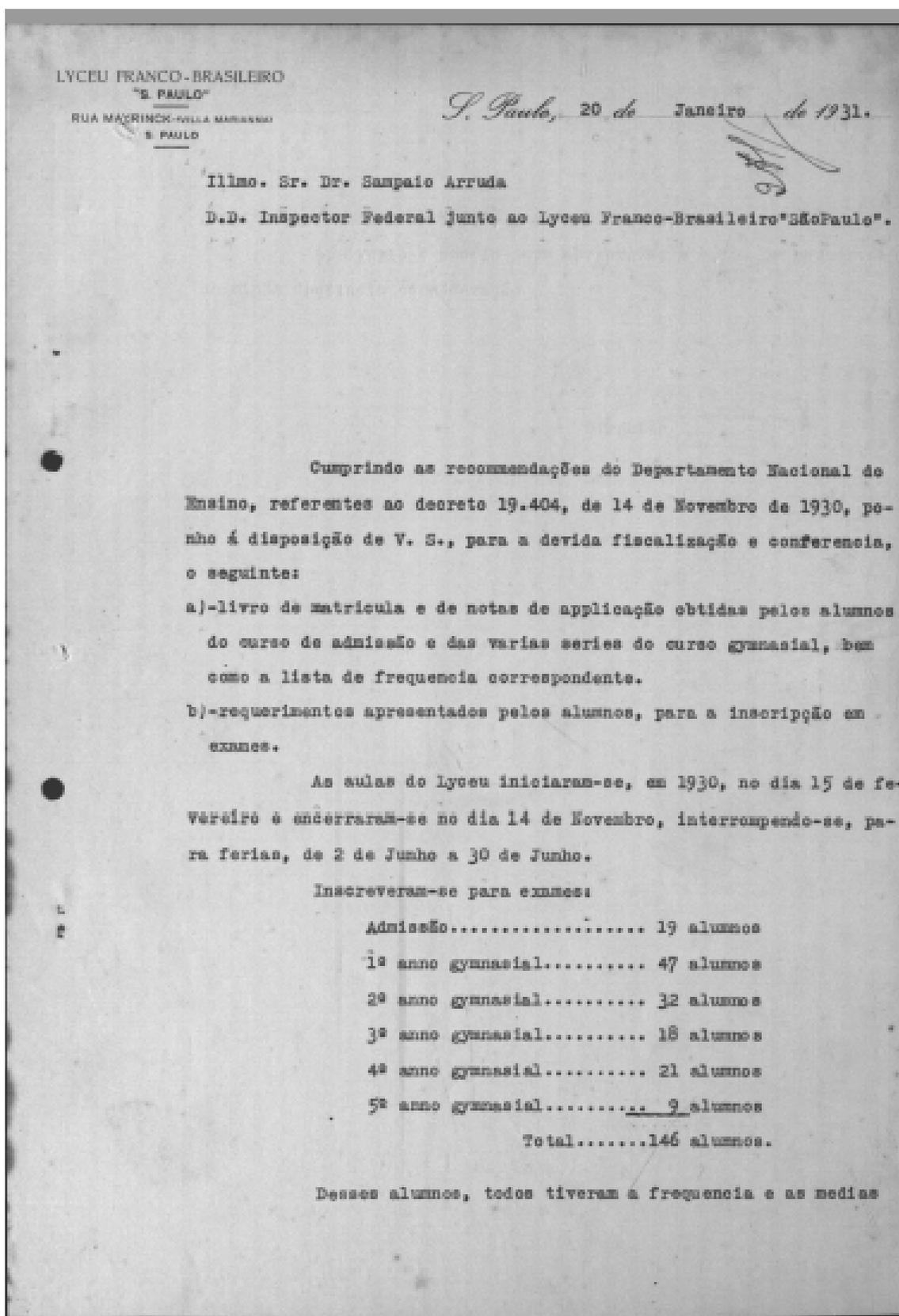
Rev. Lindolpho Esteves - p.
 Dr. Antonio Picarelo
 Prof. Jean Meibon

D. Clarice de Magalhães Castro - p.
 Prof. Ubaldo Epiphânio Pereira
 Dr. Theodoro Braga

Antonio Picarelo

O B S E R V A Ç Õ E S

Anexo 03



0.92

exigidas pelo Decreto 19.404, para aprovação.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. S. os protestos de minha distinta consideração

Paula Souza
Directór

Anexo 04

Sampaio Arruda
Inspector

Acta de admissão ao 1º anno gymnasial, segundo o decreto nº 19.404 de 14 de novembro de mil novecentos e trinta.

Aos vinte de Janeiro de mil novecentos e trinta e um, com a assistencia do Dr. Ray de Paula Souza, Director do Lyceu, compareceu o Inspector nomeado p[er]o Departamento Nacional de Ensino, Doutor Sampaio Arruda, que, de accordo com as indicações, digo, com as instrucções regulamentares, verificou os requerimentos apresentados p[er]os candidatos a admissão ao primeiro anno gymnasial; em seguida, conferiu a lista de candidatos pela que lhe forneceu o Departamento, achando-a conforme, bem como as medias fornecidas pelo Lyceu, em lista dupla, autenticadas pelo Director. Estas medias foram as seguintes:- Alfredo Pizzini, filho de João Pizzini, natural de São Paulo, nascido a 14 de Janeiro de 1916; Portuguez 6,4(seis e quatro decimos); Arithmetica: digo, media geral: plenamente, 5,8(cinco e oito decimos); Carlos Telesphoros de Freitas Leitão, filho de Alfredo M. de Freitas Leitão, natural de Rio Claro, nascido a 5 de Janeiro de 1915; plenamente, 7,1(seite e um decimo); Celio Freitas Ribeiro Costa, filho de Felippe Costa, natural de São Paulo, nascido a 8 de Outubro de 1918; plenamente, 7,4(seite e quatro decimos); Delmas Penteado Machado, filho de Sebastião Ferraz Caldas(Tutor), natural de Dourado, nascido a 30 de Novembro de 1919; plenamente, 7,5(seite e meio); Fuad Haddad, filho de Tufiek Haddad, natural de São Paulo, nascido a 24 de outubro de 1917; plenamente, 6,6(seis e seis decimos); Galdino de Almeida Junior, filho Galdino Alfredo de Almeida, natural de Igarapava, nascido a 5 de Janeiro de 1916; plenamente, 6,2(seis e dois decimos); Henrique Levy, filho de Dr. Mauricio Levy, natural de São Paulo, nascido a 27 de Outubro de 1918; plenamente, 7,5(seite e meio); João Fouque, filho de Julien Fouque, natural de França, nascido a 14 de Julho de 1918; plenamente, 6,6(seis e seis decimos); João Serpa Albuquerque, filho de Alexandre Albuquerque, natural de São Paulo, nascido a 19 de Novembro de 1918; plenamente, 7,7(seite e sete decimos); Jorge Francisco de Almeida Prado, filho de Dr. Orlando de Almeida Prado, natural de São Paulo, nascido a 24 de Julho de 1917; plenamente, 6,4(seis e quatro decimos); José de Sampaio Góes Junior, filho de José de Sampaio Góes, natural de Jabá, nascido a 30 de Outubro de 1917, plenamente, 6,5(seis e meio); Lourenço Avelino de Sampaio Góes, filho de José de Sampaio Góes, natural de Jabá; nascido a 5 de Fevereiro de 1916;

Relatório em 23-10-1918

plenamente, 7,3(sete e três décimos); Luis Antonio Pentado Machado, filho de Sebastião Ferraz Caldas(Tutor), natural de Dourado, nascido a 17 de Janeiro de 1917: plenamente, 7,3(sete e três décimos); Luis de Azevedo Soares, filho de Da. Judith de Azevedo Soares, natural de São Paulo, nascido a 29 de Janeiro de 1918: plenamente, 8,4(oito e quatro décimos); Luis Paschoal Baronheid, filho de Da. Philomana Baronheid, natural do Rio de Janeiro, nascido a 7 de novembro de 1915: plenamente, 7,1(sete e um décimo); Maestro Carlos Caramurá, filho de Da. Heloisa Caramurá, natural de Buenos Ayres, nascido a 25 de Fevereiro de 1917: plenamente, 8(oito); Manoel Paig, filho de Luis Paig, natural de São Paulo, nascido a 14 de Março de 1916: plenamente, 6,4(seis e quatro décimos); Newton Leite Guedes, filho de Dr. Henrique Jorge Guedes, natural de Espírito Santo do Pinhal, nascido a 28 de Março de 1918: plenamente, 6,5(seis e meio); e Paulo Ayres Filho filho de Dr. Paulo Ayres de Almeida Freitas, natural de São Paulo, nascido a 25 de Agosto de 1918: plenamente, 6,9(seis e nove décimos). E, para constar, lavrou-se, em livro próprio, a presente acta. Lida e achada conforme vai a mesma assignada pelo Inspector Federal. Desta acta foram extrahidas duas copias, em tudo iguaes ao original. São Paulo, vinte de Janeiro de mil novecentos e trinta e um.

O Inspector Federal: (a) ^{Dr.} Sampaio Arruda

O Director: (a) Euy Paula Souza



LCV

LYCEU FRANCO-BRASILEIRO "S. PAULO"

Boletim

do julgamento dos exames de promoção

de 27 Portuguez do 4º anno.

Nos 24 dias do mez de Novembro de 1928, presente a junta examinadora, abaixo assignada, procedeu-se ao julgamento das provas de exame de promoção de Portuguez, do 4º anno do curso seriado, nos termos do Decreto n.º 16.782-A, de 13 de Janeiro de 1925, sendo o seguinte o resultado:

- 1 Antonio Mendonça. . . *V. . . Simplesmente. 4. quatro*
- 2 Joaquim Luis Alves de Lima. *Simplesmente. 4. quatro.*
- 3 José Monteiro Garcia. . . *Simplesmente. 4. quatro*
- 4 Lauro de Barros Siciliano. *Simplesmente. 4. quatro.*
- 5 Luis Alberto Cardozo de Mello Munhoz. *Simplesmente. 4. quatro*
- 6 Luis Guilherme de Aguiar Whitaker. *Simplesmente. 5. cinco*
- 7 Nicolau Moraes Barros Filho. . . *Grãu. . . 6. seis.*
- 8 Orlando Ribeiro de Moraes e Silva. . . *Plenamente. 6. seis.*
- 9 Roberto Duprat de Lima Pereira. *Simplesmente 5. cinco*

S. Paulo, 24 de Novembro de 1928
Antonio F. Almeida - Presidente
Françoiello Cavalli examinador
Reacem Ferreira - examinador
Raphael Corica de Sampaio Filho
Respectos